

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL DO PROJECTO DE TRANSPORTE DE ENERGIA DA ESPINHA DORSAL DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPORTE DE ENERGIA (PROJECTO STE) – FASE 1: VILANCULOS - MAPUTO

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO FÍSICO E SOCIOECONÓMICO

RELATÓRIO FINAL

Preparado por



Iluminando a Transformação de
Moçambique

Preparado por:



Consultec – Consultores Associados, Lda.
WSP

Janeiro 2019

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL DO PROJECTO DE TRANSPORTE DE ENERGIA DA ESPINHA DORSAL DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPORTE DE ENERGIA (PROJECTO STE) – FASE 1: VILANCULOS - MAPUTO

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO FÍSICO E SOCIOECONÓMICO

RELATÓRIO FINAL

Electricidade de Moçambique, E.P.

Av. Zedequias Manganhela, N.º 267

Prédio Jat IV – 1.º Andar

Maputo, Moçambique

Tel: +258 21308946

Fax: +258 21431029

Consultec - Consultores Associados, Lda.

Rua Tenente General Oswaldo Tazama, N.º 169

Maputo, Moçambique

Tel: +258 21491555

Fax: +258 21491578

WSP Environmental (Pty) Ltd

South View, Bryanston Place

199 Bryanston Drive

Bryanston, South Africa

Tel: +27 11 361 1392

Fax: +27 11 361 1381

Janeiro 2019

ÍNDICE GERAL

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	1
1.2	PROPONENTE DO PROJECTO.....	1
1.3	OBJECTIVOS DO PLANO DE REASSENTAMENTO	2
1.4	ESTRUTURA DO RELATÓRIO	2
2	DESCRIÇÃO DO PROJECTO	4
2.1	INTRODUÇÃO	4
2.2	VISÃO GERAL DO PROJECTO	4
2.2.1	Objectivo e Justificação.....	4
2.2.2	Localização e Âmbito do Projecto.....	5
2.3	ESTABELECIMENTO DA ZONA DE PROTECÇÃO PARCIAL (ZPP) E FAIXA DE SERVIDÃO (ROW)	7
2.4	INFRA-ESTRUTURAS AUXILIARES.....	8
2.5	DESCRIÇÃO DO PROJECTO: RESUMO DE ASPECTOS ESSENCIAIS	9
3	QUADRO LEGAL E REGULATÓRIO.....	10
3.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	10
3.2	LEGISLAÇÃO NACIONAL.....	10
3.2.1	Regulamento sobre o Processo de Reassentamento	10
3.2.2	Diplomas Ministeriais de Orientação para o Processo de Reassentamento	12
3.2.3	Outra Legislação Nacional Relevante Relacionada com o Processo de Reassentamento	15
3.3	POLÍTICAS INTERNACIONAIS, PROCEDIMENTOS E DIRECTRIZES	17
3.3.1	Banco Mundial.....	17
3.3.2	Corporação Financeira Internacional	22
3.4	QUADRO LEGISLATIVO E REGULATÓRIO: RESUMO DE ASPECTOS ESSENCIAIS	22
3.5	ANÁLISE DE DIFERENÇAS	24
4	ABORDAGEM E METODOLOGIA	27
4.1	PERFIL SOCIOECONÓMICO E INVENTÁRIO DE FAMÍLIAS AFECTADAS E INFRA-ESTRUTURAS.....	27
4.1.1	Recolha e Análise de Dados Secundários.....	27
4.1.2	Recolha e Análise de Dados Primários.....	27
4.2	LIMITAÇÕES DA RECOLHA DE DADOS	31

4.3	ABORDAGEM E METODOLOGIA: RESUMO DE ASPECTOS ESSENCIAIS	31
5	PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	33
5.1	PRIMEIRA RONDA DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	33
5.2	SEGUNDA RONDA DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	34
5.3	PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA: RESUMO DE ASPECTOS ESSENCIAIS	35
6	IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS POTENCIAIS	36
6.1	IMPACTOS	36
6.1.1	Perda de Casas, de Estruturas Auxiliares e de Talhões Residenciais	36
6.1.2	Perda de Estruturas Agrícolas Auxiliares	37
6.1.3	Perda de Estruturas em Construção	37
6.1.4	Perda de Terra Agrícola	37
6.1.5	Perda de Árvores com Valor Económico	38
6.1.6	Perda de Culturas	38
6.1.7	Perda de Infra-estruturas Comerciais	38
6.1.8	Perda de Direitos de Uso de Terra (DUAT)	38
6.1.9	Perda de Cemitérios e de Lugares Santos e Sagrados	38
6.1.10	Reinstalação de Infra-estruturas / Serviços Públicos e Sociais	38
6.1.11	Impacto nas Mulheres	39
6.1.12	Impacto nas Pessoas Vulneráveis	39
6.2	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	39
6.3	IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS POTENCIAIS: RESUMO DE ASPECTOS ESSENCIAIS	40
7	PERFIL SOCIOECONÓMICO DA POPULAÇÃO AFECTADA	41
7.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	41
7.2	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES	46
7.2.1	Demografia	46
7.2.2	Etnicidade e Organização dos Agregados Familiares	49
7.3	RELIGIÃO, CEMITÉRIOS E RITUAIS LOCAIS	49
7.3.1	Religião e Templos Religiosos	49
7.3.2	Lugares sagrados	50
7.3.3	Cemitérios	50
7.4	SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS	50

7.4.1	Educação.....	50
7.4.2	Saúde	53
7.5	HABITAÇÃO E SERVIÇOS	55
7.5.1	Habitação	55
7.5.2	Água e Saneamento.....	58
7.5.3	Comunicações e Transportes	59
7.6	ACTIVIDADES ECONÓMICAS E ESTRATÉGIAS DE SUBSISTÊNCIA	60
7.6.1	Actividades de Subsistência e Rendimento	60
7.6.2	Agricultura	61
7.6.3	Árvores com Valor Económico	63
7.6.4	Posse de Activos Duráveis.....	64
7.6.5	Grupos Vulneráveis	65
7.7	PERFIL SOCIOECONÓMICO DA POPULAÇÃO AFECTADA: RESUMO DAS QUESTÕES CHAVE	67
8	ÁREA HOSPEDEIRA DE REASSENTAMENTO	68
9	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E METODOLOGIA DE COMPENSAÇÃO	70
9.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	70
9.2	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	70
9.3	METODOLOGIA DE COMPENSAÇÃO.....	71
9.3.1	Perda de Casas.....	71
9.3.2	Estruturas Auxiliares	72
9.3.3	Infra-estruturas em Construção.....	72
9.3.4	Perda de Colheitas	73
9.3.5	Perda de Árvores com Valor Económico (Árvores de Fruto e Árvores Nativas)	73
9.3.6	Perda de Actividades Empresariais	73
9.3.7	Templos Religiosos	73
9.3.8	Perda de Cemitérios e Locais Sagrados.....	74
9.3.9	Perda de Infra-estruturas / Serviços Públicos e Sociais	74
9.3.10	Perda de Direitos da Terra	74
9.4	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E METODOLOGIA DE COMPENSAÇÃO: RESUMO DAS QUESTÕES CHAVE	75
10	ESTRATÉGIAS DE RESTITUIÇÃO DO RENDIMENTO E DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA.....	76

10.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	76
10.2	MÃO-DE-OBRA LOCAL	76
10.3	RESTITUIÇÃO E INCREMENTO DO RENDIMENTO.....	77
10.4	NECESSIDADES DE TERRA.....	77
10.5	ÁRVORES	78
10.6	SUBSÍDIO DE DESLOCAÇÃO	79
10.7	SUBSÍDIO DE PERTURBAÇÃO	79
10.8	GRUPOS VULNERÁVEIS	79
10.9	EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS	80
10.10	FUNDO DE COMPENSAÇÃO COMUNITÁRIO (FCC)	80
10.11	ESTRATÉGIAS DE RESTITUIÇÃO DO RENDIMENTO E DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA: RESUMO DAS QUESTÕES CHAVE	81
11	QUADRO INSTITUCIONAL.....	82
12	MECANISMO DE RESPOSTA A QUEIXAS E RECLAMAÇÕES COMUNITÁRIAS	85
12.1	ANTECEDENTES.....	85
12.2	OBJECTIVO.....	85
12.3	GRUPOS ALVO.....	85
12.4	PRINCÍPIOS.....	86
12.5	TIPOS DE RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES	86
12.6	RECEPÇÃO E REGISTRO.....	87
12.7	SUGESTÕES E PROCEDIMENTO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES.....	87
12.7.1	Procedimento de Gestão de Sugestões	87
12.7.2	Procedimento de Gestão de Reclamações.....	88
12.1	PARTES ENVOLVIDAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS	91
12.2	PROTOCOLO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES E RECLAMAÇÕES COMUNITÁRIAS: RESUMO DAS QUESTÕES CHAVE.....	91
13	MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	92
13.1	INDICADORES DE DESEMPENHO	92
13.2	PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO INTERNA	93
13.3	AVALIAÇÃO INDEPENDENTE EXTERNA	93
13.4	MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO: RESUMO DAS QUESTÕES CHAVE.....	94
14	PACOTES DE COMPENSAÇÃO E ORÇAMENTO ESTIMADO DE REASSENTAMENTO	95

14.1	COMPENSAÇÃO PELA PERDA DE HABITAÇÃO E DE ESTRUTURAS AUXILIARES	95
14.1.1	Compensação para Casas com Menos de 70m ²	95
14.1.2	Compensação para Casas com mais de 70 m ²	96
14.2	COMPENSAÇÃO PARA CASAS EM CONSTRUÇÃO	97
14.3	COMPENSAÇÃO PELA PERDA DE CULTURAS	97
14.4	COMPENSAÇÃO PELA PERDA DE ÁRVORES COM VALOR ECONÓMICO	98
14.5	COMPENSAÇÃO PELA PERDA DE NEGÓCIOS	99
14.6	COMPENSAÇÃO PELA PERDA DE CEMITÉRIOS E LOCAIS DE CULTO	99
14.6.1	Locais de Culto.....	99
14.6.2	Cemitérios	100
14.7	COMPENSAÇÃO PELA PERDA DE INFRA-ESTRUTURAS SOCIAIS	100
14.8	ORÇAMENTO DE CONTINGÊNCIA PARA CUSTOS COMO DUATS E DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	101
14.9	ORÇAMENTO ESTIMADO DE REASSENTAMENTO.....	101
14.10	PACOTES DE COMPENSAÇÃO E ORÇAMENTO ESTIMADO DE REASSENTAMENTO: RESUMO DAS QUESTÕES CHAVE.....	102
15	TERMOS DE REFERÊNCIA PARA O PAR	103
15.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	103
15.2	ESTRUTURA E CONTEÚDOS DO RAP	103
15.2.1	Introdução.....	103
15.2.2	Quadro Institucional e Jurídico.....	104
15.2.3	Quadro Organizacional	104
15.2.4	Envolvimento das Partes Interessadas	104
15.2.5	Metodologia	105
15.2.6	Mapeamento.....	105
15.2.7	Dados Demográficos.....	105
15.2.8	Estudos Socioeconómicos	106
15.2.9	Identificação da Área Hospedeira	106
15.2.10	Inventário de Bens Afectados	106
15.2.11	Data Moratória.....	107
15.2.12	Dados de Base para Monitorização e Avaliação	107
15.2.13	Identificação de Impactos do Projecto	107

15.2.14	Compensação e Quadros de Assistência	108
15.2.15	Desenvolvimento de Pacotes de Reassentamento	108
15.2.16	Projecto de Arquitectura e Planos Executivos	108
15.2.17	Recuperação de Meios de Subsistência	109
15.2.18	Dificuldades e Vulnerabilidades Temporárias	109
15.2.19	Protecção do Património Cultural	109
15.2.20	Procedimentos de Queixas	110
15.2.21	Monitorização e Avaliação	110
15.2.22	Orçamento de Reassentamento e Agenda de Implementação	110
16	REFERÊNCIAS	111

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 – Localização Administrativa do Projecto	6
Figura 4.1 – Exemplo da identificação de agregados familiares através de imagens aéreas	28
Figura 7.1 – Localização de AF Físicos que serão afectados pelo projecto na Província de Maputo	42
Figura 7.2 – Localização de AF Físicos que serão afectados pelo projecto na Província de Gaza	43
Figura 7.3 – Localização de AF Físicos que serão afectados pelo projecto na Província de Inhambane	44
Figura 7.4 – Localização de Infra-estruturas em construção que serão afectadas pelo projecto	45
Figura 7.5 – Chefes de alguns dos AF entrevistados ao longo do traçado do Projecto	47
Figura 7.6 – Estrutura etária da população potencialmente afectada pelo Projecto	49
Figura 7.7 – Igrejas Zione localizadas dentro da ZPP do projecto	50
Figura 7.8 – Cemitérios localizados dentro ou perto da ZPP do Projecto	51
Figura 7.9 – Nível de escolaridade dos chefes dos AF por género	52
Figura 7.10 – Dimensão da casa principal	57
Figura 7.11 – Casas em construção na ZPP do projecto	58
Figura 7.12 – Principal fonte de água dos AF dentro da ZPP do Projecto	58
Figura 7.13 – Furo protegido dentro da ZPP do Projecto	59
Figura 7.14 – Nível de rendimento do AF na ZPP do Projecto	60
Figura 7.15 – Machambas na ZPP do Projecto	62
Figura 7.16 – Campo agrícola na área do Projecto	63

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1 – Dados de contacto do Proponente.....	1
Tabela 1.2 – Estrutura do Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico	3
Tabela 2.1 – Unidades Administrativas atravessadas pela Fase 1 do Projecto STE (Vilanculos – Maputo)	5
Tabela 3.1 – Análise de diferenças entre a legislação moçambicana aplicável e a PO 4.12 do Banco Mundial.....	24
Tabela 4.1 – Identificação de Infra-estruturas.....	28
Tabela 5.1 – Localização e data das reuniões de participação pública – primeira ronda	33
Tabela 5.2 – Localização e data das reuniões de participação pública – segunda ronda	35
Tabela 6.1 – Tipos e magnitude dos impactos identificados no recenseamento	36
Tabela 7.1 – Número de AF entrevistados por Distrito, Posto Administrativo e Localidade	46
Tabela 7.2 – Estado civil dos chefes dos AF afectados	48
Tabela 7.3 – Relação com o chefe do AF	48
Tabela 7.4 – Nível de escolaridade das pessoas potencialmente afectadas pelo Projecto	52
Tabela 7.5 – Descrição das instalações de saúde.....	53
Tabela 7.6 – Material usado na construção da casa principal	56
Tabela 7.7 – Culturas agrícolas praticadas pelos AF afectados.....	61
Tabela 7.8 – Árvores com valor económico identificadas dentro da ZPP	63
Tabela 7.9 – Bens duráveis do agregado familiar.....	64
Tabela 7.10 – AF vulneráveis identificados, por tipo de grupo vulnerável	66
Tabela 8.1 – Disponibilidade de área hospedeira e área requerida	68
Tabela 11.1 – Papéis e responsabilidades das diferentes entidades envolvidas no processo de implementação do plano de acção de reassentamento	82
Tabela 12.1 – Procedimento para gestão de uma sugestão	88
Tabela 12.2 – Procedimento para gestão de uma reclamação	88
Tabela 14.1 – Orçamento estimado para compensações pela perda de domicílios com menos de 70 m ²	96
Tabela 14.2 – Orçamento estimado para compensações pela perda de domicílios com mais de 70 m ²	96
Tabela 14.3 – Orçamento estimado para compensação para casas em construção.....	97

Tabela 14.4 – Orçamento estimado para a compensação da perda de árvores de fruto	98
Tabela 14.5 – Orçamento estimado para aquisição de mudas de árvores	99
Tabela 14.6 – Orçamento estimado para a compensação pela perda de locais de culto	100
Tabela 14.7 – Orçamento estimado para a realocização de cemitérios	100
Tabela 14.8 – Orçamento estimado para a compensação pela perda de furos	100
Tabela 14.9 – Orçamento estimado para custos de documentação para PAPs	101
Tabela 14.9 – Orçamento estimado para a Implementação do Plano de Reassentamento	101

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AF	Agregado Familiar
AIAS	Avaliação de Impacto Ambiental e Social
BM	Banco Mundial
CCC	Conselho Consultivo Comunitário
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
EDM	Electricidade de Moçambique, E.P.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FCC	Fundo de Compensação Comunitário
IFC	Corporação Financeira Internacional (<i>International Finance Corporation</i>)
INE	Instituto Nacional de Estatística
MA	Monitorização e Avaliação
MGtP	Mozambique Gas to Power
PAIR	Plano de Acção da Implementação de Reassentamento
PAP	Pessoas Afectadas pelo Projecto
PAR	Plano de Acção de Reassentamento
PI&As	Partes Interessadas e Afectadas
PO	Política Operacional
PPP	Processo de Participação Pública
PR	Plano de Reassentamento
Projecto STE	Projecto de Transporte de Energia da Espinha Dorsal do Sistema Nacional de Transporte de Energia
RLFS	Relatório do Levantamento Físico e Socioeconómico
RoW	Faixa de Servidão (<i>Right-of-Way</i>)
SAPP	Grupo de Energia da África Austral (<i>Southern Africa Power Pool</i>)
SPSS	Programa <i>Statistical Package for Social Science</i>
ZPP	Zona de Protecção Parcial

1 Introdução

1.1 Considerações Gerais

A Electricidade de Moçambique, E.P. (EDM) está a planear a implementação do Projecto de Transporte de Energia da Espinha Dorsal do Sistema Nacional de Transporte de Energia – o Projecto STE. O Projecto STE é um grande projecto de transporte de energia, que irá ligar as Províncias de Tete e Maputo, através de linhas de transmissão de muito alta tensão. Os objectivos deste projecto são conectar e integrar as duas redes isoladas de transporte de energia actualmente existentes em Moçambique e permitir a evacuação para a região Sul do excesso de energia gerado na região Norte.

Devido à sua complexidade, a EDM planeia desenvolver o Projecto STE de forma faseada. Actualmente, a EDM propõe a implementação da Fase 1 do Projecto STE: Vilanculos – Maputo, que inclui uma linha de 400 kV com 561 km de extensão, que faz a ligação entre estas duas cidades, a construção de três novas subestações (em Vilanculos, Chibuto e Matalane) e a expansão da subestação de Maputo (em Boane).

De forma a obter a Licença Ambiental exigida pela Lei do Ambiente (Lei n.º 20/1997, de 1 de Outubro) para o empreendimento descrito acima (daqui em adiante referido como o “Projecto”), a EDM precisa de desenvolver um Processo de Avaliação do Impacto Ambiental e Social (AIAS), o qual inclui um Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico (RLFS). A Consultec - Consultores Associados, Lda e WSP Environmental (Pty) Ltd foram contratadas pela EDM para conduzir o Processo de AIAS em seu nome.

1.2 Proponente do Projecto

O Proponente do Projecto é a **Electricidade de Moçambique, E.P. (EDM)**, uma empresa pública, sob a tutela do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, encarregada do estabelecimento e operação do serviço público de produção, transmissão, distribuição e comercialização de electricidade em Moçambique. Os detalhes de contacto da EDM, relevantes para este processo de AIAS, são apresentados abaixo.

Tabela 1.1 – Dados de contacto do Proponente

Proponente do Projecto	Electricidade de Moçambique, E.P. (EDM)		
Morada	Av. Zedequias Manganhela, N.º 267 Prédio Jat IV – 1.º Andar Maputo, Moçambique		
Pessoa de Contacto	Cirilo Fabião		
Número de Contacto	+258 21308946	Número de Fax	+258 21431029
E-mail de Contacto	Cirilo.Fabiao@edm.co.mz		

1.3 Objectivos do Plano de Reassentamento

Considerando a natureza do Projecto proposto, é inevitável que as actividades propostas levem à aquisição e/ou à restrição ou perda de acesso a terra, activos e/ou recursos económicos. Como tal, a implementação do Projecto em última instância resultará na aquisição de terra e correspondente compensação e/ou reassentamento de pessoas.

Os requisitos legais nacionais não exigem a preparação de um Plano de Acção de Reassentamento (PAR) completo nesta fase do Projecto. No entanto, tem de ser elaborado um Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico (RLFS), para ser divulgado como parte do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

O RLFS serve o propósito de analisar as intervenções do projecto de modo a assegurar que quaisquer impactos adversos nas comunidades, grupos, indivíduos e/ou activos na área do projecto são devidamente identificados e mitigados. Isto é particularmente importante nos casos em que algumas das componentes do projecto ainda não foram definidas com precisão, como é presentemente o caso (por exemplo, os traçados das estradas de acesso, a localização dos estaleiros de construção e a localização das manchas de empréstimo).

O objectivo do RLFS é estabelecer os princípios e critérios metodológicos para o reassentamento e compensações, bem como as disposições organizacionais a aplicar durante o processo de reassentamento, de forma a garantir o cumprimento das normas do Banco Mundial (BM) e do enquadramento legislativo Moçambicano¹.

O RLFS estabelece ainda a metodologia para a elaboração e implementação do PAR, de modo a que os impactos potenciais negativos do reassentamento sejam minimizados.

O RLFS foi elaborado de acordo com as normas do Decreto 31/2012, de 8 de Agosto, e do Diploma Ministerial 156/2014, de 19 de Setembro, ambos do Governo de Moçambique, e da Política Operacional (PO) 4.12 do Banco Mundial.

Antes da construção da linha, deverá ser elaborado um plano de acção de reassentamento e compensação completo e detalhado (o PAR), consistente com este RLFS. Após ser sancionado pela EDM, o PAR será submetido ao Governo moçambicano para aprovação (e ao BM para a sua não-objecção) antes de se proceder a qualquer aquisição de terras, compensação ou reassentamento, ou antes de ocorrer qualquer outro impacto nos meios de subsistência.

Para elaborar este RLFS, foram realizados estudos de campo das comunidades afectadas e das Pessoas Afectadas pelo Projecto (PAP). Os dados recolhidos nesses levantamentos foram utilizados para elaborar um perfil socioeconómico das comunidades e das PAP localizadas dentro da Faixa de Servidão (RoW – *Right-of-way*) do Projecto.

1.4 Estrutura do Relatório

Na **Tabela 1.2** abaixo apresenta-se a estrutura do RLFS.

¹ Crucialmente, reconhece-se que as necessidades de todos os afectados pelo Projecto devem ser respondidas e que qualquer forma de perda de bens deve ser compensada a custo total de substituição.

Tabela 1.2 – Estrutura do Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico

N.º de Capítulo	Descrição
Capítulo 1	Introdução Este capítulo faz uma breve introdução ao documento. Apresenta o proponente e o consultor, bem como o âmbito e os objectivos do relatório.
Capítulo 2	Descrição do Projecto Este capítulo faz uma breve descrição do projecto
Capítulo 3	Quadro Legal e Regulatório Este capítulo apresenta os requisitos legais em Moçambique para o processo de reassentamento, bem como as directrizes internacionais relevantes.
Capítulo 4	Abordagem e Metodologia Este capítulo descreve a metodologia utilizada para elaborar o RLFS.
Capítulo 5	Processo de Participação Pública Apresenta o processo de participação pública que foi desenvolvido no âmbito do RLFS.
Capítulo 6	Impactos Socioeconómicos Potenciais Este capítulo enuncia as actividades do projecto que poderão resultar em reassentamento e identifica categorias de impactos.
Capítulo 7	Perfil Socioeconómico da População Afectada Este capítulo apresenta a situação de referência socioeconómica dos agregados familiares que poderão ser afectados pelo processo de reassentamento para a implementação do Projecto.
Capítulo 8	Área Hospedeira do Reassentamento Este capítulo fornece uma avaliação preliminar da disponibilidade de terra para as necessidades do reassentamento.
Capítulo 9	CrITÉrios de Elegibilidade e Direito a Compensações Este capítulo enuncia os critérios de elegibilidade e o direito a compensações propostos para o reassentamento.
Capítulo 10	Estratégias de Restauração de Rendimento e de Meios de Subsistência Este capítulo apresenta o plano de restauração de meios de subsistência que deverá ser implementado junto das pessoas afectadas.
Capítulo 11	Quadro Institucional Este capítulo apresenta as instituições que estarão envolvidas durante a implementação do reassentamento, bem como os seus papéis.
Capítulo 12	Protocolo de Gestão das Queixas e Reclamações da Comunidade Este capítulo enuncia os mecanismos de gestão de queixas propostos que deverão ser usados antes, durante e após a implementação do reassentamento.
Capítulo 13	Monitorização e Avaliação Este capítulo apresenta os procedimentos de monitorização e avaliação propostos para o processo de reassentamento.
Capítulo 14	Pacotes de Compensação e Orçamento de Reassentamento Previsto Este capítulo apresenta os pacotes de compensação e uma estimativa do orçamento para a elaboração e implementação do PAR.
Capítulo 15	Termos de Referência para o PAR Este capítulo apresenta os termos de referência para a elaboração do PAR.

2 Descrição do Projecto

2.1 Introdução

Este capítulo faz uma breve descrição do Projecto proposto – o Projecto de Transporte de Energia da Espinha Dorsal do Sistema Nacional de Transporte de Energia (Projecto STE) – Fase 1: Vilanculos - Maputo. No relatório do EIA é fornecida uma descrição mais detalhada do Projecto.

2.2 Visão Geral do Projecto

2.2.1 Objectivo e Justificação

Os principais objectivos do Projecto STE no seu todo são ligar e integrar os actuais dois sistemas de energia isolados de Moçambique e permitir a transmissão para a região sul de excedentes de energia produzidos no Norte. A Fase 1 do Projecto STE (Vilanculos – Maputo), presentemente sob avaliação, justifica-se em termos gerais por estes mesmos objectivos. A EDM está a dar prioridade à implementação da Fase 1, de modo a permitir os investimentos planeados para uma nova central termoeléctrica alimentada a gás em Temane.

Os parágrafos seguintes fornecem informações mais detalhadas sobre a justificação do Projecto STE, no seu todo, e da Fase 1 (Vilanculos – Maputo) em particular.

Objectivos do Projecto STE

A rede de energia de Moçambique, explorada pela EDM, é actualmente composta por dois sistemas de energia separados.

- Sistema Centro-Norte – alimentado pela central hidroeléctrica de Cahora Bassa (2 075 MW de capacidade), bem como por outras centrais mais pequenas, nomeadamente as centrais hidroeléctricas de Chicamba e Mavuzi (38 MW e 52 MW, respectivamente) e uma central eléctrica de turbina a gás na Beira (12 MW). Este sistema fornece as regiões Norte e Centro de Moçambique, nomeadamente através da infra-estrutura seguinte:
 - Linha de transmissão de 220 kV desde a subestação de Songo-Matambo até à subestação de Nampula, e sistema de 110 kV, o qual liga a Nacala, Moma, Lichinga, Pemba, Auasse e Marromeu;
 - Linha de transmissão de 220 kV desde a subestação de Songo-Matambo até à subestação de Chibata. Da subestação de Chibata a uma voltagem de 110 kV existe uma ligação às centrais hidroeléctricas de Chicamba e Mavuzi e depois aos pontos de carga principais, nomeadamente Beira, Chimoio e Manica. A partir de Manica existe uma interligação com o sistema da Zesa a 110 kV (linha Manica – Mutare).
- Sistema Sul – alimentado pelo Grupo de Energia da África Austral (através das subestações de Maputo e Infulene, a 275 kV e 110 kV, respectivamente), bem como por uma central hidroeléctrica de 16 MW em Corumana e pelas instalações de geração a gás de Maputo (52 MW) e Ressano Garcia (capacidade de 270 MW). Este sistema fornece a

região sul de Moçambique, através de um sistema de 110 kV, a partir das subestações de Maputo, Infulene, Lionde, Xai-Xai e Lindela.

Embora o sistema de transmissão e distribuição descrito acima tenha sido adequado para abastecer as necessidades de energia de Moçambique nas últimas décadas, o antecipado rápido desenvolvimento da economia de Moçambique durante as próximas décadas, principalmente devido ao desenvolvimento dos projectos de mineração e de petróleo e gás, irá exigir uma remodelação substancial da rede de transmissão de energia.

Justificação da Fase 1 do Projecto STE

Devido à escala e complexidade do Projecto STE, a EDM planeia implementá-lo por fases. A Fase 1 do Projecto STE (Vilanculos – Maputo), que corresponde ao âmbito deste EIA e RLFS, foi priorizada pela EDM para implementação, pois é necessária para viabilizar uma nova central termoelectrica a gás de 400 MW em Temane (projecto chamado “Mozambique gas-to-Power”, ou “MGtP”). De acordo com a informação fornecida pela EDM, os estudos técnicos do MGtP estão neste momento nas etapas finais de preparação.

Espera-se que o projecto MGtP seja um dos primeiros novos projectos de geração de energia actualmente planeados a entrar ao serviço, e irá exigir a construção antecipada da secção Vilanculos – Maputo do Projecto STE. Note-se que o projecto MGtP está fora do âmbito deste processo de AIAS, dado que está a ser sujeito a um processo de AIAS separado.

2.2.2 Localização e Âmbito do Projecto

A Fase 1 do Projecto STE inclui uma nova linha de transmissão HVAC de 400 kV com 561 km de extensão entre Vilanculos e Maputo, a construção de três novas subestações – Vilanculos, Chibuto e Matalane (em Marracuene) – e a expansão da subestação de Maputo (em Boane). A **Figura 2.1** mostra a localização administrativa do Projecto.

A **Tabela 2.1** abaixo enuncia as Províncias e os Distritos atravessados pela linha de transmissão e subestações propostas.

Tabela 2.1 – Unidades Administrativas atravessadas pela Fase 1 do Projecto STE (Vilanculos – Maputo)

Província	Distritos
Inhambane	Vilanculos, Massinga, Funhalouro, Panda
Gaza	Chibuto, Mandlakaze, Chokwe, Bilene
Maputo	Magude, Manhica, Marracuene, Moamba, Boane

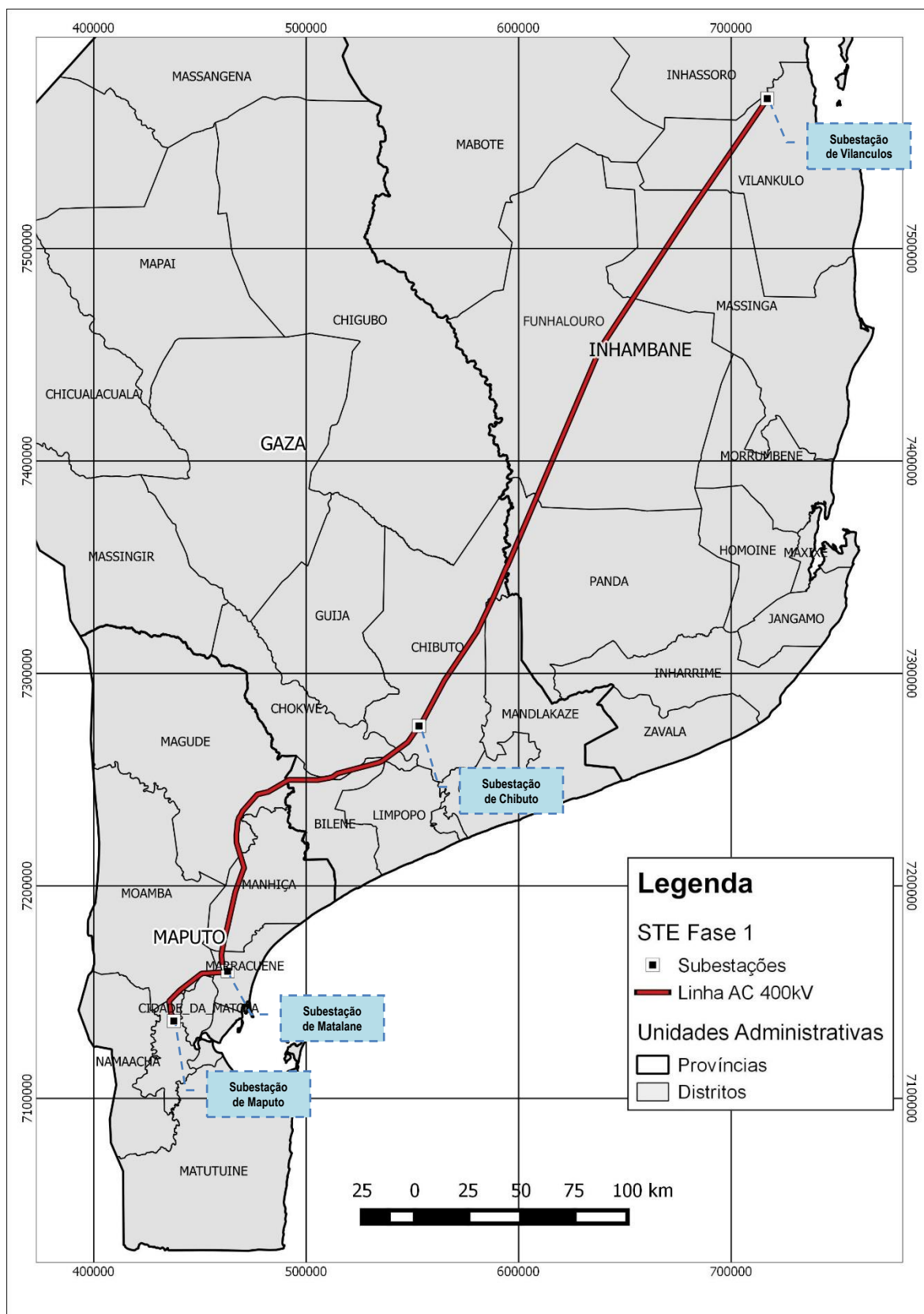


Figura 2.1 – Localização Administrativa do Projecto

2.3 Estabelecimento da Zona de Protecção Parcial (ZPP) e Faixa de Servidão (RoW)

A Faixa de Servidão (RoW) no contexto Moçambicano é algo particular e diferente do que se verifica em muitos outros países, devido à natureza da lei de terras de Moçambique (detalhada no ponto dedicado ao enquadramento legislativo, mais abaixo). Em Moçambique, a terra não é privada – é propriedade do Estado, e não pode ser comprada ou vendida, nem alienada, hipotecada ou onerada de qualquer outra forma. O espírito da lei baseia-se no princípio de garantir acesso à terra, e ao seu uso, à população bem como aos investidores. Como tal, o enquadramento legislativo garante a atribuição de direitos de uso da terra, mas também permite a revogação desses direitos, caso tal seja do interesse público. O Artigo 18(b) da Lei de Terras de 1997 determina que os direitos de uso da terra podem ser extinguidos:

- *“por revogação do direito de uso e aproveitamento da terra por motivos de interesse público, precedida do pagamento de justa indemnização e/ou compensação,”*

A extinção dos direitos de uso da terra guia-se primariamente pelo regulamento do processo de reassentamento, como se descreve no subcapítulo 3.2.

Para projectos de interesse público, tais como linhas de transmissão eléctrica, a terra pode ser expropriada para realizar e melhorar os serviços públicos e/ou estabelecer um bem público, sob a condição da atribuição de compensação justa pelo que é expropriado.

Neste contexto, a atribuição do que se refere comumente como uma Faixa de Servidão (RoW) às infra-estruturas básicas em Moçambique é feita em condições e circunstâncias algo diferentes, quando comparado com outros países. Especificamente, essa RoW é atribuída na forma de uma Zona de Protecção Parcial (ZPP): o Artigo 6 do Decreto 66/1998 (o regulamento da Lei de Terras) afirma que a aprovação de uma linha de transmissão pelas autoridades competentes implica a criação automática da ZPP respectiva. Neste sentido, no contexto Moçambicano, os conceitos de RoW e ZPP deverão ser lidos como sinónimos.

A lei de terras Moçambicana define ainda que tanto as zonas de protecção parcial (ZPP) como total fazem parte do domínio público, e que as linhas e infra-estrutura de electricidade caem sob as ZPP. Para além disso, o Artigo 9 da lei de terras estabelece que não podem ser obtidos direitos de uso da terra em zonas de protecção parcial ou total – embora possam ser atribuídas licenças especiais para actividades específicas.

Os projectos de linhas de transmissão necessitam de uma ZPP² de modo a permitir a sua construção e operação de forma eficiente e eficaz. A ZPP deve ser libertada de todas as infra-estruturas, vegetação e árvores antes e durante a fase de construção e não pode ter quaisquer infra-estruturas ou árvores acima de 3 m de altura durante a fase operacional.

A ZPP é necessária para proteger o sistema dos efeitos do vento, do contacto com árvores e ramos e de outros riscos potenciais que podem resultar em danos ao sistema, falhas de energia, perigos para a população e/ou fogos florestais. Para além disso, a ZPP garante um acesso não

² A ZPP é uma área de cada lado da linha que permite a realização da construção e assegura a segurança da infra-estrutura e o acesso de emergência ou para manutenção durante a fase de operação.

restringido ou inibido à linha durante a fase de operação, para fins de manutenção e/ou em casos de emergência.

No que diz respeito às linhas eléctricas, a Lei de Terras (Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro), estipula que a ZPP inclui um corredor de 50 m de cada lado da linha (100 m de largura total). Inicialmente, foi proposto para o Projecto uma ZPP de 50 m (25 m de cada lado da linha), com base em directrizes regionais e na experiência prévia da EDM. No entanto, houve necessidade de aumentar a largura da ZPP em mais 50 metros, de forma a cumprir com a Lei de Terras Moçambicana. A ZPP tem agora assim uma largura de 100 m (50 m de cada lado da linha).

Embora seja necessário, tal como referido acima, que a ZPP seja limpa de toda a vegetação, infra-estruturas e árvores durante a construção da linha, recomenda-se que o cultivo de culturas anuais³ seja permitido dentro da ZPP – com a excepção das áreas de acesso de emergência, bases das torres, etc. – depois da linha estar operacional. Este acesso terá de ser regulado e é descrito mais abaixo no subcapítulo 3.5.

Tal como mencionado acima, o Projecto inclui também a construção de três novas subestações e a expansão de uma subestação. As áreas das subestações⁴ também terão de ser libertadas de quaisquer infra-estruturas e vegetação. Assim, as áreas necessárias para a construção e expansão das subestações do Projecto são consideradas abrangidas pelo âmbito deste RLFS.

É importante mencionar que a área para a subestação de Matalane, no distrito de Marracuene, não foi estudada, pois a EDM já iniciou um processo separado de reassentamento para essa área. Embora esta área não caia dentro do âmbito deste RLFS, estará dentro do âmbito do PAR. Assim, recomenda-se que as actividades de reassentamento em curso conduzidas pela EDM sejam realizadas de tal forma a permitirem a verificação e confirmação da aderência ao enquadramento descrito neste RLFS e aos requisitos da PO 4.12. Será realizada uma auditoria como parte da preparação do PAR do Projecto, de forma a efectuar tal verificação e documentar a aderência à PO 4.12 e/ou identificar para inclusão no PAR as medidas necessárias para atender a quaisquer acções correctivas, se as mesmas forem necessárias.

2.4 Infra-estruturas Auxiliares

A implementação do Projecto STE – Fase 1 irá necessitar de um conjunto de actividades e componentes auxiliares, que são necessários para apoiar a construção e operação do Projecto. Estas instalações e infra-estruturas auxiliares incluem:

- Construção de estradas de acesso para a construção e manutenção da linha;
- Exploração de manchas de empréstimo para obtenção de agregados e materiais inertes para fins de construção;

³ Não serão permitidas árvores ou estruturas e a EDM irá definir directrizes sobre o tipo de culturas que são permitidas ou não, com base nos potenciais efeitos na linha de transmissão.

⁴ O Projecto já identificou áreas adequadas com 1 km² cada, que serão vedadas e albergarão as subestações.

- Estabelecimento de estaleiros de construção, incluindo acomodação temporária para trabalhadores, parques de máquinas e sítios de armazenamento temporário de materiais e equipamentos.

A localização destas infra-estruturas auxiliares não foi ainda definida. Como tal, não foi possível avaliar os seus potenciais impactos de reassentamento e incluí-las no âmbito deste RLFS. Prevê-se que a localização e dimensionamento destas infra-estruturas serão definidas pelo Empreiteiro de construção, sob a supervisão da EDM.

Dependendo da sua localização e dimensionamento, estas instalações e infra-estruturas auxiliares poderão gerar impactos de reassentamento adicionais. Como tal, poderá ser necessário vir a desenvolver no futuro avaliações e planos de compensação e reassentamento específicos para estas instalações e infra-estruturas auxiliares, após a sua localização ser conhecida. Tais avaliações e planos de reassentamento e compensação específicos deverão ser desenvolvidos em conformidade total com os princípios, directivas e metodologias estabelecidas neste RLFS.

2.5 Descrição do Projecto: Resumo de Aspectos Essenciais

O Projecto de Transporte de Energia da Espinha Dorsal do Sistema Nacional de Transporte de Energia (Projecto STE) tem como principal objectivo a ligação e integração dos dois sistemas de energia separados de Moçambique.

A integração permitirá a transmissão para a região sul de excedentes de energia produzidos no Norte. Desempenhará também um papel fundamental em termos de facilitação e suporte do crescimento económico e do desenvolvimento de Moçambique, dado que se prevê que os projectos de mineração, de petróleo e gás serão impulsionadores económicos essenciais ao longo das próximas décadas.

A Fase 1 do Projecto STE (Vilanculos – Maputo) foi priorizada pela EDM e está actualmente sob avaliação. A Fase 1 inclui uma nova linha de transmissão HVAC de 400 kV com 561 km de extensão entre Vilanculos e Maputo, a construção de três novas subestações – Vilanculos, Chibuto e Matalane (em Marracuene) – e a expansão da subestação de Maputo (em Boane). A ZPP do Projecto tem uma largura de 100 metros (50 m de cada lado da linha).

O Projecto irá também necessitar de instalações e infra-estruturas auxiliares, incluindo estradas de acesso, manchas de empréstimo e estaleiros de construção. No entanto, a localização destas infra-estruturas não foi ainda definida.

3 Quadro Legal e Regulatório

3.1 Considerações Gerais

Esta secção descreve e analisa o quadro legal sob o qual o RLFS foi elaborado, nomeadamente:

- Os regulamentos nacionais (moçambicanos) sobre o reassentamento, descritos e debatidos na secção 3.2 abaixo;
- Os requisitos e melhores práticas internacionais relativos ao reassentamento, particularmente a PO 4.12 do BM, apresentados na secção 3.3.

3.2 Legislação Nacional

3.2.1 Regulamento sobre o Processo de Reassentamento

O **Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas** (Decreto n.º 31/2012, de 8 de Agosto) estabelece os princípios e normas básicos para os processos de reassentamento resultantes de actividades económicas privadas ou públicas, realizadas por indivíduos ou grupos, nacionais ou estrangeiros. É sustentado pelos valores de que tais reassentamentos deverão melhorar a vida das pessoas e assegurar a protecção do ambiente.

Objectivo

De acordo com o Artigo 5.º, o reassentamento visa impulsionar o desenvolvimento socioeconómico do país e garantir que é proporcionada às populações afectadas uma melhor qualidade de vida e equidade social, tendo em conta a sustentabilidade dos aspectos sociais, económicos, ambientais e físicos.

Princípios do Reassentamento

De acordo com o Artigo 4.º, este regulamento identifica os seguintes princípios:

- **Princípio da Coesão Social** – o reassentamento deve garantir a integração social e a restauração e/ou a melhoria dos padrões de vida daqueles que foram afectados;
- **Princípio da Igualdade Social** – todos aqueles que forem afectados pelo processo de reassentamento têm direito à melhoria dos seus padrões de vida ou pelo menos à sua restauração para os níveis anteriores à deslocação;
- **Princípio do Benefício Directo** – deve ser dada às pessoas afectadas a oportunidade de beneficiarem directamente do projecto e de partilharem dos benefícios dos impactos socioeconómicos positivos;
- **Princípio da Equidade Social** – ao fixar as pessoas em novas áreas deve ter-se em consideração o acesso a meios de subsistência, a serviços sociais e aos recursos disponíveis;
- **Princípio de Não-alteração do Nível de Rendimento** – garantir que as pessoas reassentadas têm a possibilidade de restaurar o seu nível de rendimento básico anterior;

- **Princípio de Participação Pública** – as comunidades locais e outras partes interessadas ou afectadas devem ser consultadas e participar no planeamento do processo de reassentamento;
- **Princípio da Responsabilização Ambiental** – aqueles que poluem ou de outra forma danificam o ambiente devem reparar o dano ou compensar pelos danos;
- **Princípio da Responsabilidade Social** – o investidor deve criar infra-estruturas sociais que promovam a aprendizagem, o lazer, o desporto, a saúde, a cultura e outros projectos de interesse comunitário.

Comissão de Reassentamento

O Regulamento providencia disposições para o estabelecimento de uma Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Processo de Reassentamento. O Diploma Ministerial n.º 155/2014, de 19 de Setembro, fornece informação adicional relativamente a esta comissão.

Aprovação do Plano de Reassentamento

O Artigo 9.º do Decreto 31/2012 estipula que o Governo Distrital é a entidade responsável pela aprovação dos Planos de Reassentamento. Essa aprovação deverá ter em consideração os pontos de vista do departamento governamental responsável pelo Ordenamento do Território, após consulta com os departamentos de Agricultura, Administração Local, Obras Públicas e Habitação.

Modelo de Reassentamento

O Artigo 16.º estipula que os processos de reassentamento deverão seguir o seguinte modelo:

- Parcela habitacional regularizada com infra-estruturas adequadas;
- Casas com tipologia mínima de três quartos, com uma área de 70 m²;
- Casas construídas com materiais convencionais e de acordo com um projecto aprovado;
- Os projectos habitacionais devem obedecer às características sociais e culturais do local de reassentamento;
- Durante a construção das casas, deve ser assegurada a preservação da vegetação;
- Nas áreas de reassentamento, as actividades de subsistência devem ser mantidas, conforme apropriado, ou devem ser definidos programas de geração de rendimento;
- O processo de reassentamento deve incluir a construção de estradas de acesso, sistema de abastecimento de água, saneamento, electrificação, posto de saúde, escola, creche, mercado, lojas, posto de polícia, locais de lazer e de prática de desporto, de recreação, lugares sagrados e locais para reuniões;
- As áreas de reassentamento devem incluir zonas para agricultura, pecuária e outras actividades.

Características Ambientais e Critérios para a Definição da Parcela

A Secção II do Decreto 31/2012 enuncia as características ambientais e os critérios para a definição da parcela residencial na nova área (área de reassentamento). As características ambientais que deverão ser levadas em consideração na área de reassentamento são as seguintes:

- Permeabilidade do solo;
- Nível freático;
- Inclinação do terreno;
- Drenagem das águas pluviais;
- Fertilidade dos solos.

O reassentamento é proibido em (i) áreas com riscos ambientais significativos, tais como erosão ou cheias, e em (ii) áreas protegidas de acordo com legislação específica (Artigo 17.º).

A área da parcela residencial é definida levando em consideração os seguintes critérios (Artigo 18.º):

- Aptidão para construção, com inclinação inferior a 10%;
- Áreas com nível freático baixo;
- Em zonas urbanas, nenhuma parcela deverá ter uma área inferior a 800 m²;
- Em zonas rurais, nenhuma parcela deverá ter uma área inferior a 5 000 m²;
- Acesso frontal a uma estrada de acesso;
- Ventilação natural;
- Acesso a água e outras infra-estruturas;
- Acesso a infra-estruturas sociais.

Se as condições físicas e naturais não permitirem a instalação de um sistema de abastecimento de água, devem ser construídas latrinas melhoradas a uma distância mínima de 10 m da casa.

Nas zonas rurais, devem ser providenciados espaços físicos para horticultura, criação de aves e de outros animais.

O Regulamento estipula que o Governo Distrital é responsável por alocar a área necessária para o reassentamento.

Elaboração do Plano de Reassentamento

A secção III do Regulamento define as fases para a elaboração do Plano de Reassentamento. Esta directriz foi subsequentemente revista e finalizada pelo Diploma Ministerial n.º 156/2014 – Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação dos Planos de Reassentamento.

3.2.2 Diplomas Ministeriais de Orientação para o Processo de Reassentamento

Em 2014, o Governo de Moçambique aprovou dois Diplomas Ministeriais para suportar a aplicabilidade prática do Decreto n.º 31/2012, nomeadamente:

- **Regulamento Interno para o Funcionamento da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Processo de Reassentamento**, Diploma Ministerial n.º 155/2014, de 19 de Setembro;
- **Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação dos Planos de Reassentamento**, Diploma Ministerial n.º 156/2014, de 19 de Setembro.

Comissão de Reassentamento

O Regulamento Interno para o Funcionamento da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Processo de Reassentamento (Diploma Ministerial n.º 155/2014) estabelece as condições para a organização e o funcionamento de todos aqueles envolvidos no acompanhamento e supervisão do processo de reassentamento. A Comissão de Reassentamento inclui as Comissões Provinciais e Distritais, com a seguinte composição:

- Comissão Provincial:
 - Director da área que supervisiona a actividade de ordenamento do território ao nível provincial;
 - Director de Obras Públicas e Habitação;
 - Director de Agricultura;
 - Director de Acção Social;
 - Director de área relacionada.
- Comissão Distrital:
 - Director do Serviço de Saúde, Mulher e Acção Social;
 - Cinco representantes da população afectada;
 - Um representante da Sociedade Civil;
 - Três líderes comunitários;
 - Dois líderes comunitários da área anfitriã;
 - Dois representantes do sector privado.

As Comissões têm as seguintes responsabilidades:

- Supervisionar o processo de reassentamento e garantir que os direitos e prerrogativas daqueles afectados são observados;
- Comunicar com as autoridades competentes acerca de quaisquer irregularidades ou acção ilegal detectadas durante o processo de reassentamento;
- Receber queixas de pessoas afectadas e encaminhar casos para as autoridades competentes relevantes, no caso de não ser possível alcançar uma solução a nível local, entre a EDM e as pessoas afectadas;
- Elaborar relatórios de acompanhamento e avaliação do processo de reassentamento, levando em consideração os planos aprovados anteriormente;
- Propor notificações à EDM para clarificação durante o processo de reassentamento;
- Mobilização e sensibilização da população quanto ao processo de reassentamento;
- Intervenção em todas as fases do processo de reassentamento, incluindo a sua supervisão;
- Sensibilização da população para os seus direitos e obrigações sob o processo de reassentamento;
- Analisar os relatórios da Consulta Pública e dar a sua opinião sobre questões ligadas ao reassentamento.

Elaboração e Implementação do PAR

A **Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação dos Planos de Reassentamento** (Diploma Ministerial n.º 156/2014, de 19 de Setembro) visa operacionalizar o Regulamento do Processo de Reassentamento (Decreto n.º 31/2012) e facilitar maior participação e aproximação entre todas as partes envolvidas. Coloca a ênfase na noção de que o processo de reassentamento não precisa de ser necessariamente socialmente destrutivo, em certos contextos, mas deve antes ser conceptualizado como uma oportunidade para melhorar os níveis de vida dos afectados e desenvolver novas zonas residenciais bem estruturadas e normalizadas, de acordo com os princípios definidos no artigo 4.º do Decreto n.º 31/2012.

A Directiva padroniza os planos de reassentamento, através da formulação de um quadro conceptual fundamentado e coerente baseado em princípios teóricos e experiência prática. A Directiva apresenta directrizes para o processo, identifica os diferentes passos que caracterizam a elaboração e a implementação do plano de reassentamento, e define os conteúdos e os resultados exigidos para cada fase.

Esta Directiva estipula que o plano de reassentamento é elaborado e gerido em 3 fases:

- Relatório do Levantamento Físico e Socioeconómico (RLFS);
- Plano de Reassentamento (PR);
- Plano de Acção da Implementação de Reassentamento (PAIR).

O RLFS faz parte do processo da AIAS, e tem de ser apresentado conjuntamente com o EIA, para todos os Projectos que impliquem qualquer forma de reassentamento. Ou seja, no contexto Moçambicano, um RLFS é desenvolvido e submetido juntamente com o EIA ao MITADER (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural) a nível nacional. Após a aprovação do EIA, é emitida uma licença ambiental provisória, que pode depois ser usada para instruir as licenças e autorizações necessárias subsequentes. Durante este período, a engenharia de detalhe do Projecto deve ser concluída (incluindo quaisquer requisitos específicos exigidos na licença, caso a mesma seja condicional). Este é também o período durante o qual o PR e PAIR são desenvolvidos. Estes documentos são então submetidos e aprovados a nível Distrital.

A Directiva estabelece também, através da secção 3.2.2 do Diploma Ministerial 156/2014, que a área hospedeira será identificada durante a fase do PAR, tendo de ser acordada por todas as partes afectadas e partes interessadas relevantes, incluída numa minuta devidamente assinada por todas as partes envolvidas e divulgada publicamente a nível local.

Considera-se assim que o enquadramento legislativo moçambicano se equipara relativamente bem com a PO 4.12 do BM. Em essência, quanto estes dois conjuntos de requisitos divergem, tal deve-se apenas à adaptação de políticas internacionais genéricas a contextos locais específicos. Por outras palavras, onde o BM procura aplicar políticas standardizadas, aplicáveis a qualquer país (independentemente do seu estado de desenvolvimento – sejam países da América Latina, Europa de Leste, subcontinente Indiano, ou África), a legislação Moçambicana procura aplicar e adaptar tais normas ao contexto do país e às suas realidades socioeconómicas específicas. Como tal, a política de Moçambique adopta o princípio de que as iniciativas de desenvolvimento de infra-

estruturas⁵ devem ser aproveitadas para melhorar os níveis de vida dos seus cidadãos, ao mesmo tempo que devem ser aplicados esforços para não criar ou incrementar altos níveis de desigualdade entre e no meio das comunidades locais⁶.

Para além desta contextualização das melhores práticas ao contexto local, o processo de reassentamento Moçambicano, no seu conjunto, é consistente com os requisitos da OP 4.12 do BM, integrando-os no processo nacional⁷. O faseamento do processo, e os momentos de realização das acções, é no entanto diferente, dado mais uma vez à aplicação ao contexto e realidade local⁸.

3.2.3 Outra Legislação Nacional Relevante Relacionada com o Processo de Reassentamento

Para além da legislação acima, há vários outros componentes do quadro legislativo nacional que são relevantes para as actividades de reassentamento e que servem como guias para aspectos específicos dos processos de reassentamento, e que são descritos nos parágrafos seguintes.

A Constituição da República de Moçambique (2004) declara que todos os cidadãos têm o direito de viver num ambiente natural equilibrado (Artigo 72.^o), e o dever de defendê-lo. Além disso, o Estado envidará esforços para garantir o equilíbrio ecológico e a conservação e preservação do ambiente, com vista a melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos. Para garantir o direito ao ambiente no quadro do desenvolvimento sustentável, o Estado adoptará políticas dirigidas à prevenção e controlo da poluição e da erosão e à integração dos objectivos ambientais nas políticas do sector público (Artigo 117.^o).

A **Política Nacional de Terras** (Resolução n.º 10/95, de 17 de Outubro) afirma que o Estado detém a terra e garantirá o acesso à terra a todas as comunidades, agregados familiares e indivíduos, para “assegurar os direitos do povo Moçambicano sobre a terra e outros recursos naturais, assim como promover o investimento e o uso sustentável e equitativo destes recursos” (Resolução n.º 10/95, ponto 18).

O Estado é também responsável pelo ordenamento físico e uso da terra, mesmo que haja planos de ordenamento realizados pelo sector privado. Os princípios mais importantes relativos à política de terras de Moçambique são os seguintes:

⁵ Entre outras tipologias de projecto, como investimentos industriais ou corporativos.

⁶ Este ponto deve ser enfatizado como parte da explicação do motivo dos requisitos Moçambicanos parecerem ser – numa análise superficial – menos exigentes dos que os do BM. Dado os muito elevados níveis de pobreza e vulnerabilidade ao longo do país, o governo procura capitalizar nos projectos de investimento para ajudar a elevar os seus cidadãos das condições de pobreza e vulnerabilidade extrema – o reassentamento é conceptualizado como uma oportunidade para tal. Os critérios de reassentamento parecem ser menos exigentes porque – dado o contexto de pobreza generalizado – o governo procura evitar a criação de desigualdade e a provisão de oportunidades a indivíduos específicos simplesmente porque se encontram em áreas necessárias para um projecto particular. Para além disso, através deste processo o GoM tenta evitar que as pessoas se movam para dentro das áreas demarcadas, apenas para se beneficiarem do processo de reassentamento.

⁷ Com excepção do princípio de procurar alternativas ao reassentamento, dado que o ambiente legislativo e político de Moçambique encara o reassentamento como uma oportunidade para erguer as comunidades da pobreza e vulnerabilidade extrema.

⁸ Por exemplo, a identificação de áreas hospedeiras, a definição dos pacotes de reassentamento, a concepção das casas de substituição e a participação comunitária nestes processos são realizadas em Moçambique apenas após o MITADER ter aprovado o EIA. Isto pretende evitar (i) a perda de tempo para indivíduos e comunidades (tempo retirado às suas estratégias de subsistência) e (ii) a criação de expectativas, caso o projecto não seja aprovado.

- A terra é propriedade do Estado e a sua venda, hipoteca ou oneração não são legalmente permitidas. A Lei de Terras de 1997 determina direitos de uso da terra limitados através de um sistema unitário chamado DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra), o qual se aplica a indivíduos, comunidades e empresas.
- Garantir que as mulheres têm o acesso e o direito de usar a terra.

A **Política de Ordenamento do Território** (Resolução n.º 18/2007, de 30 de Maio), a qual estipula nos seus objectivos específicos a necessidade de assegurar a segurança das comunidades no acesso à terra e aos recursos naturais.

Apresenta-se a seguir um resumo de outra legislação relevante para o processo de reassentamento:

- A **Lei de Terras** (Lei n.º 19/1997, de 1 de Outubro) fornece a base para a definição dos direitos das pessoas respeitantes ao uso de terras, fornece informações sobre os direitos baseados em práticas consuetudinárias e os procedimentos para a aquisição de títulos de uso de terras por comunidades e indivíduos. Em relação aos direitos de uso da terra através de ocupação por direitos consuetudinários ou de “boa-fé” (ocupação não contestada por um período de 10 anos), a lei recomenda um processo com base em consulta, de forma a identificar ou confirmar os direitos das comunidades e/ou indivíduos a uma terra específica. O Artigo 24.º estipula que nas zonas rurais, as comunidades locais participam: a) na gestão dos recursos naturais; b) na resolução de conflitos; c) no processo de aquisição de títulos de acordo com a cláusula 3 do artigo 13.º desta lei; e d) na identificação e delimitação dos limites das terras. Nas primeiras duas actividades [(a) e (b)], as comunidades locais usam práticas e tradições consuetudinárias, entre outros meios de resolver conflitos / disputas. Como tal, as comunidades, em particular as rurais, têm um papel muito importante na atribuição e designação dos direitos à terra;
- A **Lei de Ordenamento do Território** (Lei n.º 19/2007, de 18 de Julho) e o respectivo **Regulamento da Lei de Ordenamento do Território** (Decreto n.º 23/2008, de 1 de Junho). A Cláusula 2 a) do Artigo 68.º do Regulamento estipula que a expropriação de terras para efeitos de ordenamento do território é considerada de interesse público porque se destina a salvaguardar interesses comuns da comunidade, como a aquisição de espaços para infra-estruturas económicas e sociais, com impactos positivos muito significativos. Esta lei descreve ainda como os planos de habitação, estrutura urbana e respectivas infra-estruturas devem ser desenvolvidos, em conformidade com os regulamentos de ordenamento territorial;
- **Directiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos de Ordenamento Territorial** (Decreto Ministerial n.º 181/2010, de 3 de Novembro). Esta Directiva estabelece as regras e os procedimentos da expropriação para efeitos de ordenamento territorial;
- **Regulamento da Exumação de Cadáveres** (Decreto N.º 42/90, de 29 de Dezembro). O Artigo 15.º e) deste regulamento estabelece que nas zonas urbanas, os serviços funerários estão associados a municípios responsáveis pela gestão das zonas urbanas; estes serão responsáveis por organizar e autorizar exumações, transferência ou enterramento de cadáveres. A cláusula 2 do artigo 1.º estipula que o enterramento de cadáveres nas zonas

rurais pode ser feito em cemitérios ou em outras localizações devidamente autorizadas pelas autoridades competentes, mas não estabelece quais são essas autoridades. O Regulamento não estipula nada quanto a exumações e enterramentos em zonas rurais para a implementação de projectos de desenvolvimento.

- **Directiva Geral para a Participação Pública** (Diploma Ministerial n.º 130/2006, de 9 de Julho). Esta Directiva define os princípios que devem ser levados em consideração num processo de participação pública durante um processo de AIAS, incluindo os princípios de acessibilidade, inclusão, representação, funcionalidade, negociação e responsabilização.

Moçambique ratificou também Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos e Direitos das Crianças e Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. A agenda de Moçambique sobre Direitos Humanos e o Direito do Trabalho define direitos específicos baseados na justiça e na igualdade de oportunidades, sem discriminação, em benefício de investimentos e empreendimentos privados.

As políticas de descentralização de Moçambique, bem como os regulamentos e directivas sobre consulta pública em AIAS e a Lei de Terras, advogam a importância do envolvimento e da consulta do Governo Local (ao nível distrital e/ou a um nível inferior), e o compromisso com uma governação mais transparente e processos de planeamento participados.

3.3 Políticas Internacionais, Procedimentos e Directrizes

3.3.1 Banco Mundial

3.3.1.1 Política Operacional 4.12: Reassentamento Involuntário

Os objectivos principais da Política Operacional sobre o Reassentamento Involuntário (PO 4.12) do Banco Mundial (BM) são:

- Evitar ou minimizar o reassentamento involuntário sempre que for possível;
- Desenvolver as actividades de reassentamento como programas de desenvolvimento sustentável, providenciando recursos de investimento suficientes para permitir que as pessoas deslocadas possam partilhar dos benefícios dos projectos;
- Consultar extensivamente as pessoas deslocadas e dar-lhes a oportunidade de participar no planeamento e implementação dos programas de reassentamento;
- Auxiliar as pessoas deslocadas nos seus esforços para melhorar os seus meios de subsistência e as suas condições de vida, ou pelo menos para os restaurarem, em termos reais, para os níveis anteriores à deslocação ou para os níveis que tinham antes do início da implementação do projecto, aqueles que forem mais elevados.

Esta política é normalmente aplicada a projectos que requerem financiamento internacional. O Anexo A da PO 4.12 (parágrafos 17-31) descreve o âmbito e o nível de pormenor dos conteúdos de um plano de reassentamento. Estes incluem objectivos, impactos potenciais, estudos socioeconómicos, quadro legal e institucional, elegibilidade, avaliação e compensação de perdas, medidas de reassentamento, planificação de realojamento, participação comunitária,

procedimentos de gestão de reclamações, calendário de implementação, custos e orçamentos, e monitorização e avaliação.

A PO 4.12 (6a) do BM exige que o plano de reassentamento inclua medidas para assegurar que as pessoas deslocadas são (i) informadas acerca das suas opções e dos seus direitos, (ii) consultadas e que lhes são dadas escolhas entre alternativas de reassentamento técnico e economicamente viáveis, e (iii) compensadas imediata e eficazmente pelos custos totais do reassentamento num valor de substituição integral.

A PO 4.12 (8) do BM exige que seja dada uma atenção especial às necessidades dos grupos mais vulneráveis entre aqueles que foram deslocados, tais como: aqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza, sem terra, idosos, mulheres e crianças, povos indígenas, minorias étnicas ou quaisquer pessoas deslocadas que possam não ser protegidos pela lei nacional de terras e compensação.

A PO 4.12 (13a) do BM estipula que quaisquer pessoas deslocadas e as suas comunidades e quaisquer comunidades hospedeiras que as recebam devem receber a informação relevante de forma atempada. Elas também devem ser consultadas sobre as opções de reassentamento e devem ser-lhes dadas oportunidades para participarem no planeamento, implementação e monitorização do reassentamento.

A PO 4.12 (12a) do BM estabelece que o pagamento de compensações monetárias por activos perdidos pode ser apropriada nos casos em que os meios de subsistência dependem da terra, mas apenas quando a terra expropriada para o projecto seja uma pequena fracção (menos de 20%) do activo afectado e: (i) o restante for economicamente viável e (ii) existirem mercados activos para terra, habitação e emprego, as pessoas deslocadas possam usar tais mercados, e exista oferta suficiente de terra e habitação. Se as PAP forem vulneráveis, as compensações monetárias irão requerer assistência e orientação.

A PO 4.12 (6 b) estabelece que no caso de realojamento físico, as pessoas deslocadas devem (i) receber assistência (tal como subsídios de deslocação) durante o realojamento, e (ii) receber áreas residenciais, ou áreas para habitação, e, se necessário, áreas agrícolas, as quais deverão apresentar uma combinação de factores, como o potencial produtivo, as vantagens da localização, entre outros, que seja pelo menos equivalente às vantagens do local antigo.

A PO 4.12 (6 c) define que, onde necessário, as pessoas deslocadas devem receber apoio após a deslocação, durante um período de transição, com base numa estimativa razoável do tempo que será provavelmente necessário para restaurarem os seus meios de subsistência e as suas condições de vida. Esta assistência ao desenvolvimento é prestada em adição às medidas de compensação, e pode incluir medidas de apoio ao desenvolvimento como a preparação de terras, facilidades de crédito, formação ou oportunidades de emprego.

A PO 4.12 (13 a) exige que sejam estabelecidos mecanismos de reclamação que sejam apropriados e acessíveis, para resolver quaisquer questões que surjam.

3.3.1.2 Plano de Reassentamento

De acordo com a PO 4.12, o PAR deve cobrir os seguintes aspectos:

- Descrição geral do projecto e identificação da área do projecto;
- Identificação de impactos potenciais;
- Objectivos principais do programa de reassentamento;
- Estudos socioeconómicos, incluindo os resultados de um recenseamento, a magnitude das perdas esperadas, informação nos grupos vulneráveis e provisões para actualizações periódicas da informação até ao momento do deslocamento, bem como informação sobre a posse de terra, padrões de interacção e sistemas de apoio sociais, infra-estruturas públicas e serviços sociais, e características sociais e culturais;
- Quadro legal, incluindo a identificação de quaisquer lacunas em relação à PO 4.12 ;
- Quadro institucional, incluindo uma avaliação da capacidade institucional;
- Critérios de elegibilidade para determinar a elegibilidade das pessoas deslocadas em relação à compensação e outra assistência de reassentamento;
- Metodologia para avaliação e compensação de perdas;
- Descrição dos pacotes de compensação e de outras medidas de reassentamento, preparadas em consulta com as partes afectadas e assegurando a compatibilidade com as suas preferências culturais;
- Informação relativa à identificação e preparação dos locais de realojamento, incluindo alternativas consideradas e os mecanismos institucionais para a sua preparação;
- Planos para providenciar habitação, infra-estruturas e serviços sociais às pessoas reassentadas e às populações hospedeiras;
- Medidas de protecção e gestão ambiental para as áreas de reassentamento;
- Participação da comunidade, incluindo a documentação das escolhas apresentadas e das respostas recebidas, e a descrição dos mecanismos para a comunicação de preocupações às autoridades do projecto ao longo do processo de reassentamento;
- Integração com as populações anfitriãs, incluindo consulta com grupos hospedeiros e medidas de mitigação propostas, tais como serviços e infra-estruturas adicionais, onde necessário;
- Procedimentos de reclamação e de resolução de disputas, com envolvimento de terceiros;
- Responsabilidades organizacionais e quadro para a implementação do reassentamento, incluindo necessidades de reforço de capacidade, coordenação governamental inter-departamental e sustentabilidade das infra-estruturas do reassentamento;
- Calendário da implementação das medidas e cumprimento dos objectivos, com ligações ao calendário de implementação global do Projecto;
- Custos e orçamento, incluindo provisões para inflação, crescimento populacional e outras contingências, indicando ainda as fontes dos fundos;
- Monitorização e avaliação, incluindo entradas, saídas e indicadores de desempenho para as actividades de reassentamento.

A maior parte dos itens listados acima são tratados neste RLFS. Alguns destes itens, contudo, não podem ser completamente concretizados no momento presente, dada a forma como o processo nacional de reassentamento foi definido. Por exemplo, não podem ser fornecidos nesta altura um calendário de implementação completo e detalhado e uma descrição dos procedimentos de integração com as comunidades anfitriãs, pois os mesmos serão elaborados na fase seguinte do

processo nacional de reassentamento (nos documentos PR e PAIR). No entanto, foram feitos todos os esforços possíveis para fornecer o máximo de informação possível neste RLFS, dentro dos constrangimentos da lei e política nacional.

3.3.1.3 Objectivos do Plano de Acção de Reassentamento

Segundo o Banco Mundial, um plano de acção de reassentamento deve incluir: (i) compensação pela perda de terra ou de estruturas físicas na terra, incluindo negócios; (ii) o movimento físico de pessoas reassentadas; e (iii) a reabilitação económica das pessoas afectadas pelo projecto (PAP), de modo a melhorar (ou pelo menos restaurar) os níveis de rendimento ou de vida que existiam antes de ter ocorrido a acção que provocou o reassentamento.

Quando o reassentamento for inevitável, o BM providenciou os seguintes princípios orientadores de modo a atingir os objectivos acima mencionados:

- Elaboração de um plano de reassentamento e de um plano de acção de reassentamento que garantam que as pessoas deslocadas:
 - São informadas sobre as suas opções e os seus direitos no que diz respeito ao reassentamento;
 - São consultadas sobre o reassentamento, que lhes são dadas opções de escolha e providenciadas alternativas de reassentamento técnico e economicamente viáveis;
 - São compensadas imediata e eficazmente num valor de substituição integral pelas perdas de activos que sejam directamente atribuíveis ao projecto;
 - Recebem assistência (tal como subsídios de deslocação) durante o realojamento;
 - Recebem áreas residenciais, ou áreas para habitação, ou, como seja necessário, áreas agrícolas, as quais deverão apresentar uma combinação de factores, como o potencial produtivo, as vantagens da localização, entre outros, que seja pelo menos equivalente às vantagens do local antigo.
 - Recebem apoio após a deslocação, durante um período de transição, com base numa estimativa razoável do tempo que será provavelmente necessário para restaurarem os seus meios de subsistência e as suas condições de vida;
 - Recebem assistência ao desenvolvimento, prestada em complemento às compensações, como a preparação de terras, facilidades de crédito, formação ou oportunidades de emprego.
- A política também defende que:
 - Deve ser dada uma atenção especial às necessidades dos grupos mais vulneráveis entre aqueles que foram deslocados, particularmente aqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza, sem terra, idosos, mulheres e crianças, povos indígenas, minorias étnicas, ou outras pessoas deslocadas que possam não estar protegidas pela legislação nacional de compensação de terras;
 - A implementação de actividades de reassentamento deve estar ligada à implementação da componente de investimento do projecto para garantir que a deslocação ou a restrição de acesso não tem lugar antes de estarem preparadas as medidas necessárias para o reassentamento. Estas medidas incluem providenciar compensação e outra assistência necessária para o realojamento, antes da

deslocação, e preparar e disponibilizar áreas de reassentamento com infra-estruturas adequadas, onde tal for necessário. Em particular, a aquisição de terra e de outros activos relacionados só pode ter lugar após as compensações terem sido pagas e, onde tal for aplicável, terem sido disponibilizados às pessoas deslocadas os locais de reassentamento e os subsídios de deslocação;

- As pessoas deslocadas e as suas comunidades, e quaisquer comunidades anfitriãs que as recebam, devem receber informação relevante de forma atempada, devem ser consultadas sobre as opções de reassentamento, e devem ser-lhes proporcionadas oportunidades de participação no planeamento, implementação e monitorização do reassentamento. Devem ser estabelecidos mecanismos de reclamação apropriados e acessíveis para estes grupos.
- Sejam providenciados, nos novos locais de reassentamento ou nas comunidades anfitriãs, os serviços públicos e infra-estruturas necessários para melhorar, restaurar ou manter a acessibilidade e os níveis de serviço para as pessoas deslocadas e as comunidades anfitriãs. Sejam providenciados recursos alternativos ou semelhantes para compensar as perdas de acesso aos recursos comunitários (como áreas de pesca, pastagens, combustível ou forragens);
- Os padrões de organização comunitária adequados às novas circunstâncias sejam baseados em escolhas feitas pelas pessoas deslocadas. Que, na medida em que for possível, as instituições sociais e culturais existentes das pessoas reassentadas e de quaisquer comunidades anfitriãs sejam preservadas e sejam respeitadas as preferências das pessoas reassentadas no que diz respeito a serem realojadas em comunidades e grupos pré-existent.
- A política também estabelece os seguintes princípios orientadores onde se irão basear os critérios para determinar a elegibilidade para compensação, reassentamento e medidas de auxílio à reabilitação para as PAP:
 - i. Pessoas que têm direitos legais formais à terra, incluindo consuetudinários e tradicionais; e direitos religiosos⁹ reconhecidos pelas leis de Moçambique;
 - ii. Pessoas que não têm direitos legais formais à terra ou activos à altura do início do recenseamento, mas que possuem uma pretensão reconhecida a tal terra ou activos em conformidade com as leis nacionais de Moçambique. Este grupo de pessoas inclui aquelas que vieram / regressaram do estrangeiro e a quem foram dadas terras pelas autoridades locais para se instalarem, e/ou para ocuparem em sociedade matrimonial;
 - iii. Pessoas que não têm qualquer direito legal ou pretensão reconhecidos à terra que estão a ocupar, a usar ou a partir da qual obtêm a sua subsistência. Este grupo de pessoas inclui aqueles que se instalam num lugar de forma temporária ou semipermanente, ou aqueles que se instalaram num lugar sem qualquer concessão ou autoridade formal.

Às PAP classificadas de acordo com os subparágrafos (i) e (ii) acima será providenciada compensação pela terra, edifícios e/ou activos fixos directamente afectados pelo projecto. Elas

⁹ Considera-se que qualquer objecto, ou estrutura, ou artefacto imóvel que tenha significância religiosa deve ser tido em consideração, dado que tal é reconhecido pela legislação nacional.

serão reassentadas e receberão assistência de reabilitação. A compensação estará de acordo com as disposições deste RLFS e da PO 4.12.

Às pessoas cobertas pelo subparágrafo (iii) acima será providenciada compensação por qualquer melhoria / estruturas / bens na terra ocupada, caso tenham ocupado a terra em data prévia à data moratória (a ser definida durante a fase do PAR). Para além disso, se elas ocupavam a área do projecto antes da data moratória estabelecida, terá também de lhes ser prestado o auxílio necessário para satisfazer as disposições estabelecidas neste RLFS e na PO 4.12.

As comunidades que incluem distritos, cidades, bairros e povoações que irão perder terra, recursos e/ou acesso a activos de forma permanente, serão elegíveis para compensação. A compensação às comunidades irá incluir, por exemplo: sanitários públicos, mercados, parques de estacionamento e postos de saúde ou outras compensações apropriadas escolhidas pela comunidade. As medidas de compensação garantirão que o estado socioeconómico da comunidade anterior ao reassentamento será restaurado ou melhorado. A restauração dos meios de subsistência estará coberta pelo PAR. Deverão ser considerados benefícios à escala comunitária para comunidades afectadas (reassentadas e anfitriãs), incluindo opções para acesso ao serviço de electricidade onde tal seja viável e apropriado.

3.3.2 Corporação Financeira Internacional

A Corporação Financeira Internacional (IFC – *International Finance Corporation*) é o braço de investimento do sector privado do Grupo Banco Mundial. Em 2002, a IFC publicou o Guia de Preparação de um Plano de Acção de Reassentamento, o qual desenvolve e operacionaliza os princípios estabelecidos na PO 4.12 do BM. Esta publicação foi levada em conta na elaboração deste RLFS.

3.4 Quadro Legislativo e Regulatório: Resumo de Aspectos Essenciais

Quadro legislativo nacional – legislação-chave pertinente para o RLFS:

- Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, Decreto n.º 31/2012;
- Regulamento Interno para o Funcionamento da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Processo de Reassentamento, Diploma Ministerial n.º 155/2014;
- Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação dos Planos de Reassentamento, Diploma Ministerial n.º 156/2014.

Outros elementos relevantes do quadro legislativo nacional que foram utilizados:

- Lei Nacional de Terras, Lei n.º 19/1997;
- Política Nacional de Terras, Resolução n.º 10/1995;
- Lei de Ordenamento do Território, Lei n.º 19/2007;
- Regulamento da Lei de Ordenamento do Território, Decreto n.º 23/2008;

- Directiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos de Ordenamento Territorial, Decreto n.º 181/2010;
- Regulamento da Exumação de Cadáveres, Decreto n.º 42/1990;
- Directiva Geral para a Participação Pública, Diploma Ministerial n.º 130/2006.

Políticas e Directrizes Internacionais – políticas-chave pertinentes para o RLFS:

- Banco Mundial: PO 4.12 – Reassentamento Involuntário;
- Banco Mundial: PO 4.12 Anexo A – Instrumentos do Reassentamento Involuntário.

3.5 Análise de Diferenças

Tal como previamente referido, existe uma divergência entre a PO 4.12 e o quadro legislativo nacional, em relação ao capitalizar sobre o Projecto para reassentar populações e melhorar as suas condições de vida *versus* o evitar do reassentamento de populações locais através da busca de alternativas. Caso sejam procuradas alternativas para evitar ou minimizar o reassentamento, conforme a PO 4.12, uma abordagem possível seria desviar o traçado da linha de transmissão, em particular nas áreas mais densamente povoadas da Província de Maputo, nos distritos de Boane e Marracuene (ver Figura 7.1). Alternativamente, ou conjuntamente com o desvio da linha, os agregados ou indivíduos que actualmente utilizam a terra dentro da ZPP identificada poderiam ser autorizados a continuar a utilizar a terra durante a fase operacional do Projecto, desde que esses usos garantam a sua segurança e cumpram com os requisitos de acesso de manutenção e emergência à linha, conforme notado anteriormente. Esta utilização teria de ser formalizada, através ou duma licença especial ou de um memorando de entendimento – entre os utilizados da terra, a EDM e a agência governamental competente – o que seria da responsabilidade da EDM¹⁰.

A tabela seguinte apresenta uma análise de diferenças entre a legislação moçambicana aplicável e a PO 4.12 do BM, bem como as recomendações para reduzir as diferenças.

Tabela 3.1 – Análise de diferenças entre a legislação moçambicana aplicável e a PO 4.12 do Banco Mundial

TIPO DE ACTIVO	LEGISLAÇÃO NACIONAL	PO 4.12 DO BANCO MUNDIAL	MEDIDAS RECOMENDADAS PARA REDUZIR AS DIFERENÇAS
Terra	De acordo com a Lei de Terras 19/97, Artigo 3.º: a terra pertence ao Estado e não pode ser vendida, hipotecada ou empenhada de nenhuma forma. Assim, a terra é compensada em espécie. A terra de substituição deve ser equivalente ou superior à terra substituída, de um ponto de vista da subsistência.	A compensação em espécie é recomendada. Deve ser prestada assistência para a restauração da produtividade e para alcançar níveis de produção (pelo menos equivalentes à terra substituída). A compensação monetária é possível, mas deve ser suficiente para obter terra de características semelhantes (valor de substituição) e não é recomendada se as terras afectadas representarem 20% ou mais da terra do agregado familiar.	Onde a terra não for substituída em espécie, pode ser considerada compensação parcial, dado que a ZPP pode ser usada para o cultivo de culturas anuais (só não são permitidas árvores). Compensação apenas se o uso de terra afectado for restrito ou proibido e para as áreas adquiridas para torres e instalações permanentes. A compensação será em espécie ou a custo de substituição total.
Edifícios (casas, anexos e outras estruturas construídas)	Segundo o Decreto 31/2012, são compensados em espécie. Os requisitos mínimos para as casas de substituição	Recomenda-se a compensação em espécie, incluindo a compensação pela terra, seguindo os requisitos mínimos. A compensação deve ser feita ao valor integral de substituição,	Compensação em espécie com base no actual valor / características da terra e das casas e estruturas, com melhoramentos para atingir os padrões mínimos (chão de

¹⁰ É importante notar que tais usos na ZPP seriam benéficos, na medida em que permitem reduzir os impactos de reassentamento do Projecto, e poderiam ser úteis à EDM, no sentido que um uso apropriado da terra dentro da ZPP poderia garantir um controlo do crescimento da vegetação. Por outro lado, tais utilizações iriam requerer uma licença especial, em conformidade com a lei de terras, e iriam ter de ser restringidas, em termos dos usos que os agregados podem desenvolver na terra – incluindo proibição de estruturas ou árvores. Para além disso, os direitos legais dessas PAP à terra seriam mais precários, dado que não é possível a emissão de DUATs dentro de uma ZPP. Estas situações teriam de ser geridas através da licença especial ou de um memorando de entendimento, que teria de especificar os direitos e obrigações de ambas as partes.

TIPO DE ACTIVO	LEGISLAÇÃO NACIONAL	PO 4.12 DO BANCO MUNDIAL	MEDIDAS RECOMENDADAS PARA REDUZIR AS DIFERENÇAS
afectadas)	incluem: - Construídas com materiais convencionais; - 3 quartos; - 70 m ² ; - Parcela de 5.000 m ² nas zonas rurais e de 800 m ² nas zonas urbanas.	incluindo todos os custos de transacção (impostos, licenças, taxas, mudança, etc.), incluindo o valor necessário para obter o DUAT para uma terra semelhante.	cimento, telhado de zinco, paredes em terra e cimento ou em blocos de betão, latrina independente em cimento), bem como todos os custos de transacção. A EDM providenciará às pessoas deslocadas fisicamente uma escolha de opções para habitação adequada, com segurança de posse. Casas em construção e casas com mais de 70 m ² podem ser substituídas por casas semelhantes ou compensadas ao valor de mercado total sem depreciação (valor de substituição integral, incluindo o valor necessário para obter o DUAT para terra semelhante). Se forem encontrados santuários e sepulturas, a EDM pagará os custos cerimoniais e de reassentamento necessários e organizará os serviços de realojamento adequados.
Culturas	As culturas e árvores de fruto podem ser compensadas monetariamente de acordo com uma lista de compensações fornecida pela Direcção Provincial de Agricultura.	Para as culturas perenes, a compensação terá em conta o tempo de geração da produção ao longo da vida da árvore / planta. Para as culturas anuais, a terra oferecida como compensação permite a restauração da produção. As culturas e árvores perdidas são compensadas ao valor de substituição integral.	Compensação monetária de acordo com a tabela de compensações da Direcção Provincial de Agricultura. A tabela deve ser validada por um estudo de preços de mercado. Se o preço de mercado for superior, será esse a base da compensação para se alcançar o valor de substituição integral.
Impacto Económico	O Decreto 31/2012 não contempla disposições para impactos económicos. Porém, é habitual compensar pelo valor das infra-estruturas e pela perda de rendimento durante o período que durar a reconstrução da estrutura afectada.	Programa de reassentamento que permite ao proprietário obter um fluxo de rendimento comercial total e compensação por quaisquer lucros perdidos em caso de haver interrupção do negócio.	Programa de reassentamento que permite ao proprietário obter um fluxo de rendimento comercial total. Compensação oferecida pelo custo do restabelecimento das actividades comerciais em outro lugar, a perda de rendimento líquido durante o período de transição; e taxas de transferência e reinstalação da fábrica, maquinaria ou outro equipamento, conforme aplicável.
Auxílio às PAP reassentadas	O PAR deve incluir um plano de restauração de meios de subsistência, o qual auxiliará as pessoas afectadas a restaurarem pelo menos o mesmo nível de vida que tinham antes e a fazer o acompanhamento posteriormente.	As PAP devem receber, para além do subsídio de realojamento, auxílio nas suas actividades de reassentamento e de restauração dos seus meios de subsistência. A concretização da restauração deve ser monitorizada posteriormente para assegurar que os objectivos são cumpridos.	As PAP devem receber, para além do subsídio de realojamento, auxílio no seu reassentamento e acompanhamento posterior para melhorar os seus padrões de vida no local para onde foram reassentados.
Proprietários legais ou consuetudinários da terra e de títulos de	Elegíveis.	Elegíveis.	Elegíveis.

TIPO DE ACTIVO	LEGISLAÇÃO NACIONAL	PO 4.12 DO BANCO MUNDIAL	MEDIDAS RECOMENDADAS PARA REDUZIR AS DIFERENÇAS
terra			
Ocupantes ilegais	Não elegíveis.	Elegíveis (se ocuparem a área do projecto antes da data de moratória) a compensação por perda de bens (que não a terra) e assistência no reassentamento (terra, outros bens, financeiramente, emprego, ou outro, conforme apropriado) em troca da terra que ocupam, e assistência adicional conforme necessário para atingir os objectivos da PO 4.12. Se for a moradia familiar deve providenciar-se habitação adequada.	Assistência no realojamento, incluindo habitação adequada com garantia de continuidade, e compensação pela perda de activos (que não terras) se não for o lar da família; e apoio para o retomar de actividades, se as houver.
Arrendatários	Não prevê esta situação.	Devem ser compensados, seja qual for o tipo de reconhecimento legal do arrendamento da terra (formal ou informal).	Compensação, seja qual for o tipo de reconhecimento legal do seu arrendamento da terra, e apoio para o retomar de actividades, se as houver. Os arrendatários devem ser apoiados no arrendamento de terra semelhante, ser compensados por perdas transitórias e assistidos no restabelecimento das suas actividades de subsistência.

4 Abordagem e Metodologia

Este RLFS foi elaborado levando em consideração a legislação moçambicana relevante, bem como as directrizes internacionais relevantes (nomeadamente a PO 4.12 do BM), tal como foi descrito no capítulo anterior. Este capítulo apresenta a abordagem e metodologia que foram seguidas durante a elaboração deste RLFS.

4.1 Perfil Socioeconómico e Inventário de Famílias Afectadas e Infra-estruturas

O perfil socioeconómico das famílias potencialmente afectadas pelo projecto foi baseado em dados primários e secundários. A recolha de dados primários incluiu um levantamento socioeconómico quantitativo e uma avaliação qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas. A recolha e análise de dados incluiu os passos seguintes:

- Recolha e análise de dados secundários;
- Recolha e análise de dados primários:
 - Análise de fotografias aéreas;
 - Selecção e formação de recenseadores;
 - Recolha de dados quantitativos;
 - Recolha de dados qualitativos (entrevistas semiestruturadas e discussões com grupos de enfoque);
 - Análise de dados.

Estes passos são descritos de forma mais detalhada nas secções seguintes.

4.1.1 Recolha e Análise de Dados Secundários

Os dados secundários recolhidos incluíram, entre outras fontes, os resultados do III Recenseamento Geral da População de 2007 do Instituto Nacional de Estatística (INE), Perfis Distritais, bem como os Planos Económicos e Sociais de 2017 para cada Distrito afectado. Para além disso, foi também feita uma extensiva análise documental de pesquisas socioeconómicas prévias realizadas na área do projecto, as quais ajudaram à caracterização das PAP.

4.1.2 Recolha e Análise de Dados Primários

4.1.2.1 Análise de Imagens Aéreas

De forma a planear e apoiar o recenseamento de campo, foi produzido uma cobertura fotográfica aérea do corredor do Projecto recorrendo a *drones*, durante os meses de Maio e Junho de 2017. Estas imagens aéreas foram interpretadas num *software* GIS, de modo a identificar todas as infra-estruturas e terras agrícolas dentro da ZPP do Projecto. Os consultores analisaram as imagens,

atribuíram um código a cada infra-estrutura que poderá ser afectada pelo projecto proposto e registaram as suas coordenadas geográficas.

Este exercício também irá ajudar a controlar o afluxo de pessoas à área, pois as imagens podem ser usadas como prova do número de pessoas que residiam na área, à altura do recenseamento. Durante o recenseamento, todas as infra-estruturas identificadas e codificadas foram ligadas a um agregado familiar específico¹¹. Isto garantiu que todos os agregados familiares foram incluídos no recenseamento.

A figura seguinte ilustra o processo de identificação de infra-estruturas.



Figura 4.1 – Exemplo da identificação de agregados familiares através de imagens aéreas

A tabela seguinte mostra um exemplo de como os consultores organizaram numa base de dados a informação obtida nestas actividades, onde cada infra-estrutura codificada é relacionada com dados recolhidos durante o trabalho de campo, através dos questionários aos agregados familiares.

Tabela 4.1 – Identificação de Infra-estruturas

Código da Imagem Aérea	Descrição da Infra-estrutura	Código do questionário	Nome do Chefe do Agregado Familiar
456	Casa principal	105 EDM 17	João José
457	Cozinha		
458	Quarto exterior		

¹¹ Todos os bens, machambas e estruturas dentro da ZPP foram identificadas nas fotografias aéreas. Os agregados familiares (AF) a quem pertenciam esses bens foram subsequentemente identificados através de comunicação com as comunidades e líderes locais respectivos. Este processo permitiu a identificação preliminar do número de indivíduos e agregados familiares que serão afectados pelo Projecto.

4.1.2.2 Selecção e Formação de Recenseadores

O estudo de campo de dados quantitativos (censo) começou com o recrutamento e formação de recenseadores locais de ambos os géneros, pois algumas PAP podem ser sensíveis à dinâmica de género dos entrevistadores. Os critérios utilizados para a selecção dos recenseadores incluíram experiência prévia em trabalho de pesquisa semelhante, 12.^a classe como nível de escolaridade mínimo e bom conhecimento da língua Portuguesa e das línguas locais.

Os recenseadores seleccionados receberam uma formação intensiva de dois dias para aprenderem sobre os objectivos do trabalho e sobre métodos e procedimentos para realizar entrevistas. A formação incluiu uma fase prática do questionário.

4.1.2.3 Recolha de Dados Quantitativos (Censo)

Os dados quantitativos foram recolhidos através de questionários efectuados a agregados familiares que vivem dentro da ZPP do Projecto – definida como um corredor de 100 m de largura centrado no alinhamento (50 m para cada lado da linha central), em conformidade com a Lei de Terras. O objectivo era realizar um inventário de todos os agregados familiares e infra-estruturas que possam ter de ser reassentadas. Para além disso, foram também identificadas talhões agrícolas (machambas) dentro da ZPP através das entrevistas. O estudo recolheu também dados socioeconómicos que permitiram ao investigador obter um bom entendimento do padrão de vida das PAP. O censo focou-se nos seguintes tópicos:

- Coordenadas GPS dos agregados familiares;
- Características dos agregados familiares;
- Lazer;
- Conflitos e comunicação;
- Activos e padrão de consumo dos agregados familiares;
- Tipologias habitacionais (incluindo registo fotográfico);
- Água e saneamento;
- Educação e saúde;
- Lugares sagrados e património;
- Agricultura, actividades económicas e rendimento; e
- Expectativas dos agregados familiares relativamente ao Projecto

A informação foi recolhida usando *tablets*. O questionário utilizado no campo é apresentado no **Anexo I**. Todas as ferramentas de recolha de dados foram enviadas à EDM para aprovação, antes do início do trabalho de campo.

O censo foi desenvolvido em duas fases, a primeira fase foi realizada durante Julho-Agosto de 2017 (o corredor interior de 50 m da ZPP – um corredor com 25 m para cada lado da linha central) e a segunda fase foi realizada durante Agosto-Setembro de 2018 (os 50 m exteriores da ZPP – o corredor entre os limites de 25 m e 50 m para cada lado da linha central).

4.1.2.4 Avaliação Qualitativa

Em simultâneo com o censo, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com os líderes comunitários. Estas entrevistas tiveram o objectivo de recolher dados gerais relativos a cada

comunidade que será atravessada pelo projecto. As entrevistas semiestruturadas centraram-se nos seguintes tópicos:

- Dados de contacto do líder local;
- Grupos étnicos, religião e línguas faladas;
- Ocupação principal da população;
- Infra-estruturas sociais e sua localização;
- Lugares sagrados e sua localização;
- Actividades quotidianas da população;
- Percepção sobre o projecto;
- Possível área anfitriã para o reassentamento.

4.1.2.5 Identificação de Locais Cultural e Socialmente Importantes

Durante o trabalho de campo, foi realizado um levantamento de património cultural em simultâneo com o levantamento socioeconómico, no qual os consultores, através dos líderes locais, tentaram identificar todos os lugares sagrados, cemitérios, sepulturas e templos religiosos dentro da ZPP.

4.1.2.6 Levantamento de Infra-estruturas Públicas e Sociais

Todas as infra-estruturas públicas e sociais que poderão ser afectadas pelo Projecto foram identificadas, caracterizadas e georreferenciadas. A informação relativa às infra-estruturas públicas e sociais foi recolhida durante as avaliações quantitativa e qualitativa. Este levantamento foi realizado em simultâneo com o levantamento socioeconómico.

4.1.2.7 Levantamento de Infra-estruturas Económicas

As infra-estruturas económicas afectadas dentro da ZPP foram identificadas, tais como lojas, bancas informais, entre outras. Este levantamento foi também realizado em simultâneo com o levantamento socioeconómico.

4.1.2.8 Levantamento de Terra Agrícola

A avaliação da terra agrícola (machambas) teve lugar em simultâneo com o recenseamento. As machambas foram identificadas e mapeadas e a informação foi inserida numa base de dados GIS. As equipas utilizaram as entrevistas com os membros das comunidades e com os líderes locais para identificar as parcelas de terra usadas e os seus utilizadores. Os consultores tentaram identificar todos os agricultores, pois a maior parte deles vive fora da ZPP. A informação recolhida durante a avaliação da terra agrícola deu aos consultores uma ideia do número de agricultores e da extensão da terra agrícola que será afectada pelo projecto. O registo predial não foi consultado, dado que esse procedimento é apenas aplicado depois do EIA ter sido aprovado – durante a fase do PAR. No entanto, e considerando que mais de 90% da população não tem DUATs formais, considera-se pouco provável que a consulta do registo venha a alterar os números de forma significativa, especialmente em áreas rurais. Na fase de PAR será compilado um inventário final de todos os agregados familiares afectados, incluindo seus bens e terras agrícolas.

4.1.2.9 Análise de Dados

Para analisar de forma estatística a informação recolhida, os dados recolhidos nos levantamentos foram inseridos no programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Este programa informático permite fazer uma análise estatística fácil de múltiplas variáveis, bem como a migração de dados para outros programas, como o Access e o Excel. Foram criadas diferentes bases de dados para os Recenseamentos de Agregados Familiares, Económico e de Machambas. Os dados qualitativos foram inseridos no programa Excel e os tópicos foram divididos por temas, o que permite fazer uma análise aprofundada de cada tema.

4.2 Limitações da Recolha de Dados

A recolha de dados teve algumas limitações, que foram:

- **Acesso** – o acesso a algumas áreas foi dificultado pela ausência de estradas. Isto foi relevante em particular para a secção norte do alinhamento;
- **Estação seca** – o trabalho de campo foi realizado durante os meses de Julho e Agosto (2017) e Agosto – Setembro (2018), que são considerados como a estação de pousio. É provável que o número de parcelas cultivadas durante a estação das chuvas seja maior do que aquele que foi registado. Como tal, a compensação necessária para culturas pode ser maior do que aquela que está prevista neste RLFS. Na fase de PAR será feito um inventário das machambas na época húmida;
- **Infra-estruturas em construção** – durante o trabalho de campo, os consultores identificaram muitas infra-estruturas que estão presentemente em construção (especialmente na Província de Maputo). Foi difícil identificar os proprietários, pois eles não residem na área e os líderes locais não tinham a certeza de onde os proprietários residem actualmente. As casas em construção não foram registadas neste RLFS como agregados familiares físicos que deverão ser reassentados (dado que o agregado familiar presentemente não reside na RoW, só se aplica a compensação para a estrutura construída). Isto será revisto durante a fase de PAR, onde será identificado se as casas em construção são para ser utilizadas como residência principal do agregado familiar.

4.3 Abordagem e Metodologia: Resumo de Aspectos Essenciais

O perfil socioeconómico da área e das famílias ou agregados familiares sujeitos a um potencial reassentamento baseou-se na recolha de dados primários e secundários. Os dados primários sobre a área afectada e estruturas construídas foram obtidos através de sobrevoos com *drones*, para produção de fotografia aérea nos meses de Maio e Junho de 2017. A isto seguiu-se um levantamento (censo completo) da ZPP do Projecto, realizado no campo durante os meses de Julho-Agosto de 2017 e Agosto-Setembro de 2018, em que, entre outras coisas, tiveram lugar entrevistas semiestruturadas e a verificação de terras e de infra-estruturas económicas e sociais. As limitações a este exercício foram as restrições de acesso em certas áreas, devido à qualidade das estradas ou à falta das mesmas, o ter sido realizado durante a estação de pousio e o facto de

vários proprietários não estarem presentes durante esse período. Os dados recolhidos foram subsequentemente avaliados e analisados em conjugação com os dados secundários disponíveis.

5 Processo de Participação Pública

De acordo com as melhores práticas internacionais e a legislação moçambicana, todas as Partes Interessadas & Afectadas (PI&As) devem ser informadas adequadamente e participar durante todas as fases do processo de reassentamento. O Diploma Ministerial n.º 156/2014, de 19 de Setembro, estabelece que durante um processo de reassentamento devem ser realizadas, no mínimo, quatro rondas de participação pública. Duas destas rondas foram efectuadas como parte da elaboração deste RLFS.

Este capítulo apresenta a metodologia e os objectivos principais do Processo de Participação Pública (PPP) que foi realizado durante a elaboração do RLFS.

5.1 Primeira Ronda de Participação Pública

A primeira ronda de participação pública teve lugar em simultâneo com o trabalho de campo do censo e foi realizada nas comunidades que serão atravessadas pela ZPP do Projecto. A primeira ronda do PPP teve lugar entre 25 de Junho e 25 de Julho de 2017.

O objectivo desta primeira ronda de participação pública foi:

- Apresentar o Projecto às comunidades atravessadas pela ZPP;
- Apresentar o possível impacto que o Projecto poderá ter nas comunidades;
- Apresentar à população quais são os seus direitos, no que diz respeito aos impactos do Projecto, e especificamente no que respeita aos impactos potenciais do reassentamento (tal como estipulado no Decreto 31/2012 e Diploma Ministerial 156/2014);
- Recolher informação em cada comunidade relativamente às possíveis áreas anfitriãs do reassentamento;
- Ouvir e clarificar quaisquer questões que a população pudesse ter a respeito do projecto, e especificamente no que diz respeito ao processo de reassentamento.

De forma a organizar as reuniões de participação pública, os líderes locais foram informados da data da reunião com cinco dias de antecedência, e foi-lhes pedido que informassem a população local sobre a mesma. Embora tal possa parecer um curto período de tempo, os líderes locais consideraram ser suficiente para mobilizar as suas comunidades. Como tal, isto deu tempo suficiente para que todas as partes interessadas fossem informadas acerca da reunião e pudessem participar na mesma, se assim o desejassem.

Durante as reuniões, todos os participantes tiveram a oportunidade de expressar quaisquer preocupações, comentários ou sugestões acerca do projecto. Foram compiladas listas de presença dos participantes e elaboradas minutas de cada reunião. Esta documentação é fornecida no **Anexo II** deste RLFS. No total, foram realizadas 13 reuniões de participação pública. A tabela seguinte apresenta a localização e data destas reuniões.

Tabela 5.1 – Localização e data das reuniões de participação pública – primeira ronda

Localização	Data
4.º Bairro	4 de Julho de 2017

Localização	Data
Mulotana	4 de Julho de 2017
Canico	5 de Julho de 2017
Muchapanhe	6 de Julho de 2017
Chiboene	7 de Julho de 2017
Maguiguane	7 de Julho de 2017
Mwambalate	7 de Julho de 2017
Maluana	10 de Julho de 2017
Matalane	12 de Julho de 2017
Ducofo	17 de Julho de 2017
Chivalo C	17 de Julho de 2017
Chacuane	18 de Julho de 2017
Bairro D, Quarteirão 8	24 de Julho de 2017

5.2 Segunda Ronda de Participação Pública

A segunda ronda de participação pública teve lugar em simultâneo com a segunda fase do trabalho de campo do censo e foi realizada nas comunidades que serão afectadas pela ZPP do Projecto. A segunda ronda do Processo de Participação Pública teve lugar entre 17 de Agosto e 17 de Setembro de 2018.

Os objectivos principais destas actividades de consulta foram:

- Apresentar o projecto;
- Apresentar o impacto que o projecto irá ter, dando ênfase ao impacto do reassentamento;
- Apresentar as medidas de mitigação utilizadas para minimizar o impacto do reassentamento;
- Apresentar a legislação relativa ao reassentamento e as melhores práticas internacionais, incluindo os direitos das PAP e a matriz de elegibilidade de acordo com a PO 4.12;
- Clarificar a largura da ZPP do Projecto, que em 2017 havia sido informado seria de 50 m, quando actualmente se presume que a ZPP será de 100 m de largura, em conformidade com a Lei de Terras;
- Discutir as possíveis áreas anfitriãs ao longo da ZPP do Projecto;
- Ouvir preocupações e comentários e clarificar quaisquer questões que os participantes pudessem ter.

De forma a organizar as reuniões de participação pública, os líderes locais foram informados da data da reunião com cinco dias de antecedência, e foi-lhes pedido que informassem a população local sobre a mesma. Embora tal possa parecer um curto período de tempo, os líderes locais consideraram ser suficiente para mobilizar as suas comunidades. Como tal, isto deu tempo suficiente para que todas as partes interessadas fossem informadas acerca da reunião e pudessem participar na mesma, se assim o desejassem.

Durante as reuniões, todos os participantes tiveram a oportunidade de expressar quaisquer preocupações, comentários ou sugestões acerca do projecto. Foram compiladas listas de presença dos participantes e elaboradas minutas de cada reunião. Esta documentação é fornecida no **Anexo II** deste RLFS. No total, foram realizadas 18 reuniões de participação pública. A tabela seguinte apresenta a localização e data destas reuniões.

Tabela 5.2 – Localização e data das reuniões de participação pública – segunda ronda

Localização	Data
Matalane	23/8/2018
Nditxe	24/8/2018
Ngongloza	29/8/2018
Maluana	31/8/2018
Mulotana	17/8/2018
Zilinga	20/8/2018
Boenine	23/8/2018
Facazissa	1/9/2018
Mwambalate	23/8/2018
Canico	23/8/2018
Xiondzanine	23/8/2018
Senguene	6/9/2018
Mazivila Sede	3/9/2018
Chacuane	10/9/2018
Macanhe	5/9/2018
3 Fevereiro/Chiaquelane	5/9/2018
Macavalane	14/9/2018
Chidanoane	17/9/2018

5.3 Processo de Participação Pública: Resumo de Aspectos Essenciais

Conforme o Diploma Ministerial n.º 156/2014 e a PO 4.12, a participação pública é um dos pilares do processo de reassentamento e do RLFS. A primeira ronda de um mínimo de quatro teve lugar entre 25 de Junho e 25 de Julho de 2017 e consistiu em 13 reuniões em diferentes locais, nas quais foi apresentado o projecto, foram explicados os impactos potenciais e os direitos, e foram obtidas informações e feitas clarificações.

A segunda ronda teve lugar entre 17 de Agosto e 17 de Setembro de 2018 e foram realizadas 18 reuniões no total. Durante estas reuniões foram apresentados o projecto e os seus impactos potenciais, incluindo a clarificação da largura da ZPP. Foram também discutidas possíveis áreas de reassentamento em cada uma das comunidades. Durante o PPP, todas as dúvidas, preocupações e questões que os participantes apresentaram foram registadas e tentou-se dar respostas às mesmas.

6 Impactos Socioeconómicos Potenciais

A construção do Projecto STE irá resultar em impactos ambientais e socioeconómicos de curto e longo prazo, que são apresentados no relatório do EIA. O trabalho de campo do RLFS mostrou que um número estimado de 686 agregados familiares (AF) terá pelo menos um activo afectado pelo projecto. Os dados sobre os AF afectados foram recolhidos através da metodologia descrita acima e tendo em conta as limitações referidas, e devem ser considerada como informação preliminar. Estes dados terão de ser reanalisados e actualizados durante a fase do Par. Este capítulo visa apresentar apenas os possíveis impactos de reassentamento do Projecto identificados durante o trabalho de campo.

6.1 Impactos

A implementação do Projecto levará à perda de vários tipos diferentes de activos e bens socioeconómicos. A tabela seguinte apresenta uma lista dos tipos e magnitudes destes diferentes impactos (perdas), elaborada a partir do censo. Foram registadas as coordenadas geográficas de cada um dos activos e estruturas elencados na lista abaixo.

Tabela 6.1 – Tipos e magnitude dos impactos identificados no recenseamento

Tipo de Activo	ZPP (0 – 25 m)	ZPP (25 – 50 m)	ZPP Total
Agregados Familiares Físicos	192	223	415
Estruturas Auxiliares (estruturas da machamba)	12	-	12
Infra-estruturas em construção	77	64	141
Parcelas agrícolas (machambas)	36	52	88**
Perda de Culturas	A ser determinada durante a fase do PAR		
Perda de Árvores	1125	1089	2214
Infra-estruturas Comerciais	2	14	16
Perda do Direito Formal de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT)	59	20	79***
Perda de cemitérios e de lugares sagrados	11	12	23
Perda de Infra-estruturas Públicas e Sociais	2	1	3

Notas: * Durante o trabalho de campo estavam ausentes 105 agregados familiares; ** 4 áreas agrícolas foram identificadas como fazendas comerciais; *** Não foi possível identificar se as infra-estruturas em construção têm DUAT.

6.1.1 Perda de Casas, de Estruturas Auxiliares e de Talhões Residenciais

O trabalho de campo identificou que o projecto resultará no realojamento físico de um número estimado de 415 agregados familiares (AF), por outras palavras, AF que irão perder a sua habitação principal actual. Para além da habitação principal, cada um destes AF poderá ter também estruturas auxiliares, como quartos exteriores, sanitários, cozinha, etc. É importante ter em atenção que destes 415 AF, 105 estavam ausentes durante o trabalho de campo, portanto não foi possível recolher dados socioeconómicos sobre os AF ausentes e dados físicos das

respectivas infra-estruturas afectadas. Em relação às casas ou estruturas em construção, e como já referido, não foi possível localizar os membros do AF respectivo, e portanto não foi possível estimar quantos destes AF têm a intenção de usar estas estruturas em construção como a sua residência principal. Estes assuntos terão de ser revisitados durante a fase do PAR.

6.1.2 Perda de Estruturas Agrícolas Auxiliares

O trabalho de campo identificou 12 estruturas construídas que são usadas como apoio para a parcela agrícola (machamba) durante a estação das chuvas. O trabalho de campo foi realizado durante a estação de pousio; portanto, não foi possível localizar os proprietários destas estruturas.

6.1.3 Perda de Estruturas em Construção

O trabalho de campo identificou 141 estruturas que estavam em construção e que se localizam dentro da ZPP do projecto. A maioria destas estruturas pode ser caracterizada como casas de luxo. Dependendo de quando irá ter lugar o reassentamento, esta perda de estruturas em construção pode tornar-se no realojamento físico do AF (se nessa altura a estrutura tiver sido ocupada como uma habitação principal). Os proprietários destas estruturas não estavam presentes durante o trabalho de campo e os líderes locais não sabiam onde eles vivem actualmente, e como tal não é claro se estas casas estão a ser construídas para ser a residência principal do AF. Como anteriormente referido, é pouco provável que os AF em questão tenham DUATs formais, dado o contexto local. Apesar disto, durante a fase de PAR será feita uma análise do registo predial, para confirmar a existência de DUATs formais. De qualquer modo, e independentemente dos AF terem ou não um DUAT formal, a compensação será gerida em conformidade com os critérios de compensação definidos neste RLFS.

6.1.4 Perda de Terra Agrícola

A implementação do projecto resultará na perda permanente de terra agrícola nas zonas onde serão construídas as torres. Irá também resultar na perda temporária de terra agrícola, pois os agricultores não poderão usar a terra durante a fase de construção. Foi recomendado – em conformidade com a prática actual na região – que os AF que actualmente utilizam a área incluída na ZPP sejam autorizados a continuar a cultivar essa terra durante a fase de operação. Deve-se, no entanto, notar que existirão restrições às actividades que esses AF poderão desenvolver nessa terra, como por exemplo o facto de que não serão permitidas árvores ou estruturas dentro da ZPP. Adicionalmente, dado que actividades dentro da ZPP necessitam de uma licença especial, terão de ser obtidas essas licenças.

O trabalho de campo mostrou que o traçado da linha de transmissão irá atravessar 88 parcelas agrícolas das quais quatro foram identificadas como sendo actividades comerciais. É importante ter em atenção que este número poderá aumentar quando for realizado um levantamento durante a estação das chuvas, como parte do PAR.

6.1.5 Perda de Árvores com Valor Económico

A implementação do Projecto resultará na perda permanente de árvores com valor económico dentro da ZPP, pois as árvores serão cortadas durante a fase de construção e a vegetação alta será controlada durante a fase operacional.

6.1.6 Perda de Culturas

A implementação do projecto poderá resultar na perda de culturas, se a aquisição de terras ocorrer antes da estação da colheita, pois as terras terão de ser limpas durante a fase de construção. O trabalho de campo foi realizado durante a estação de pousio, portanto os tipos e quantidade de culturas produzidos nas terras agrícolas não foram registados. Poderão ser identificadas mais culturas e parcelas durante a estação das chuvas. Se o reassentamento ocorrer durante a estação do plantio, as culturas plantadas terão de ser registadas e compensadas.

6.1.7 Perda de Infra-estruturas Comerciais

A implementação resultará na perda de 16 infra-estruturas comerciais que se localizam dentro da ZPP. Se durante a implementação do projecto não for dado tempo aos proprietários dos negócios para reinstalarem a sua actividade comercial, isto resultará também na perda de actividades comerciais. Será providenciada compensação pela perda de lucros provocada por qualquer perda de trabalho / encerramento / tempo de reinstalação.

6.1.8 Perda de Direitos de Uso de Terra (DUAT)

De acordo com o trabalho de campo, a implementação do projecto resultará na perda de 79 direitos formais de uso de terra (DUAT – Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra) que ficam dentro da ZPP, pois estes serão extintos pela criação da zona de protecção parcial da linha. É importante ter em atenção que não foi possível verificar se os AF ausentes e as infra-estruturas em construção também têm DUAT formais; portanto, é provável que este número aumente. O PAR também terá em conta DUATs em tramitação, mesmo que não formalizados.

6.1.9 Perda de Cemitérios e de Lugares Santos e Sagrados

O projecto poderá resultar na perda de 18 cemitérios, dos quais 16 são sepulturas familiares, e de cinco igrejas, que se localizam dentro da ZPP.

6.1.10 Reinstalação de Infra-estruturas / Serviços Públicos e Sociais

A implementação do projecto resultará na reinstalação de três infra-estruturas públicas e sociais, nomeadamente três furos de água, que se localizam dentro da ZPP.

6.1.11 Impacto nas Mulheres

Dado o contexto local, é provável que o Projecto tenha um impacto desproporcionado nas mulheres e raparigas. O realojamento de agregados familiares físicos e de parcelas de cultivo, se não for ponderada de forma adequada, pode afectar a distância e a possibilidade de acesso a infra-estruturas sociais, tais como escolas, espaços comunitários, água, postos de saúde, redes de transportes e mercados. Dado que aumentos na carga horária do AF têm geralmente um maior impacto nas mulheres e raparigas (pois são elas as responsáveis pela maior parte das tarefas no AF), afectando muitas vezes a frequência escolar e a utilização dos serviços de saúde pelas raparigas, é importante considerar as normas e papéis de género prevaletentes.

A fase de construção pode também alterar temporariamente as dinâmicas socioeconómicas nas áreas afectadas. Como tais projectos recrutam maioritariamente homens assalariados, os quais irão trabalhar longe das suas famílias durante longos períodos, isto pode fazer aumentar, por um lado, a procura de trabalho sexual e, por outro, a necessidade de outros serviços, como restauração e a resposta às necessidades diárias dos trabalhadores (bancas de mercado, etc.). Este impacto é abordado com maior pormenor no relatório do EIA.

O PAR incluirá medidas para proteger os direitos das mulheres e dos agregados familiares chefiados por menores de idade, garantir a co-titulação, assegurar uma localização para as instalações de substituição que tenha em conta os pontos de vista das mulheres, equilíbrio de género nos processos de consulta e de participação, e o acesso das mulheres ao Mecanismo de Resposta a Reclamações (MRR).

6.1.12 Impacto nas Pessoas Vulneráveis

Durante um processo de reassentamento, as pessoas vulneráveis são aquelas que sentem mais o impacto, pois podem levar mais tempo a restaurar as suas actividades de subsistência. Durante o trabalho de campo, foram identificados 217 AF vulneráveis. Estes incluíam AF chefiados por mulheres, pessoas idosas ou jovens, e AF com pelo menos um membro doente crónico ou com uma incapacidade (para mais informações sobre os grupos vulneráveis, consultar a secção 7.6.5).

6.2 Medidas de Mitigação

O relatório do EIA apresenta as medidas de mitigação propostas para minimizar os impactos identificados no ambiente socioeconómico. No que diz respeito especificamente aos impactos de reassentamento, deverão ser implementadas as seguintes medidas de mitigação:

- Elaborar um Plano de Reassentamento (PR) e um Plano de Acção de Implementação de Reassentamento (PAIR) exaustivos, em conformidade com a legislação moçambicana e as melhores práticas internacionais (PO 4.12);
- Evitar ou minimizar, sempre que possível, o reassentamento involuntário explorando alternativas ao projecto, seguindo as directrizes do BM e da IFC. Este processo deve tomar em consideração os potenciais desafios e benefícios associados com um desvio da

linha, especialmente na Província de Maputo, nos distritos de Boane e Marracuene. Para além disso, e como discutido, o potencial uso parcial da ZPP, e as implicações deste uso, deverá ser exaustivamente avaliado durante a elaboração do PAR;

- Compensar adequadamente as PAP pelas perdas de direitos de uso de terra, infra-estruturas, terrenos agrícolas (machambas), de árvores de fruto e culturas (produção agrícola), e de quaisquer outros activos e por perdas de transição;
- Realojar as PAP dentro das mesmas comunidades em que elas vivem actualmente;
- Utilizar os mecanismos de participação definidos por lei, que devem incluir o Governo Provincial, as Autoridades Distritais, os líderes comunitários e as PAP. Estas partes interessadas devem estar envolvidas durante todo o processo de reassentamento;
- Desenvolver mecanismos de queixas e reclamações que possam ser acedidos e usados por todas as PAP;
- Substituir as infra-estruturas sociais afectadas e providenciar as infra-estruturas mínimas exigidas para as habitações do reassentamento;
- Desenvolver programas de desenvolvimento social que irão auxiliar as PAP e em especial os AF vulneráveis a restaurar as suas actividades de subsistência;
- Avaliar o reassentamento e a restauração de meios de subsistência, implementar medidas de reparação, se necessário, e documentar a concretização.

6.3 Impactos Socioeconómicos Potenciais: Resumo de Aspectos Essenciais

Foi identificado um número estimado de 686 AF que terão potencialmente pelo menos um activo directamente afectado pelo projecto. Os impactos e perdas antecipados dizem respeito a AF físicos, estruturas auxiliares, infra-estruturas em construção, parcelas agrícolas, culturas, infra-estruturas comerciais, títulos de direitos de utilização de terra, cemitérios e lugares sagrados e infra-estruturas públicas e sociais.

O projecto terá também efeitos variados e impactos prováveis desproporcionados em diferentes grupos vulneráveis, como mulheres, mulheres chefes de AF, os idosos, AF chefiados por idosos, e aqueles AF com pelo menos um membro com uma incapacidade ou uma doença crónica. Estes impactos dizem respeito quer às fases de construção e implementação do Projecto STE (incluindo todas as instalações acessórias), quer aos processos de reassentamento e de transição. A mitigação de tais impactos será abordada através do Plano de Reassentamento e do Plano de Acção de Implementação de Reassentamento, em conformidade com a legislação nacional e a PO 4.12, bem como com quaisquer outras salvaguardas do BM aplicáveis respeitantes a impactos sociais não relacionados com o reassentamento.

7 Perfil Socioeconómico da População Afectada

7.1 Considerações Gerais

Esta secção fornece o perfil socioeconómico da população directamente afectada pelo Projecto, e que poderá ser reassentada, incluindo:

- Demografia dos agregados familiares (AF);
- Estrutura e organização dos AF;
- Religião, cemitérios e lugares sagrados;
- Acesso a serviços sociais básicos (educação e saúde);
- Infra-estruturas e serviços (habitação, água e saneamento, energia, comunicação e transportes);
- Actividades económicas e estratégias de subsistência;
- Grupos vulneráveis.

Tal como enunciado no capítulo anterior, foram identificados 415 AF físicos na área afectada pelo Projecto. Estes AF poderão ter de ser realojados devido às actividades do projecto. Durante o trabalho de campo, foram entrevistados 310 AF (tendo sido recolhidos os seus dados socioeconómicos e de infra-estruturas) e 105 AF estavam ausentes. Por esta razão, o perfil socioeconómico da população afectada foi elaborado tendo em consideração aqueles que foram entrevistados. Da **Figura 7.1** à **Figura 7.3** mostra-se a localização dos AF que foram entrevistados, por Província.

Durante o trabalho de campo foram também identificadas 141 casas em construção. A **Figura 7.4** mostra onde ficam localizadas estas casas em construção. A situação destas casas terá de ser analisada caso a caso durante a fase do PAR, para serem definidos os respectivos direitos.

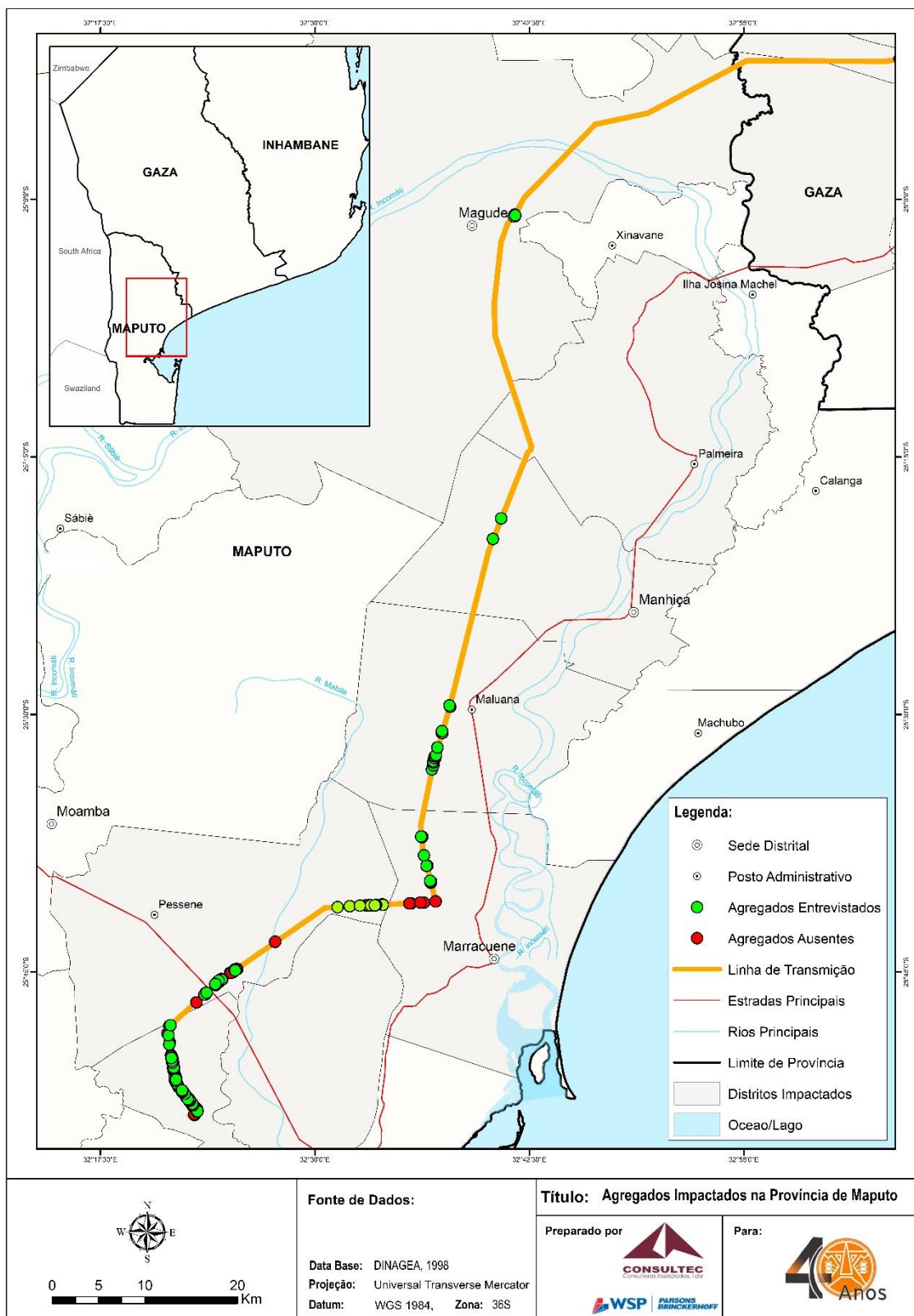


Figura 7.1 – Localização de AF Físicos que serão afectados pelo projecto na Província de Maputo

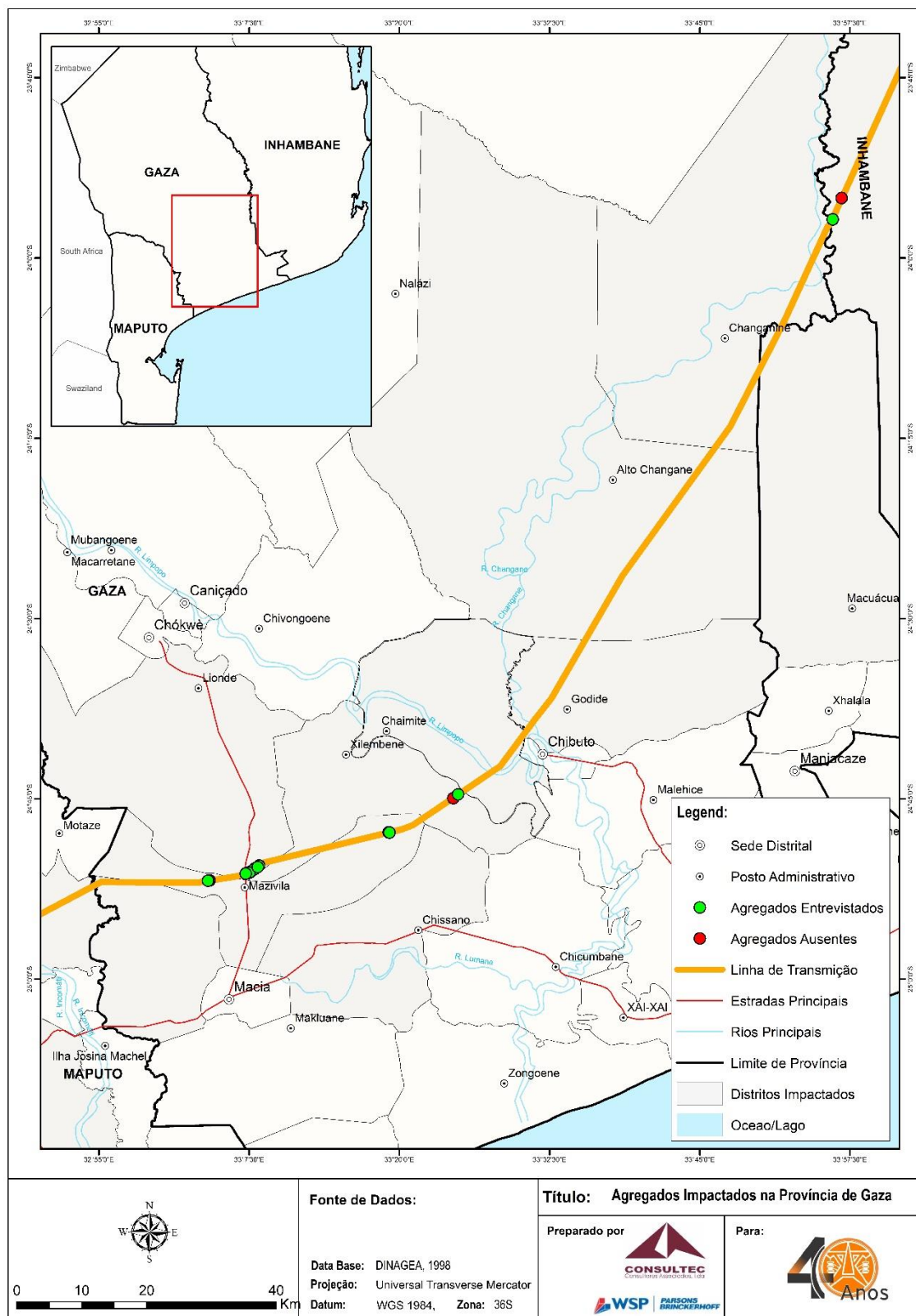


Figura 7.2 – Localização de AF Físicos que serão afectados pelo projecto na Província de Gaza

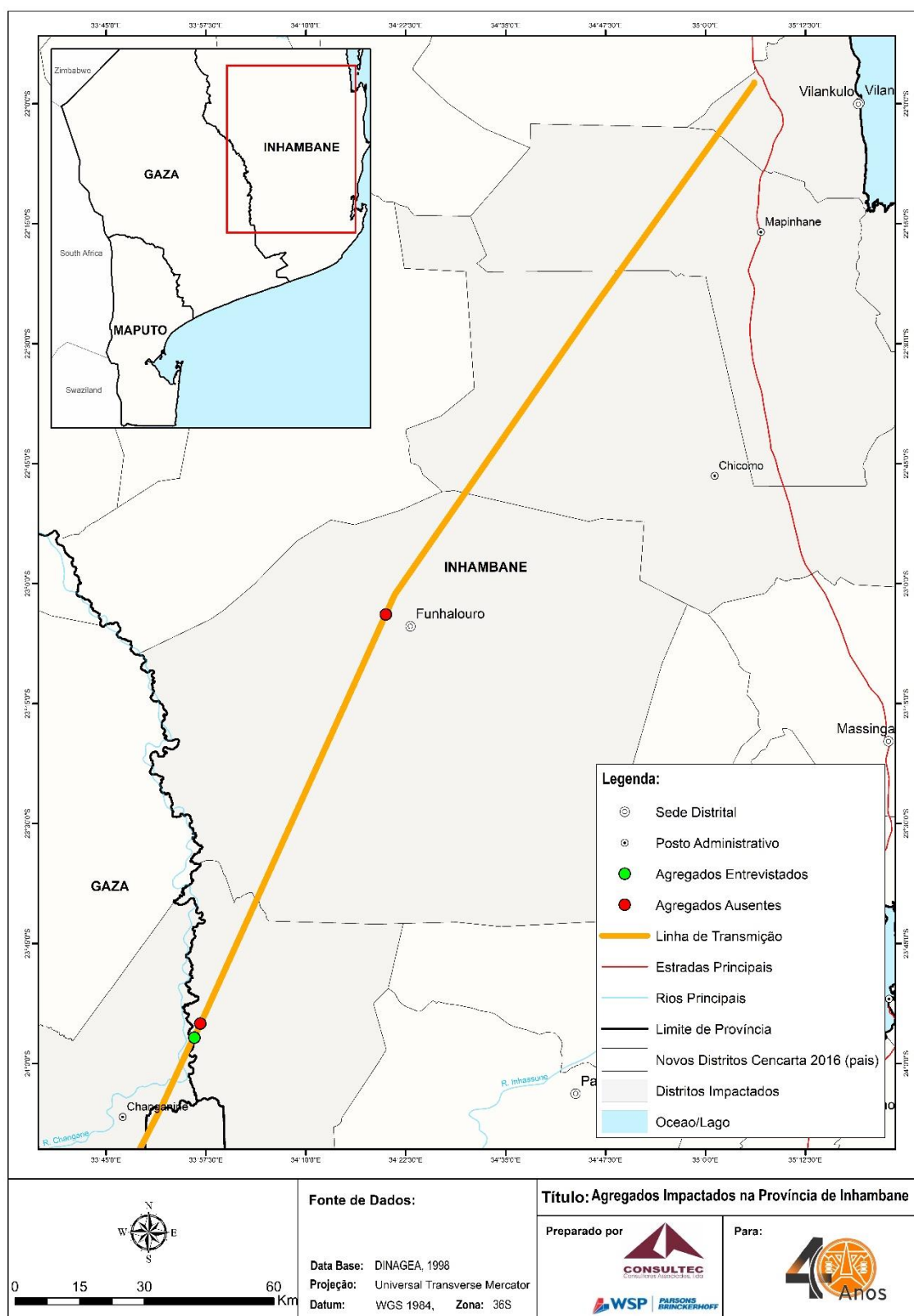


Figura 7.3 – Localização de AF Físicos que serão afectados pelo projecto na Província de Inhambane

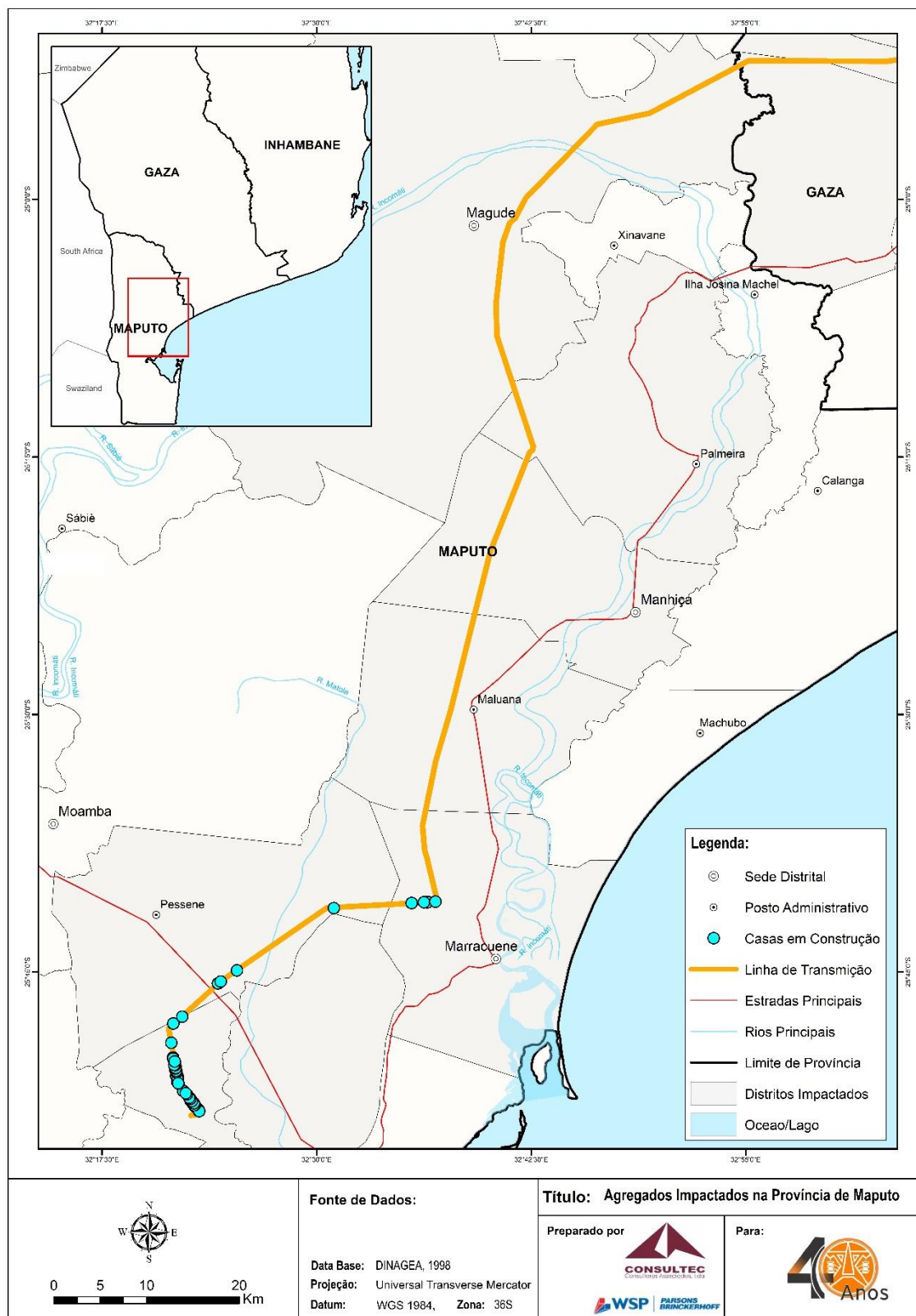


Figura 7.4 – Localização de Infra-estruturas em construção que serão afectadas pelo projecto

7.2 Estrutura e Organização dos Agregados Familiares

7.2.1 Demografia

Como mencionado acima, o projecto atravessará 13 Distritos, mas de acordo com o trabalho de campo apenas 10 Distritos terão PAP. A tabela abaixo mostra o número de AF entrevistados por Distrito, posto administrativo e localidade, de acordo com o líder local e pessoa afectada.

Tabela 7.1 – Número de AF entrevistados por Distrito, Posto Administrativo e Localidade

Distrito	Posto Administrativo	Localidade	Número de AF afectados (ZPP 0-25 m)	Número de AF afectados (ZPP 25-50 m)	Número total de AF afectados
Bilene	Mazivila	Mazivila	3	7	10
Chokwe	Xilembene	Xilembene	5	4	9
	Lionde	Conhane	7	4	11
Chibuto	Changanine	Hate-Hate	2	-	2
	Godide	Chipadje	2	-	2
		Godide Sede	6	17	23
	Alto Changane	Alto Changane	1	-	1
Panda	Mawayela	Macavelane	2	2	4
Funhalouro	Funhalouro Sede	Mavume	4	3	7
Boane	Boane Sede	Boane Sede	1	-	1
	Matola Rio	Matola Rio Sede	35	10	45
		Mulotana	28	47	75
Moamba	Pessene	Pessene Sede	9	28	37
		Mahulane	20	-	20
	Tenga	Tenga	8	-	8
Marracuene	Marracuene Sede	Marracuene Sede	19	11	30
Manhica	Maluana	Muluana	3	8	11
Magude	Magude	Maguiguana	3	11	14
Total			158	152	310

O trabalho de campo mostrou que um número estimado de 1312 pessoas reside nos AF que estão dentro da ZPP do projecto, o que dá uma média de 4,23 membros por AF. Estes valores são inferiores à média nacional para agregados familiares, que é de 4,3 (INE, 2009).

A tabela acima mostra que a localidade de Mulotana tem o maior número de AF afectados (75), seguida por Matola Rio Sede (45) e Pessane Sede (37). É importante salientar que a maioria dos AF afectados se localiza na Província de Maputo, pois é aqui que o alinhamento cruza áreas com maior densidade populacional. Para além disso, neste contexto existem diferenças assinaláveis entre os 10 distritos, relativamente à dinâmica meio urbano/meio rural e acesso/proximidade a infra-estruturas públicas, mercados, redes sociais e oportunidades de emprego.

Embora a distribuição geral da população por género seja relativamente homogénea, com 48,5% de homens e 51,5% de mulheres, a maioria dos AF entrevistados é chefiada por homens (66%).

Constatou-se também que 62% dos chefes dos AF são casados e vivem com os seus cônjuges e respectivos filhos (ver **Tabela 7.2**). As imagens seguintes mostram os chefes de alguns dos AF entrevistados.

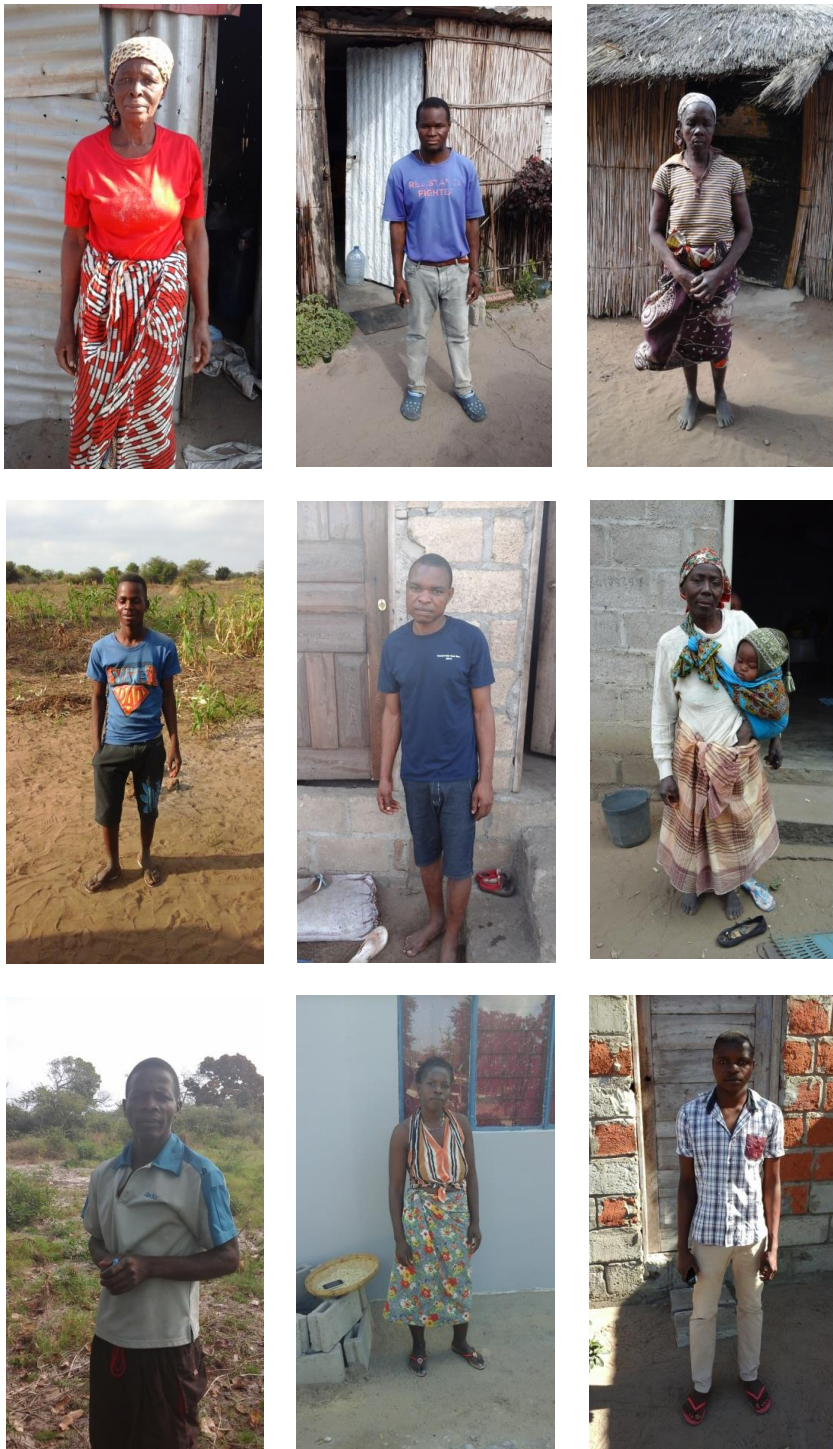


Figura 7.5 – Chefes de alguns dos AF entrevistados ao longo do traçado do Projecto

Segundo o censo, dos AF chefiados por mulheres apenas 16% destas são casadas e as restantes são viúvas, separadas, divorciadas ou solteiras. Os AF monoparentais do género feminino devem ser considerados como vulneráveis devido a circunstâncias locais, nas quais as mulheres são

normalmente desfavorecidas economicamente. Dos AF chefiados por homens, 4,9% mencionaram terem relações polígamas. A **Tabela 7.2** abaixo apresenta o estado civil dos chefes dos AF.

Tabela 7.2 – Estado civil dos chefes dos AF afectados

Estado Civil	% AF
Casado(a)/vive junto(a)	62,3%
Solteiro(a)	17,7%
Viúva/Viúvo	16,8%
Divorciado(a)	1,9%
Separado(a)	1,3%

Conclui-se que os AF são maioritariamente constituídos por membros da família imediata do chefe do AF. A tabela abaixo mostra a composição dos AF nas comunidades afectadas pelo projecto.

Tabela 7.3 – Relação com o chefe do AF

Relação com o chefe do AF	% de membros do AF
Esposa	18,4%
Mãe/Pai	1,5%
Filho/Filha	57,8%
Neto/Neta	11,7%
Avó/Avô	1,1%
Outra	9,6%

O censo concluiu que apenas um chefe de AF tinha menos de 15 anos. 83% dos chefes de AF tem entre 15 - 65 anos (idade activa economicamente) e 17% tem mais de 65 anos. Um chefe de AF com mais de 65 anos é visto como vulnerável porque já não estão activos economicamente e estão, portanto, dependentes dos membros da família.

A estrutura etária da população afectada, apresentada na figura seguinte, é típica de uma comunidade em desenvolvimento, onde os jovens representam a maioria da população, com poucas pessoas idosas. Isto deve-se em parte à baixa esperança de vida, que é inferior a 45 anos (INE, 2007).

Segundo o censo, 46,2% da população potencialmente afectada tem menos de 15 anos e 5,1% tem mais de 65 anos, o que significa que 51,3% da população afectada (jovens e idosos) depende de 48,7% da população com idade entre os 15 e os 65 anos, que é considerada economicamente activa.

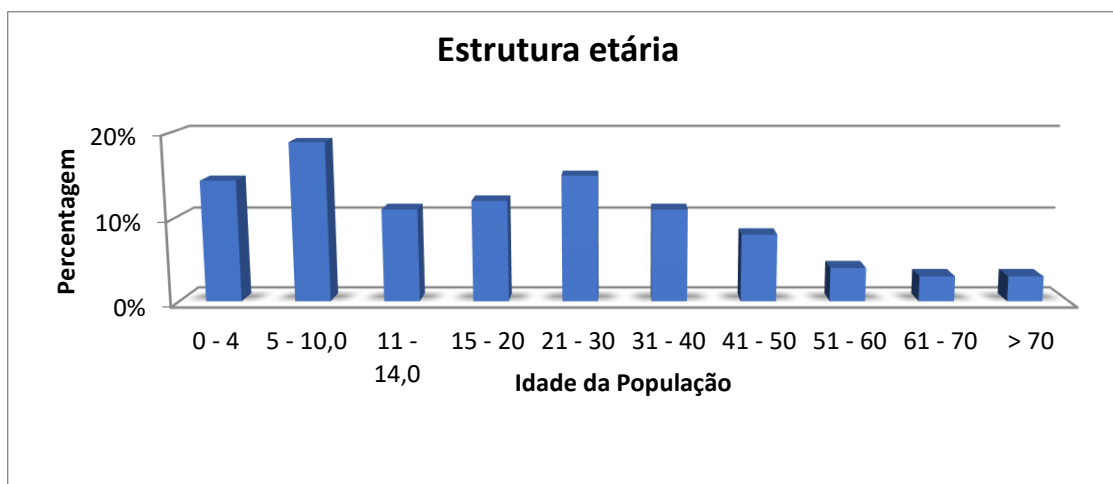


Figura 7.6 – Estrutura etária da população potencialmente afectada pelo Projecto

7.2.2 Etnicidade e Organização dos Agregados Familiares

A maioria dos agregados familiares que vive dentro da ZPP do Projecto pertence ao grupo étnico-linguístico Changana (64,4%). Apenas 27,8% dos entrevistados mencionaram o Português como a principal língua falada no AF. Por esta razão, o censo foi realizado nas línguas locais, garantindo que o entrevistado compreendia as questões colocadas e a informação relativa ao projecto.

Normalmente, a gestão da propriedade e dos activos do AF é da responsabilidade do homem, embora eles também participem na agricultura, pecuária, construção de casas e actividades comerciais, como a venda de bebidas tradicionais.

As mulheres são geralmente responsáveis pelas tarefas do AF (cozinhar, ir buscar água, lavagens e tomar conta das crianças) e pela maior parte das actividades agrícolas (limpar a terra, semear, mondar, colher e processar os produtos agrícolas). As mulheres são também responsáveis pela organização do AF.

Os idosos são, em geral, responsáveis por ensinar as novas gerações sobre os hábitos culturais, práticas sociais, tradições, histórias e por conduzir ritos de iniciação, nos quais os homens tratam dos rapazes e as mulheres tratam das raparigas.

Quando perguntados sobre onde passam o seu tempo livre, 42% da população respondeu que ficam em casa, 9% respondeu que vão até à casa dos seus amigos, 37% vão à igreja e apenas 10% mencionaram que vão a outra comunidade.

7.3 Religião, Cemitérios e Rituais Locais

7.3.1 Religião e Templos Religiosos

A maioria dos habitantes da área de influência do projecto são evangélicos (34%) ou maziones (33%). O trabalho de campo identificou cinco templos religiosos dentro da ZPP. As imagens abaixo mostram dois destes templos religiosos (igrejas Zione).



Figura 7.7 – Igrejas Zion localizadas dentro da ZPP do projecto

7.3.2 Lugares sagrados

As cerimónias para pedir chuva e para a protecção da família são bons exemplos de práticas tradicionais actuais. Estes ritos são executados por líderes comunitários, secretários dos bairros, líderes religiosos, anciãos e curandeiros.

A maioria dos líderes comunitários mencionou que no local onde residem existe um lugar sagrado. O levantamento de património cultural não identificou nenhum lugar sagrado dentro da ZPP.

7.3.3 Cemitérios

Durante as entrevistas com os líderes locais, foi mencionado que a população usa tanto cemitérios comunitários como cemitérios familiares. Foram identificados 18 cemitérios dentro da ZPP, dos quais 16 são cemitérios ou sepulturas familiares e dois são cemitérios comunitários. A **Figura 7.8** mostra a localização destes cemitérios.

7.4 Serviços Sociais Básicos

7.4.1 Educação

Em Moçambique, o sistema educativo está dividido da seguinte forma:

- 1.º Ciclo do Ensino Primário (EP1), 1.ª à 5.ª Classe;
- 2.º Ciclo do Ensino Primário (EP2), 6.ª e 7.ª Classes;
- 1.º Ciclo do Ensino Secundário (ESG1), 8.ª à 10.ª Classe;
- 2.º Ciclo do Ensino Secundário (ESG2), 11.ª e 12.ª Classes;
- Ensino Técnico-Profissional;
- Ensino Superior.

Em geral, concluiu-se que o nível de escolaridade da população potencialmente afectada pelo Projecto é bastante baixo, como se mostra na **Tabela 7.4**. Este facto torna a população potencialmente mais vulnerável a impactos negativos provocados pelo projecto.

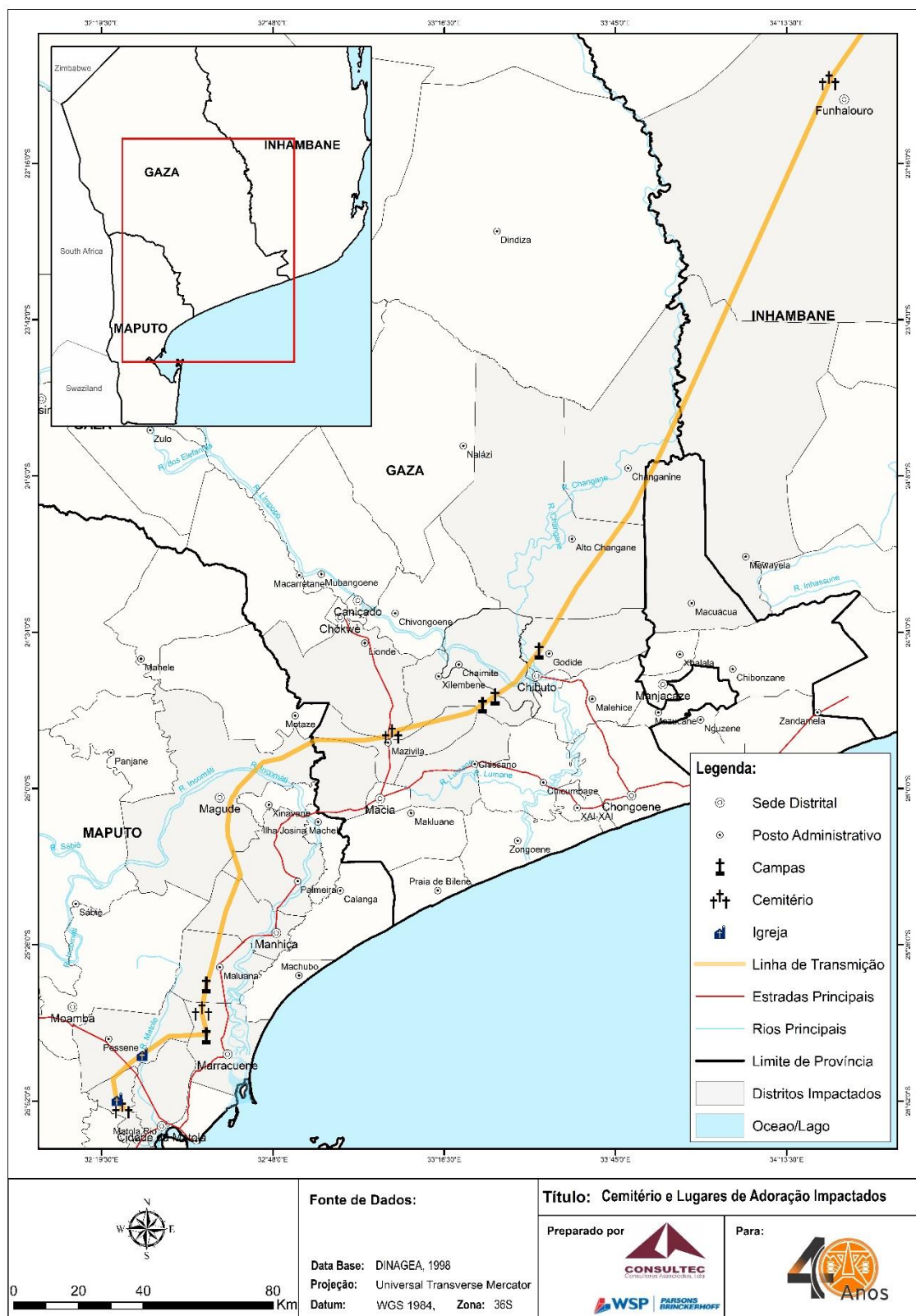


Figura 7.8 – Cemitérios localizados dentro ou perto da ZPP do Projecto

Tabela 7.4 – Nível de escolaridade das pessoas potencialmente afectadas pelo Projecto

Idade	Primário	Secundário	Técnico-Profissional	Universitário	Nenhum	Menor	Outro
0 - 4	2%	0%	0%	0%	34%	63%	2%
5-10	33%	0%	0%	0%	42%	24%	1%
11-14	66%	0%	0%	0%	27%	7%	0%
15-20	77%	8%	0%	0%	11%	4%	0%
21-30	59%	20%	3%	1%	12%	1%	1%
31-40	45%	15%	3%	1%	30%	3%	3%
41-50	35%	5%	5%	1%	50%	3%	1%
51-60	39%	0%	6%	4%	43%	6%	2%
61-70	39%	4%	2%	0%	53%	2%	0%
> 71	57%	0%	4%	0%	39%	0%	0%

Ao analisar os níveis de escolaridade dos chefes dos AF, concluiu-se que uma elevada percentagem (32%) são iletrados, 51% frequentou o 1.º ciclo do ensino primário (EP1), 9% disse que frequentou o ensino secundário (ESG1) e apenas 0,7% mencionou ter frequentado a universidade. Como se mostra na **Figura 7.9**, chefes de AF do sexo feminino têm, em média, um nível de escolaridade inferior. Isto leva a que os AF chefiados por mulheres sejam, em média, mais vulneráveis, dado que tendo um nível de escolaridade inferior, as chefes destes AF enfrentarão dificuldades em conseguir encontrar um emprego formal.

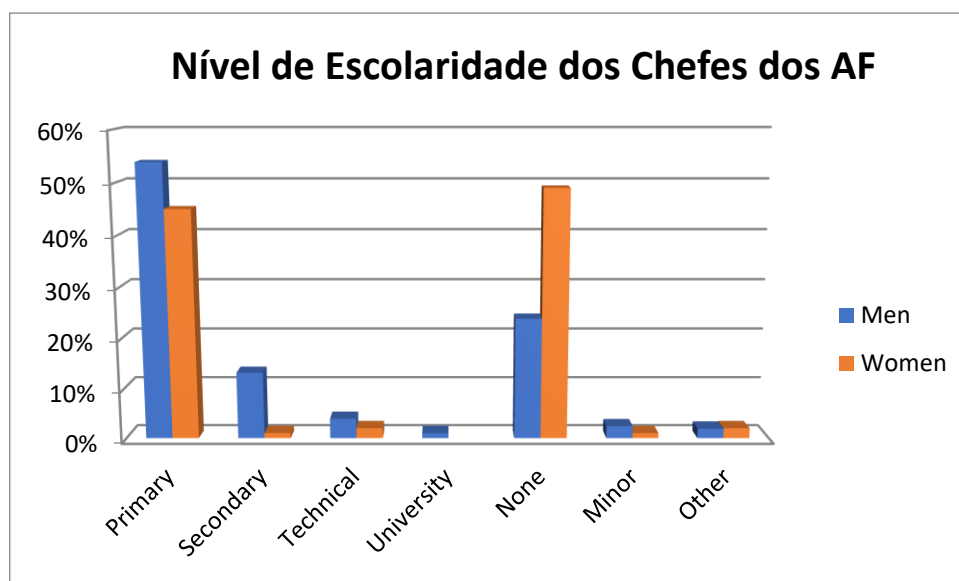


Figura 7.9 – Nível de escolaridade dos chefes dos AF por género

O número de escolas nas comunidades atravessadas pelo alinhamento é escasso, e são principalmente escolas primárias, seguindo assim a tendência destas Províncias. Apenas a localidade de Tenga mencionou ter uma escola secundária.

Durante o trabalho de campo não foram identificadas escolas dentro da ZPP do projecto.

7.4.2 Saúde

7.4.2.1 Infra-estruturas de Saúde

Em Moçambique, o sector da saúde foca-se principalmente nos serviços primários de saúde. Estes serviços consistem em vários tipos de unidades de saúde, cada uma providenciando serviços de saúde específicos.

A **Tabela 7.5** fornece uma breve descrição dos vários tipos de unidades de saúde no país e dos seus respectivos serviços. É importante ter em atenção que algumas instalações poderão estar mais bem equipadas do que outras, dependendo da sua localização, capacidade e número de utentes das mesmas.

Tabela 7.5 – Descrição das instalações de saúde

Tipo de serviço de saúde	Tipo de unidade de saúde	Tipo de serviços prestados
Serviços comunitários	Comunitária	Parteira tradicional Agente Polivalente Elementar (APE): um membro da comunidade formado por uma ONG, ou pelo Sistema Nacional de Saúde (SNS) para providenciar cuidados de saúde básicos, de prevenção e de promoção da saúde à comunidade
	Postos de Saúde Providenciam serviços primários de saúde	Agente Polivalente Elementar Parteira de nível elementar Enfermeira/o elementar
Serviços mínimos de saúde	Tipo II Centro de Saúde Rural Providencia serviços primários de saúde	Parteira de nível elementar Enfermeira/o de nível elementar Agente de Nutrição
Serviços de saúde abrangentes	Tipo II – Centro de Saúde Rural A unidade de saúde de tipo II é mais modesta na sua infra-estrutura e pessoal, não tem médico, apenas um técnico ou assistente de saúde, mas com a capacidade de dar consultas e realizar partos. Estes serviços providenciam cuidados primários de saúde.	Técnico de saúde ou assistente Parteira de nível básico Enfermeira/o de nível básico Agente ou enfermeira/o de nível básico
	Tipo I – Centro de Saúde Rural Num meio rural, uma unidade de saúde de tipo I é o centro de saúde mais bem equipado. O pessoal inclui normalmente um médico especializado e todas as instalações para serviços de cuidados básicos, com serviços de cirurgia e salas de cirurgia.	Médico, técnico ou agente de saúde Parteira de nível básico Agente de medicina preventiva Enfermeira/o de nível básico
	Tipo C Centro de Saúde Urbano	Parteira de nível básico Agente de medicina preventiva Enfermeira/o de nível básico
	Tipo II – Centro de Saúde Urbano	Médico, técnico ou agente de saúde Parteira de nível básico Agente de medicina preventiva Enfermeira/o de nível básico
	Tipo A – Centro de Saúde Urbano	Médico, técnico ou agente de saúde Parteira de nível básico Agente de medicina preventiva Enfermeira/o de nível básico

Tipo de serviço de saúde	Tipo de unidade de saúde	Tipo de serviços prestados
	Hospital Distrital	Médico, técnico ou agente de saúde Parteira de nível básico Agente de medicina preventiva Enfermeira/o de nível básico
Serviços de saúde especializados	Hospital Distrital	Médico Técnico de saúde Técnico de cirurgia obstétrica Enfermeira/o de obstetrícia Técnico ou agente de laboratório Enfermeira/o de nível básico ou médio de cuidados de saúde materno-infantil Enfermeira/o de nível básico ou médio
	Hospital Rural	Médico Técnico de saúde Técnico de cirurgia obstétrica Enfermeira/o de obstetrícia Técnico ou agente de laboratório Enfermeira/o de nível básico ou médio de cuidados de saúde materno-infantil Enfermeira/o de nível básico ou médio
	Hospital Geral	Médico Técnico de saúde Técnico de cirurgia obstétrica Enfermeira/o de obstetrícia Técnico ou agente de laboratório Enfermeira/o de nível básico ou médio de cuidados de saúde materno-infantil Enfermeira/o de nível básico ou médio
	Hospital Provincial	Todo o pessoal
	Hospital Central	Todo o pessoal

Fonte: Iniciativa para a Saúde Global – Estratégia para Moçambique, 2011 a 2015

Das localidades atravessadas pelo projecto, oito têm um centro de saúde a distâncias razoáveis dos AF, o que significa que a população que reside nessas comunidades não tem de andar grandes distâncias para ter acesso a serviços de saúde. Durante o PAR, todas as infra-estruturas de serviços públicos (incluindo serviços de saúde e educação) que estão acessíveis e são utilizados pelos AF afectados serão identificados e considerados em relação ao processo de reassentamento.

Nenhuma unidade de saúde será afectada pelo Projecto.

7.4.2.2 Saúde dos Agregados Familiares

O censo mostrou que as doenças mais comuns, nos últimos 12 meses, entre os agregados familiares que vivem dentro da ZPP, foram malária, tuberculose, asma, diarreia, cólera, DST, VIH/SIDA e tosse. Todas as comunidades afectadas mostraram a mesma tendência, sem desvios significativos. 23% dos chefes dos AF afirmaram ter um membro com uma doença crónica. No contexto Moçambicano, estes agregados familiares são significativamente mais vulneráveis e portanto irão requerer atenção especial durante o processo de reassentamento.

7.5 Habitação e Serviços

7.5.1 Habitação

Em média, existem quatro estruturas residenciais por AF, incluindo geralmente uma casa principal e um ou mais edifícios anexos externos, que podem incluir uma cozinha, quarto ou latrina. O AF também pode ter estruturas auxiliares, como um galinheiro, celeiro ou curral. As imagens que se seguem ilustram a casa principal de alguns dos AF entrevistados.



Fotografia 7.1 – Casas principais de alguns dos AF entrevistados ao longo do traçado do Projecto

As imagens abaixo mostram infra-estruturas auxiliares típicas dos AF entrevistados.



Fotografia 7.2 – Infra-estruturas auxiliares típicas num AF

O censo mostrou que a maioria das estruturas na área de inquérito foi construída com materiais convencionais (60%). As casas construídas com material convencional são de construção mais cara. A tabela abaixo mostra os materiais de construção utilizados para construir a casa principal.

Tabela 7.6 – Material usado na construção da casa principal

Material usado na parede	% de AF
Canas ou paus	28.2%
Paus e barro	2.6%
Tijolo sem estuque	0.6%
Blocos de cimento com estuque	7.1%
Blocos de cimento sem estuque	43.4%
Casa de alvenaria com estuque	5.5%
Casa de alvenaria sem estuque	4.5%
Outro	8.1%
Material usado na cobertura	% de AF
Capim	7.1%
Zinco	88.7%
Laje	0.3%
Telha de cobertura	0.3%
Outro	3.6%
Material usado no chão	% de AF
Barro	22.0%
Adobe	1.3%
Cimento	74.8%
Telha	1.6%
Outro	0.3%

Sessenta e um por cento dos entrevistados construíram as suas casas nos últimos 10 anos, o que pode implicar que eles só se mudaram para essas áreas quando construíram a casa.

Sessenta e três por cento dos AF entrevistados confirmaram que não têm DUAT formais, o que significa que têm direitos costumeiros sobre a terra.

Ao observar o tamanho da casa principal, o trabalho de campo revelou que a maioria das estruturas principais (69%) é inferior a 70 m². Note-se que, de acordo com o Regulamento de Reassentamento, o tamanho mínimo para as habitações de compensação é de 70 m². O pacote de compensações para todas as casas principais com uma área inferior a 70 m² será assim melhorado, para considerar como mínimo o valor de uma casa de 70 m². Isso também significa que, durante o processo de reassentamento, as casas com uma estrutura principal com área superior a 70 m² (31% dos AF afectados) deverão ter um pacote de remunerações diferente do das casas com menos de 70 m². A figura abaixo mostra o tamanho das casas principais que estão localizadas dentro da ZPP.

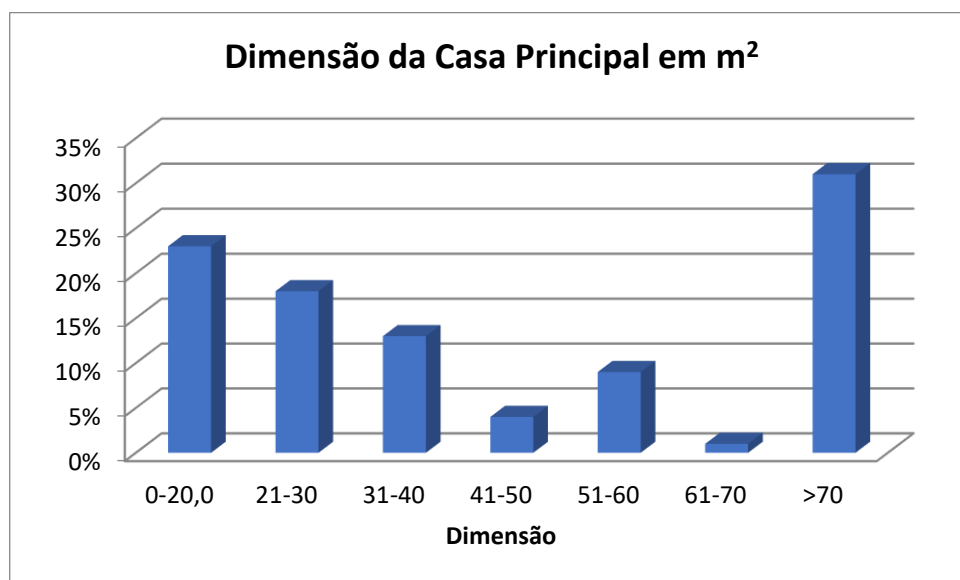


Figura 7.10 – Dimensão da casa principal

O trabalho de campo também revelou que há muitas casas actualmente em construção dentro da ZPP do Projecto. Observou-se que a maioria dessas casas está a ser construída com materiais convencionais e com áreas superiores a 70 m². Actualmente, estas estruturas seriam compensadas com base apenas no valor das construções inacabadas, mais a substituição em terra (ou, não sendo possível a substituição em espécie, a compensação num valor suficiente para obter um terreno semelhante). No entanto, se estas casas estiverem a ser construídas para serem a residência principal do AF, ou se a construção destas estruturas for concluída e uma família passar a viver nelas, o pacote de compensações aplicável deverá incluir o reassentamento total dessas famílias. Isso significa que, se o processo de reassentamento demorar muito a ser implementado, o seu custo de implementação aumentará. A figura abaixo mostra o tipo de casas actualmente em construção na ZPP do Projecto.



Figura 7.11 – Casas em construção na ZPP do projecto

7.5.2 Água e Saneamento

7.5.2.1 Água

O abastecimento de água na área do projecto é precário, com 31% de AF a obter água a partir de furos. O trabalho de campo mostrou que 12% dos AF têm furos nos seus terrenos e 13% obtêm água directamente de rios. Como anteriormente referido, dado que a linha de transmissão se desenvolve ao longo de uma vasta área, as condições socioeconómicas diferem significativamente entre zonas rurais e urbanas. A maioria dos AF que vivem em áreas urbanas ou peri-urbanas não têm acesso a fontes de água (potável ou não) e portanto compram água engarrafada ou obtêm água a partir de camiões de água. Estes casos constituem a maior parte das fontes de água indicadas como “outra” na figura seguinte. A figura abaixo mostra a principal fonte de água utilizada pela população que vive dentro da ZPP do Projecto.

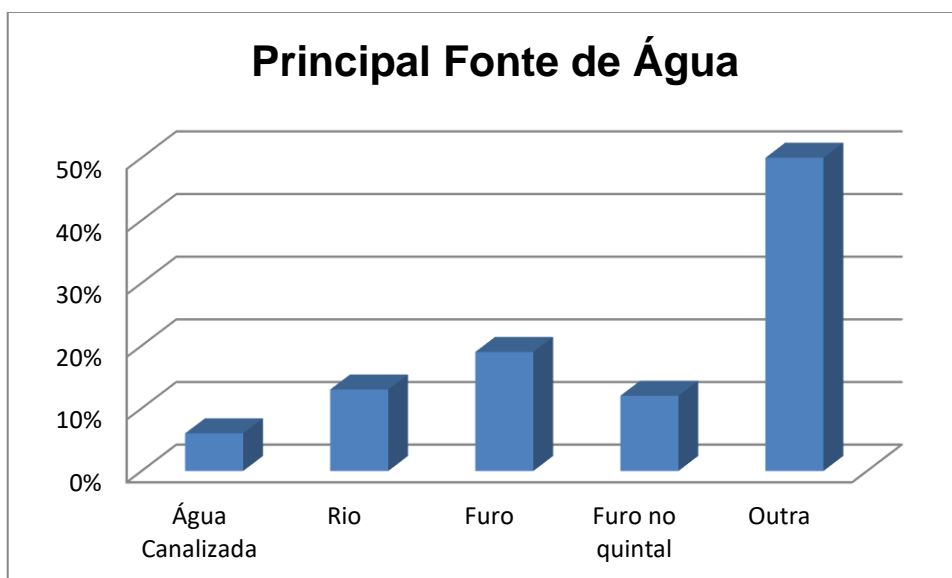


Figura 7.12 – Principal fonte de água dos AF dentro da ZPP do Projecto

O trabalho de campo mostrou que três furos estão localizados na ZPP do projecto (um deles é ilustrado na figura que se segue). A perda destes furos terá de ser compensada, através da construção de novos furos, para servir a população.



Figura 7.13 – Furo protegido dentro da ZPP do Projecto

Em relação à qualidade da água, 75% dos entrevistados não tratam a água antes de a utilizar, 18% fervem a água, 7% usam cloro (*Certeza*) e outros métodos.

7.5.2.2 Saneamento

O trabalho de campo revelou que 26% dos AF afectados não têm qualquer tipo de estruturas de saneamento, 52% têm latrina tradicional e 17% têm latrinas melhoradas dentro das suas parcelas.

7.5.2.3 Gestão de Resíduos

As comunidades inquiridas não beneficiam de qualquer sistema formal de recolha de lixo. A maior parte dos agregados familiares queima (57%), enterra ou descarta (41%) os resíduos no quintal. Actualmente, esta situação não é muito preocupante, pois os resíduos produzidos nas comunidades são reduzidos, e o tipo de resíduos gerados é principalmente orgânico (ou seja, resíduos alimentares, resíduos de produtos agrícolas, cascas de frutas, capim, entre outros). No entanto, foram observados resíduos não orgânicos provenientes do consumo de produtos comerciais em embalagens e recipientes (garrafas, embalagens, plásticos). Geralmente, esses pacotes e recipientes são reutilizados.

7.5.2.4 Energia

Apenas 7% das comunidades que serão atravessadas pelo projecto estão ligadas à electricidade da EDM. As fontes de energia usadas pelos AF para iluminar a casa são principalmente velas (17%), querosene (20%) e tochas (19%). Quando inquiridos sobre a principal fonte de energia usada para cozinhar, 72% afirmaram que utilizavam lenha e 15% usavam carvão. Geralmente, a recolha de lenha, bem como da água, é responsabilidade das mulheres.

7.5.3 Comunicações e Transportes

Durante o trabalho de campo, observou-se que a maioria das comunidades afectadas está coberta pelo sinal das três redes móveis que operam em Moçambique. Quando os agregados familiares foram inquiridos sobre qual era o principal canal utilizado para receber e transmitir informações, a

maioria declarou o líder local e os telemóveis. A maioria das pessoas não possui qualquer meio de transporte, viajando principalmente a pé, ou utilizam o transporte público (chapa 100), quando querem percorrer longas distâncias.

7.6 Actividades Económicas e Estratégias de Subsistência

7.6.1 Actividades de Subsistência e Rendimento

O inquérito do censo mostrou que um grande número de chefes de agregados familiares corresponde a agricultores (33,3%). Também foram mencionadas outras ocupações como construtor, empregada doméstica, guarda, comerciante. Quando os chefes do AF foram questionados sobre qual a sua principal fonte de rendimento, 34% mencionaram a venda dos produtos cultivados nos seus campos, 25% mencionaram que estavam empregados no sector formal e 12% disseram que operavam em actividades comerciais no sector informal.

Ao olhar para o nível de rendimento dos AF pesquisados, verificou-se que a maioria deles tem um rendimento baixo. A figura abaixo mostra o nível de rendimento dos AF inquiridos na ZPP do Projecto.

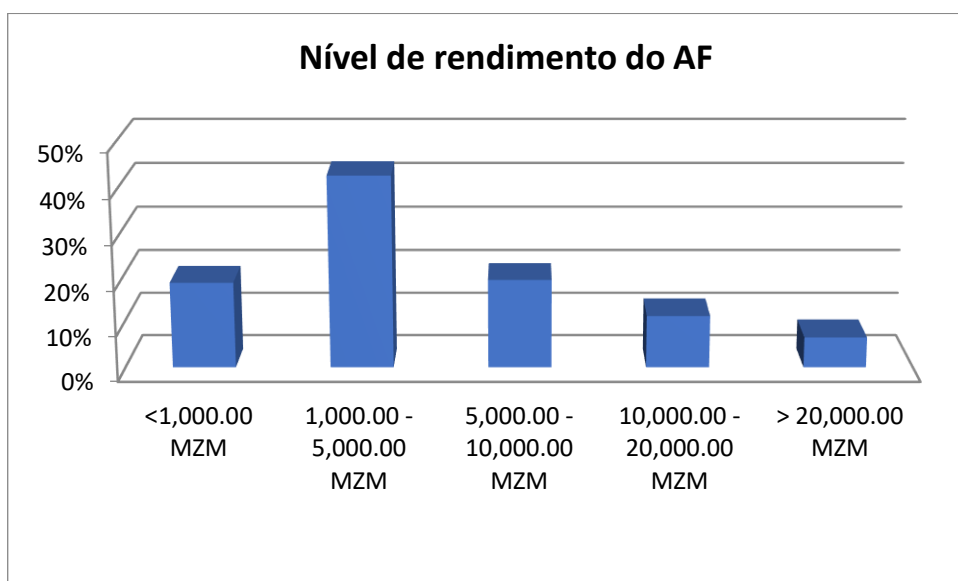


Figura 7.14 – Nível de rendimento do AF na ZPP do Projecto

Ao analisar a figura acima, fica claro que a maioria dos AF tem rendimentos inferiores a 5.000,00 meticais. Tendo em conta que cada agregado familiar tem uma média de 4,23 membros, significa que a maioria dos AF tem um rendimento aproximado de 39¹² Meticais, por membro do AF, por dia. Isto está abaixo da linha de pobreza de 120 meticais¹³, por pessoa, por dia, estipulado pelas Nações Unidas. Isto torna estas PAP vulnerável e requer que a recuperação e a melhoria dos seus meios de subsistência sejam uma prioridade no âmbito do PAR. Ao identificar os locais de

¹² 39 Meticais corresponde a aproximadamente 0.52 USD.

¹³ 1.9 USD por dia, por pessoa.

realojamento, o acesso ao emprego será tido em consideração e o rendimento perdido será compensado durante a transição para o local de reassentamento.

7.6.2 Agricultura

De um modo geral, os métodos de cultivo usados pelos AF são rudimentares e manuais. Por conseguinte, a dimensão da área cultivada está directamente associada à mão-de-obra disponível. Durante o trabalho de campo, foi difícil aceder e identificar as terras agrícolas, pois a maioria das áreas estava em pousio e era difícil identificar os proprietários das terras agrícolas.

A agricultura na área de pesquisa é predominantemente de sequeiro e desenvolvida em planícies semiáridas e, ocasionalmente, no sopé de encostas pequenas. No entanto, também é comum o uso de planícies aluviais localizadas ao longo das margens intermitentes dos riachos existentes.

Durante o trabalho de campo, foram identificadas 88 machambas, sendo 4 das quais machambas comerciais (plantações de cana-de-açúcar). Conforme foi acima mencionado, o trabalho de campo foi feito durante a época de pousio e, como tal, é provável que o número de parcelas agrícolas na ZPP do Projecto tenha sido subestimado. A **Figura 7.15** mostra a localização das machambas que foram identificadas dentro da ZPP do Projecto.

A tabela abaixo apresenta os principais produtos cultivados na área directamente afectada pelo Projecto.

Tabela 7.7 – Culturas agrícolas praticadas pelos AF afectados

Produtos	% de AF que cultiva o produto
Milho	81%
Milho painço	8%
Lenha	4%
Feijão nhemba	73%
Batata-doce	58%
Amendoim	69%
Abóbora	54%
Couve	19%
Pepino	15%
Tomate	19%
Mandioca	88%
Batata	4%
Alface	15%
Cana-de-açúcar	23%

A figura abaixo mostra uma típica machamba de subsistência na área do Projecto.

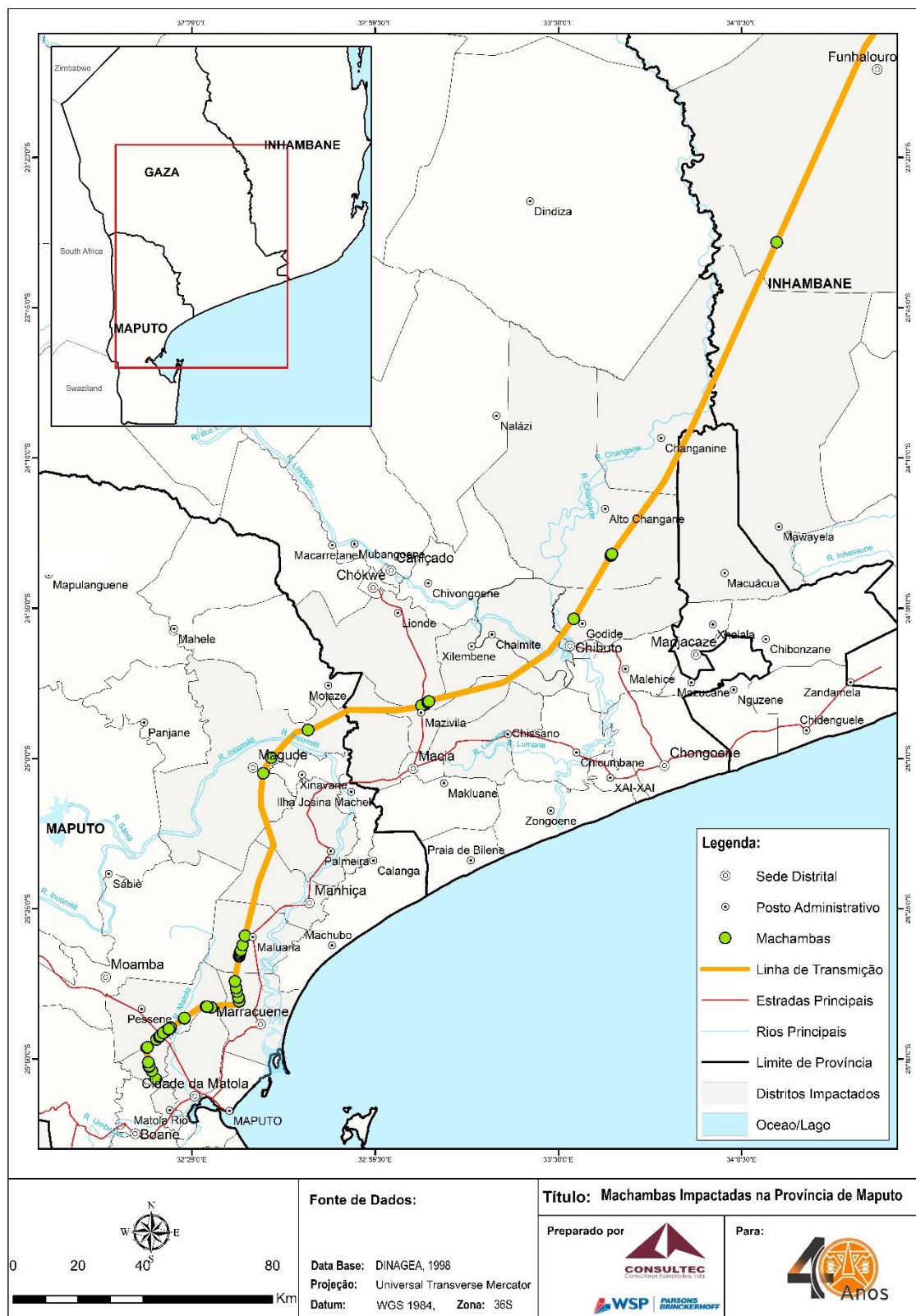


Figura 7.15 – Machambas na ZPP do Projecto



Figura 7.16 – Campo agrícola na área do Projecto

A maior parte dos produtos são cultivados para consumo próprio. Os AF só vendem produtos excedentários, caso existam.

Conforme já referido as técnicas agrícolas são rudimentares e a maioria das AF usa enxadas, sem apoio de maquinaria ou tracção animal. A maioria dos AF (87,1%) não utiliza incrementos tais como sementes melhoradas, fertilizantes ou pesticidas, o que resulta numa baixa produtividade por hectare. A restauração dos meios de subsistência deve ter como objectivo melhorar essas práticas. Todas as culturas perdidas serão compensadas ao custo total de substituição.

7.6.3 Árvores com Valor Económico

Durante o trabalho de campo, os consultores tentaram identificar todas as árvores com valor económico dentro da ZPP. 77% dos AF que têm estruturas que serão directamente afectados, afirmaram que também possuem árvores com valor económico nas suas parcelas; e dos AF que têm campos agrícolas que serão directamente afectados, 69% afirmaram ter árvores com valor económico nas suas parcelas. A tabela abaixo mostra o número de árvores por tipo detectadas no espaço do AF e nas parcelas agrícolas inquiridas.

Tabela 7.8 – Árvores com valor económico identificadas dentro da ZPP

Árvore	Número
Manga	665
Papaia	266
Abacate	157
Limão	252
Laranja	188
Banana	139
Caju	410
Malambe	1
Maçanica	1
Tangerina	17
Coco	60
Mafurreira	58
Total	2214

Durante a implementação do PAR, essas árvores terão de ser compensadas. Os valores de compensação não devem ser inferiores aos incluídos numa tabela de compensação gerada pela Direcção Provincial de Agricultura ou valor de substituição integral, o que for maior, incluindo substituição da árvore, bem como a compensação pelo valor perdido em função dos anos durante os quais a árvore não será produtiva.

7.6.4 Posse de Activos Duráveis

A posse de bens duráveis é um indicador de bem-estar e riqueza dos AF em áreas rurais, uma vez que o hábito de poupar não é comum. Esses activos são símbolos de estatuto social/riqueza e são facilmente negociados por troca com outros activos, alimentos ou dinheiro para resolver problemas em tempos de crise. O mesmo se aplica aos animais que também podem ser usados como um sinal exterior de riqueza.

Na área do inquérito, os activos com alto valor económico, como automóveis, motocicletas, televisão ou até computadores, são insignificantes. A seguinte tabela mostra um resumo das informações recolhidas sobre activos duráveis das famílias.

Tabela 7.9 – Bens duráveis do agregado familiar

Bens	% de AF que possuem o bem
Rádio	47.1%
TV	31.3%
Telemóvel	86.1%
Frigorífico	13.5%
Fogão	47.1%
Cama	69.4%
Bicicleta	11.6%
Motocicleta	4.5%
Carroça	5.2%
Carro	10.0%
Camião	1.6%
Computador	5.8%
Outro	34.8%

Ao observar a tabela acima, pode-se concluir que a maior parte dos activos próprios dos AF são de valor comercial médio, como telemóveis, rádios e cama. Devido ao seu valor e uso, estes activos são facilmente negociáveis localmente e são negociados e vendidos entre os AF.

Rádio e telemóveis são bens que a maioria das famílias possui, devido ao seu amplo uso, sendo o único meio eficiente de comunicação na área.

7.6.5 Grupos Vulneráveis

De acordo com a PO 4.12 do Banco Mundial, deve ser dada prioridade e especial atenção aos grupos mais vulneráveis. Entre os principais grupos vulneráveis que foram considerados incluem-se:

- Agregados familiares liderados por mulheres;
- Agregados familiares liderados por idosos (com 65 anos ou mais);
- Agregados familiares liderados por crianças;
- Agregados familiares com membros mentalmente incapacitados ou doentes crónicos;
- Agregados familiares liderados por pessoas analfabetas;
- Agregados familiares com rendimento abaixo da linha de pobreza.

Agregados familiares liderados por mulheres

As mulheres que são chefes de família dependem frequentemente do apoio de outros membros da família para a sua subsistência. No total, foram identificados 106 agregados familiares liderados por mulheres, das quais 31 são solteiras, 46 são viúvas, oito são divorciadas ou separadas, as restantes são casadas ou vivem em união de facto.

Agregados familiares liderados por idosos

De um modo geral, os agregados familiares liderados por idosos dependem da agricultura de subsistência e têm baixa produtividade. Geralmente, dependem do apoio da família para as suas necessidades diárias e para lavrar as suas machambas. No total, foram identificados 71 agregados familiares liderados por idosos, 29 dos quais são mulheres e, por isso, já estão incluídos no grupo vulnerável “agregados familiares chefiados por mulheres”.

Agregados familiares com membros mentalmente incapacitados ou doentes crónicos

Pessoas com doenças crónicas (como reumatismo e asma) são consideradas vulneráveis, porque a interrupção da subsistência dessas pessoas terá impactos ainda mais fortes; portanto, deve ser dada prioridade à resolução das suas necessidades.

As pessoas que estão cronicamente doentes ou mentalmente debilitadas são apoiadas por vários programas de saúde. Uma consequência do reassentamento pode ser o isolamento desses indivíduos ou mesmo a interdição para aceder a esses programas de apoio devido à realocação geográfica. Estas famílias ou os seus membros podem ter mais dificuldades em iniciar uma nova vida por conta própria; devem ser tomados cuidados especiais no seu reassentamento.

Embora não seja muito comum, foram relatados alguns casos de artrite e asma. Também foi identificada uma pessoa com deficiência mental. Estes cenários podem mudar durante o reassentamento, uma vez que as pessoas são relutantes em revelar se têm alguma incapacidade mental e física.

No total, foram identificados 69 AF com pelo menos um membro portador de uma doença crónica. Destes AF, 31 são liderados por mulheres e 18 são liderados por um idoso e, como tal, já estão incluídos nos grupos vulneráveis anteriores.

Agregados familiares liderados por crianças

Crianças que são chefes de AF dependem fortemente de redes sociais e de outras famílias para a sua sobrevivência e devem ser objecto de especial atenção durante o processo de reassentamento. Durante o recenseamento, os consultores identificaram um AF liderado por uma menina de 14 anos.

Agregados familiares liderados por pessoas analfabetas

- 98 chefes de AF iletrados
 - 49 são mulheres (50%)
- 156 têm instrução primária
 - 45 são mulheres (29%)

Agregados familiares com rendimento abaixo da linha de pobreza

191 AF revelam níveis de rendimento abaixo da linha de pobreza.

Total de agregados familiares vulneráveis

No total, foram identificados 217 AF vulneráveis, correspondendo a 70,0% dos AF entrevistados. Os AF mais vulneráveis correspondem aos AF liderados por mulheres, seguidos dos AF liderados por pessoas idosas.

Tabela 7.10 – AF vulneráveis identificados, por tipo de grupo vulnerável

Grupos vulneráveis	Nº. de Agregados familiares
Agregados familiares liderados por mulheres	106
Agregados familiares liderados por idosos	71
Agregados familiares com membros mentalmente incapacitados ou doentes crónicos	69
Agregados familiares liderados por crianças	1
Agregados familiares liderados por pessoas analfabetas	98
Agregados familiares com rendimento abaixo da linha de pobreza	191

Nota: por favor, note que há uma significativa sobreposição nos grupos vulneráveis acima.

Casos Especiais

Durante o trabalho de campo, os consultores identificaram um agregado familiar que é liderado por alguém com idade entre 15 e 18 anos, e seis agregados familiares em que o chefe do domicílio tem um relacionamento poligâmico. No contexto moçambicano, estes dois grupos não são considerados vulneráveis, mas devem ser considerados como casos especiais e devem ser objecto de atenção especial durante o processo de reassentamento.

7.7 Perfil Socioeconómico da População Afectada: Resumo das Questões Chave

Foram detectados dez distritos com potenciais PAP. Foram inquiridos 310 AF físicos (abrangendo 1.312 pessoas) dentro da ZPP. No entanto, várias casas em construção não foram registadas como AF, devido à ausência dos proprietários. Dos 310 AF e numa tentativa de avaliar vulnerabilidades, verificou-se que 38% dos chefes de AF são solteiros (não casados, com perda de cônjuge, divorciados/separados ou idosos), 16% das chefes de AF são casadas/vivem com cônjuges, 5% dos chefes masculinos de AF mencionados têm relações poligâmicas e 23% do número total de AF são chefiados por idosos. Foi identificado um chefe de AF menor.

Os níveis de instrução em toda a área afectada são geralmente muito baixos, com 32% de analfabetismo registado e 51% das populações afectadas somente com instrução primária. 8 das localidades têm postos de saúde e verificou-se que os AF têm acesso a serviços básicos de saúde. Embora bastante diversificada, dada a vasta área que o Projecto STE abrange, um número significativo de PAP tem a agricultura de subsistência como principal fonte de subsistência. Embora existam membros do AF que participam na economia formal e informal em algumas das localidades, descobriu-se que mais de 50% das PAP tinham níveis de rendimento inferiores a 44 MZN por dia, por membro da família. O acesso à água é geralmente precário, em que 6% têm acesso a água canalizada e apenas 7% têm acesso a electricidade.

Embora exista uma grande disparidade em toda a área do Projecto STE, de um modo geral, verificou-se que 69% das PAP tinham estruturas com menos de 70 m² e 31% de estruturas com mais de 70 m², o que implica diferentes modelos de compensação. Além disso, foram identificadas 4 machambas comerciais.

8 Área Hospedeira de Reassentamento

A selecção de uma área hospedeira de reassentamento tem um impacto significativo nas famílias que terão de ser realojadas fisicamente. A fim de minimizar esses impactos, recomenda-se que os AF afectados sejam realocizados nas mesmas comunidades em que residem actualmente. Como este é um projecto linear, o impacto geral do reassentamento pode resultar na realocação física de um grande número de AF. No entanto, este impacto ocorre disperso ao longo da linha e não concentrado num único local.

Conforme é mencionado acima, este projecto tem uma extensão total de 561 km e, de acordo com o censo realizado em 2017 e 2018, um total de 415 agregados familiares (AF) deverá ser realocado fisicamente. Isto dá uma média de um AF por 1,3 km. Se se adicionar a este número os AF associados às casas em construção, o número total de AF físicos a realocar aumentará para 556, o que dá uma média de um AF por 1,01 km.

Outro aspecto deste projecto é que alguns dos AF impactados são considerados de natureza urbana e outros de natureza rural. Se fosse identificada uma única área hospedeira para todo o Projecto, isso significaria que alguns AF teriam de ser realocizados muito longe de onde residem actualmente (para alguns, literalmente, centenas de quilómetros), fazendo com que muitos perdessem a ligação com o seu local de trabalho, os membros da família, as terras agrícolas e aspectos da vida quotidiana.

O reassentamento dos AF físicos nas mesmas comunidades onde residem actualmente é uma forma de mitigar o impacto socioeconómico do processo de reassentamento, já que os AF afectados ainda poderão aceder à mesma infra-estrutura social que usam actualmente, os mesmos locais sagrados e espirituais, o mesmo emprego formal e as terras agrícolas que usam actualmente. Por este motivo, este RLFS prevê que os AF afectados sejam realocizados nas mesmas localidades onde residem actualmente.

Durante a segunda ronda do PPP, conforme estipulado no Diploma Ministerial 156/2014, é necessário discutir possíveis locais de reassentamento. Este tema foi discutido com todos os líderes locais e AF afectados. Durante as reuniões, foi explorado se, dentro das suas localidades, existem parcelas suficientes para acomodar um possível reassentamento. Todos eles mencionaram que há parcelas suficientes, porém alguns mencionaram que nos últimos anos houve um grande afluxo de pessoas para as suas localidades. Esse afluxo de pessoas fará com que a selecção da área hospedeira seja mais difícil se a implementação do reassentamento for demorada. A tabela abaixo mostra a dificuldade em localizar uma área hospedeira por localidade, o tipo de reassentamento e a área total requerida para o mesmo.

Tabela 8.1 – Disponibilidade de área hospedeira e área requerida

Distrito	Posto Administrativo	Localidade	Disponibilidade	Tipo de Reassentamento	Número de lotes	Área em ha
Bilene	Mazivila	Mazivila	Fácil	Rural	12	6
Chokwe	Xilembene	Xilembene	Fácil	Rural	11	5.5
	Lionde	Conhane	Fácil	Rural	20	10
Chibuto	Changanine	Hate-Hate	Fácil	Rural	2	1

Distrito	Posto Administrativo	Localidade	Disponibilidade	Tipo de Reassentamento	Número de lotes	Área em ha
	Godide	Chipadje	Fácil	Rural	2	1
		Godide Sede	Fácil	Rural	26	13
	Alto Changane	Alto Changane	Fácil	Rural	1	0.5
Panda	Mawayela	Macavelane	Fácil	Rural	4	2
Funhalouro	Funhalouro Sede	Mavume	Fácil	Rural	7	3.5
Boane	Boane Sede	Boane Sede	Fácil	Urbano	1	0.08
	Matola Rio	Matola Rio Sede	Difícil	Urbano	109	8.72
		Mulotana	Difícil	Urbano	139	11.12
Moamba	Pessene	Pessene Sede	Média	Urbano	95	7.6
		Mahulane	Média	Urbano	28	2.24
	Tenga	Tenga	Fácil	Urbano	8	0.64
Marracuene	Marracuene Sede	Marracuene Sede	Média	Urbano	47	3.76
Manhiça	Maluana	Maluana	Fácil	Rural	23	11.5
Magude	Magude	Maguiguana	Fácil	Rural	21	10.5
Total					556	98.66

Como se pode ver na tabela acima, os líderes locais das povoações mais afectadas afirmaram que seria fácil encontrar lotes de terra para atender às necessidades de reassentamento. A excepção são Matola Rio Sede e Mulotana, ambas no distrito de Boane (perto da subestação de Maputo), onde os líderes afirmaram que seria difícil encontrar tais terras de substituição, uma vez que estas localidades têm sofrido um forte incremento populacional nos últimos anos, provavelmente devido à proximidade das cidades da Matola e Maputo.

Durante a fase do PAR, quando a decisão final sobre o projecto for tomada, serão definidas áreas hospedeiras de reassentamento em cada uma dessas localidades, pelos Governos Distritais de cada Distrito afectado, em consulta com as populações locais. Embora as potenciais áreas hospedeiras tenham sido brevemente discutidas durante as reuniões com as pessoas e comunidade afectadas, essas discussões foram muito preliminares, e não foram feitos quaisquer acordos / compromissos ou definidos detalhes específicos. A identificação das áreas hospedeiras será feita durante a fase do PAR.

9 Critérios de Elegibilidade e Metodologia de Compensação

9.1 Considerações Gerais

A implementação do Projecto STE implicará a deslocalização física e económica das pessoas que actualmente vivem dentro da ZPP do Projecto. Os impactos sociais mais relevantes do Projecto estão associados à necessidade de reassentamento (reassentamento involuntário) como resultado da terra necessária para a implementação do Projecto. Os impactos socioeconómicos directos do projecto podem resultar em:

- Perda de casas e terrenos associados;
- Perda de estruturas auxiliares;
- Perda de infra-estruturas em fase de construção e de terrenos associados;
- Perda de terrenos agrícolas;
- Perda de colheitas, se a aquisição da terra ocorrer antes da época das colheitas ou do ciclo da cultura ser interrompido pelo projecto;
- Perda de árvores com valor económico;
- Perda de cemitérios, e locais santos e sagrados;
- Perda de actividades e lucros empresariais;
- Perda de Direitos do Uso da Terra (DUAT);
- Perda de acesso a serviços ou de conectividade;
- Perda de infra-estruturas/serviços públicos e sociais.

Tal como é apresentado no Capítulo 6, no total, o trabalho de campo identificou uma estimativa de 686 AF que irão perder activos durante a fase de construção do projecto

9.2 Critérios de Elegibilidade

O processo de reassentamento ou de compensação requer a definição de critérios de elegibilidade e, consequentemente, os direitos relacionados à compensação. A matriz de direitos proposta (ver **Anexo III**) foi projectada tendo em consideração os resultados do trabalho de campo. Os seguintes grupos foram considerados elegíveis, embora os elementos de compensação possam variar entre os grupos:

1. Qualquer AF, grupo ou comunidade com uma habitação ou/e estruturas de alojamento complementares (incluindo cozinha, sala exterior, casa de banho e alpendre), localizados na ZPP do Projecto, com direitos legais ou consuetudinários para usar a terra;
2. Qualquer AF, grupo ou comunidade com uma estrutura agrícola auxiliar (incluindo *kraals*, celeiros, aves, etc.) localizada na ZPP do Projecto, e com direitos legais ou consuetudinários para usar a terra;
3. Qualquer AF, grupo ou comunidade com uma infra-estrutura em construção localizada dentro da ZPP do Projecto, com direitos legais ou consuetudinários para usar a terra;

4. Qualquer AF, grupo ou comunidade com o direito legal ou consuetudinário de usar a terra com culturas permanentes localizadas parcial ou totalmente na ZPP do Projecto;
5. Qualquer AF, grupo ou comunidade que possua uma ou mais árvores com valor económico dentro da ZPP do Projecto;
6. Qualquer AF, grupo ou comunidade que tenha um negócio estabelecido (parcial ou totalmente) na ZPP do Projecto;
7. Qualquer sepultura ou cemitérios e qualquer local espiritual, sagrado ou de adoração dentro da ZPP do Projecto;
8. Qualquer infra-estrutura social e pública estabelecida na ZPP do Projecto.

É importante notar que, para um AF se qualificar para elegibilidade, a propriedade dos seus activos, com excepção de sepulturas, deve ser reconhecida pelo líder local / autoridade tradicional / líder da comunidade (ou seus representantes), ou por um DUAT formal. A presença e a posse, prévia à data de moratória, estabelecerão uma presunção de direitos, e podem ser solicitadas declarações de vizinhos ou outras provas, se houver dúvidas sobre o assunto. As Comissões de Reassentamento devem realizar um processo de avaliação de elegibilidade nos casos em que a elegibilidade é questionada. Se não forem resolvidos, esses casos serão reencaminhados para o MRR do Projecto, que será formalizado durante a fase de PAR, e que estará em vigor antes do início do processo de reassentamento.

9.3 Metodologia de Compensação

O capítulo seguinte descreve a metodologia proposta para compensação dos vários activos que possam ser impactados pelo Projecto STE, dentro das categorias acima descritas.

9.3.1 Perda de Casas

Durante o trabalho de campo, os consultores identificaram muitas casas com dimensões superiores a 70 m². A legislação moçambicana de reassentamento e as políticas do Banco Mundial declaram que a pessoa afectada deveria restaurar pelo menos o mesmo padrão de vida que possuía antes do reassentamento.

O Decreto 31/2012, de 8 de Agosto, estabelece que todas as casas afectadas devem ser compensadas em espécie, com uma casa com um mínimo de 70 m², construída num lote de 800 m² em áreas urbanas e 5.000 m² em áreas rurais. Se isso fosse aplicado a todas as PAP afectadas, algumas pessoas acabariam numa situação pior do que antes do reassentamento. Por este motivo, o método de compensação para os talhões será compensar com talhão maior ou equivalente ao actual, enquanto que para as casas, o método de compensação terá duas categorias, a saber:

- Perda de casas com dimensão inferior a 70m²;
- Perda de casas com dimensão superior a 70m².

9.3.1.1 Perda de Casas com Dimensão Inferior a 70m²

A perda (parcial ou total) das estruturas habitacionais (casa principal e estruturas complementares de habitação) com dimensão inferior a 70 m² deve ser compensada pela entrega de habitação de substituição. Independentemente da apresentação e dos materiais de construção da estrutura actual, todos as PAP devem ser compensadas com estruturas construídas com materiais convencionais, de acordo com os seguintes princípios:

- Uma casa principal com três quartos por AF;
- Uma cozinha exterior;
- Uma casa de banho e sanita exteriores.

A área das três estruturas mencionada acima deve totalizar um mínimo de 70m². Todos os AF receberão assistência na transição.

9.3.1.2 Perda de Casas com Dimensão Superior a 70m²

A perda (parcial ou total) das estruturas habitacionais (casa principal e estruturas complementares de habitação) com dimensão superior a 70 m² pode ser compensada monetariamente. A compensação deve garantir o valor de substituição total da estrutura (valor de mercado mais os custos de transacção), permitindo que a PAP afectada construa a mesma estrutura num local diferente. O pacto de compensação destes AF também incluirá um talhão de tamanho e condições equivalente ao anterior. Poderá ser oferecida ao AF uma opção de compensar com uma casa de substituição padrão mais a compensação monetária pela diferença. Quando for necessário, estes AF deverão também receber assistência na transição.

9.3.2 Estruturas Auxiliares

A perda (parcial ou total) de estruturas auxiliares, como casas de machamba, será compensada em espécie, sempre que possível. Quando não for possível, a estrutura auxiliar deve ser compensada monetariamente ao custo total da reposição. A fórmula e os preços actualizados (corrigidos com a inflação para o mês do reassentamento) apresentados no Diploma Ministerial 181/2010, de 3 de Novembro, podem ser utilizados, como ponto de partida.

9.3.3 Infra-estruturas em Construção

A perda (parcial ou total) das estruturas em construção será compensada monetariamente. A compensação deve estar no valor de reposição total do mercado da estrutura, permitindo que a PAP construa a mesma estrutura num local diferente, num lote de pelo menos o mesmo tamanho fornecido pelo processo de reassentamento.

9.3.4 Perda de Colheitas

A perda de culturas permanentes (produtos agrícolas) durante a época agrícola será reparada através de compensação monetária. Os valores de compensação devem, no mínimo, estar de acordo com a tabela actualizada da Direcção Provincial da Agricultura das Províncias de Maputo, Gaza ou Inhambane, que indica os valores actuais de mercado para diferentes culturas. A tabela provincial de compensações deve ser validada por um estudo de mercado e o preço mais alto entre os dois conjuntos de valores deve ser usado no pacote de compensações.

9.3.5 Perda de Árvores com Valor Económico (Árvores de Fruto e Árvores Nativas)

As árvores de fruto dos AF que forem afectadas pelo projecto serão compensadas monetariamente. Os valores de compensação devem, no mínimo, basear-se nos valores estabelecidos pela Direcção Provincial da Agricultura das Províncias de Maputo, Gaza ou Inhambane. A tabela provincial de compensações deve ser validada por um estudo de mercado e será pago o valor mais alto. A avaliação das árvores leva em consideração o seu potencial de produção e a respectiva idade.

9.3.6 Perda de Actividades Empresariais

A compensação pela perda de negócios, incluindo as estruturas utilizadas para pequenas lojas localizadas na ZPP do Projecto e o terreno no qual está localizada, deve ser realizada em espécie, sempre que possível. Quando não for possível, a estrutura do negócio deve ser compensada monetariamente seguindo a fórmula e os preços actualizados (corrigidos pela inflação até ao mês do reassentamento) apresentados no Diploma Ministerial 181/2010, de 3 de Novembro, ou o valor total da reposição: o que for maior. Ao avaliar o valor do negócio, deve ser dada consideração à terra onde o negócio está localizado.

Caso o reassentamento não permita que a actividade comercial afectada seja estabelecida num novo local antes do reassentamento, ou se houver qualquer outra interrupção transitória, a perda de receita pelo tempo necessário para construir a nova estrutura deve ser calculada e incluída no pacote de compensações do reassentamento.

9.3.7 Templos Religiosos

A compensação pela perda de templos religiosos, localizados na ZPP do Projecto, deve ser fornecida em espécie, sempre que possível. Quando não for possível, a estrutura e o terreno em que se situa, devem ser compensados monetariamente, seguindo a fórmula e os preços actualizados (corrigidos com a inflação até ao mês do reassentamento) apresentados no Diploma Ministerial 181/2010, de 3 de Novembro, ou ao valor integral da substituição: o que for maior.

9.3.8 Perda de Cemitérios e Locais Sagrados

9.3.8.1 Locais Sagrados

Quando não for possível evitar um impacto em locais sagrados, cada comunidade organizará uma cerimónia para transferir o local sagrado para um novo local, de acordo com as crenças e/ou costumes religiosos locais. Esses rituais espirituais são geralmente conduzidos por líderes espirituais e/ou líderes comunitários. A EDM deve apoiar o custo da cerimónia necessária. Esse custo é negociado caso a caso com a comunidade afectada.

9.3.8.2 Cemitérios

Caso para garantir a construção e /ou operação da linha seja necessário exumar túmulos e trasladar os restos mortais para um novo local, essa actividade será monitorizada pelas autoridades locais. A EDM apoiará todos os custos de exumação e trasladação dos túmulos, incluindo serviços profissionais, conforme acordado com a comunidade. Cada comunidade organizará uma cerimónia para a remoção e trasladação de sepulturas de acordo com as crenças e/ou costumes locais. Esses rituais espirituais são conduzidos pelo líder espiritual e/ou líder comunitário.

9.3.9 Perda de Infra-estruturas / Serviços Públicos e Sociais

Quando não for possível evitar um impacto em infra-estruturas sociais, a EDM será responsável por compensar a perda. O processo de definição das medidas de compensação apropriadas incluirá uma negociação com cada departamento governamental relevante e incluirá um memorando de entendimento e os arranjos orçamentais relevantes como parte do PAR final.

9.3.10 Perda de Direitos da Terra

A perda de direitos consuetudinários ou formais do uso da terra (DUAT, ou concessões específicas para a exploração de recursos, tais como concessões florestais, etc.), e toda a terra residencial e de subsistência, na ZPP do projecto será compensada em espécie. O método para determinar a terra de substituição e o pacote de compensações incluirá avaliações caso a caso dos activos a serem afectados pelas direcções provinciais e distritais relevantes. A metodologia e procedimentos para estas avaliações serão desenvolvidos durante a fase do PAR e submetidos a uma não-objecção do BM.

Durante a segunda ronda do processo de participação pública, foi discutida em cada comunidade¹⁴ a disponibilidade de terras para acomodar as famílias realojadas. Em quase todas as comunidades, afirmou-se que há espaço suficiente. No entanto, durante a fase do PAR, será necessário trabalhar directamente com cada autoridade do distrito para definir a área hospedeira ou talhões hospedeiros em cada comunidade.

¹⁴ Como é prática em todo o país, todas as discussões com as comunidades são dirigidas pelas autoridades locais e/ou líderes comunitários, e os principais participantes são as comunidades locais, geralmente incluindo tanto homens como mulheres.

Toda a terra providenciada pelo Projecto será titulada em nome dos chefes dos AF, e co-titulada com os seus parceiros conjugais (incluindo cada mulher numa união poligâmica). A co-titulação com outros membros da família também pode ser fornecida, a pedido do AF. As PAPs serão informadas sobre os seus direitos à terra.

9.4 Critérios de Elegibilidade e Metodologia de Compensação: Resumo das Questões Chave

A elegibilidade e a compensação para as PAP aderirão à legislação nacional e à PO 4.12. Todos os AF, grupos ou comunidades com terra, estruturas e/ou bens, que têm direitos de uso da terra (formais ou costumeiros), fazem legalmente uso da terra na ZPP, ou que vivem ou dependem dos recursos da ZPP para a sua subsistência, serão compensados e/ou assistidos. A compensação pelo reassentamento de AF físico será gerida através de duas grandes categorias, nomeadamente estruturas inferiores a 70m² e superiores a 70m². Todos os outros bens, tais como culturas e árvores, serão compensados de acordo com as directrizes descritas neste RLFS, assim como a infra-estrutura pública, locais de sepultura e outros locais de importância sociocultural. As actividades de subsistência serão restauradas e fundos de resposta às dificuldades de transição / perturbação também serão disponibilizados, conforme descrito no capítulo seguinte.

10 Estratégias de Restituição do Rendimento e dos Meios de Subsistência

10.1 Considerações Gerais

A EDM deve usar as directrizes abaixo para avaliar os impactos nos meios de subsistência e estabelecer procedimentos e medidas de recuperação, em consulta com as comunidades afectadas e líderes locais (e, conforme apropriado, em envolvimento com ONG e outras partes interessadas relevantes).

A OP do Banco Mundial (BM), 4.12 parágrafo (6c), declara o seguinte:

“As pessoas deslocadas devem receber apoio após a deslocalização, por um período de transição, com base numa estimativa razoável do tempo que provavelmente será necessário para restaurar a sua subsistência e os seus padrões de vida;

e receber assistência para o desenvolvimento, como preparação da terra, facilidades de crédito, formação, além da compensação que recebem.”

Além disso, o Decreto 31/2012 e a OP 4.12 do BM ambos exigem que os indivíduos deslocados recebam assistência para melhorar os seus padrões de vida, ou para pelo menos restaurá-los aos níveis pré-deslocação ou pré-início do Projecto (o que for mais alto).

A EDM deve envolver os indivíduos e comunidades afectados na elaboração de estratégias de restauração de meios de subsistência, para que as PAP tomem posse do projecto como seu próprio. Uma vez que o Projecto STE é linear, e que passa por áreas tanto densamente como esparsamente povoadas, as PAP serão reassentadas nas mesmas comunidades onde residem actualmente, facilitando a restauração das suas estratégias de subsistência e manutenção das redes de apoio da comunidade, tanto quanto possível.

10.2 Mão-de-obra Local

Durante o trabalho de campo, identificou-se que as comunidades ao longo da PPZ possuem trabalhadores que podem ser contratados durante a fase de construção. Os trabalhadores locais experientes, e os empresários locais com experiência e capacidade necessárias, devem ter prioridade nas oportunidades de trabalho do Projecto. Além disso, como foi sugerido por meio de consultas, o empreiteiro geral deve colaborar com os chefes das aldeias no sentido de maximizar a contratação local, bem como a compra de materiais e serviços locais relevantes. Estas medidas devem ser desenvolvidas através do Plano de Recrutamento Local e do Plano Local de Aquisições, a serem desenvolvidos pelo Empreiteiro, conforme exigido no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS).

10.3 Restituição e Incremento do Rendimento

Serão necessários diferentes pacotes de recuperação de meios de subsistência para cada uma das várias categorias de PAP, que dependerão do tipo e da magnitude da perda sofrida, do nível de vulnerabilidade de cada PAP, das preferências indicadas associadas às características das suas famílias e outras circunstâncias relevantes. Estes pacotes precisam ser considerados em relação ao facto de que algumas áreas são rurais, enquanto outras são um pouco mais urbanizadas e/ou com maior densidade populacional.

Também é fundamental que os pacotes de recuperação tomem conhecimento do facto de que as comunidades no seio das quais as PAP residem são em geral pobres e vulneráveis, o que significa que deve ser tomado o máximo cuidado para não alterar indevidamente a dinâmica e os relacionamentos da comunidade local. Por isso, os programas de apoio auxiliar destinados a melhorar os meios de subsistência irão também considerar as comunidades mais amplas no seio das quais as PAP vivem e/ou serão reinstaladas. Esses pacotes e laços de recuperação serão elaborados como parte da preparação do PAR e implementados como parte do PAR.

10.4 Necessidades de Terra

Conforme foi afirmado acima, estima-se que 686 agregados familiares afectados perderão pelo menos um activo e precisarão de receber uma compensação pela perda desse activo.

Para limitar o risco de empobrecimento, é essencial garantir um nível adequado de compensações e condições para a implementação da compensação. As seguintes condições serão integradas na fase do PAR:

- Tempo suficiente para encontrar e avaliar possíveis opções de terra de substituição e organizar o reassentamento;
- Apoio para todos os aspectos legais das transacções;
- Todos os “custos de transacção” (DUAT), tais como taxas de registo, impostos de transferência ou tributos consuetudinários, serão compensados pela EDM;
- As PAP cujas culturas e árvores serão impactadas pelo projecto receberão rebentos e sementes melhoradas para a sua substituição e assistência no restabelecimento das plantações ou das árvores;
- As dificuldades e os custos de transição (custo de mudança, perdas de receita, perdas por interrupção do negócio, etc.) serão compensados.

Para os AF cuja subsistência se baseie em agricultura de subsistência, a EDM, com a ajuda das comunidades locais e das Autoridades Distritais, ajudará as PAP a encontrar novas terras agrícolas (para as PAP com perdas de 20% ou mais dos seus terrenos produtivos ou que fiquem com parcelas demasiado pequenas para serem viáveis). Também será dada assistência na limpeza e preparação da terra. A parcela de terra de substituição será melhorada (adubada, cultivada, capinada, cercada, etc.) para alcançar ou ultrapassar a condição produtiva da terra original. O AF afectado será remunerado pelo projecto para realizar esse trabalho sempre que possível. Caso contrário, serão contratados outros trabalhadores locais para essas tarefas.

Além disso, será fornecida assistência técnica por um período de pelo menos três anos, para ajudar o AF afectado a melhorar a sua situação.

Um membro da equipe de implementação do reassentamento deve ser um especialista experiente em desenvolvimento social. O especialista em desenvolvimento social também garantirá a coordenação com departamentos agrícolas governamentais para a coordenação e eficiência do trabalho. Este especialista irá avaliar as preocupações, necessidades e os aspectos mais relevantes da melhoria dos meios de subsistência com as PAP e a administração local, bem como propor actividades de melhoria e apoio.

Esta assistência incluirá o seguinte, dependendo dos acordos a realizar com as PAPs elegíveis:

- Cursos de formação prática em técnicas agrícolas melhoradas;
- Variedades melhoradas de culturas;
- Fertilização;
- Rega de pequena escala;
- Tracção animal e equipamentos relacionados;
- Conservação de grãos pós-colheita;
- Agrossilvicultura, outras técnicas relevantes.

Será recrutada uma organização experiente, com presença permanente na área, para prestar serviços de formação e aconselhamento às comunidades.

As mulheres serão consideradas como um grupo de interesse específico, e abordadas através de metodologias específicas de envolvimento. Para este efeito, serão incluídas mulheres nas equipas de implementação do reassentamento. Elas informarão as mulheres afectadas do processo do PAR, tais como pagamentos de compensação, oportunidades de formação, programas de produção agrícola e outros subsídios específicos para mulheres.

O especialista social ajudará a identificar estratégias alternativas de subsistência, quando apropriado.

10.5 Árvores

Durante a implementação do Projecto, muitas árvores com valor económico terão de ser cortadas. A perda de árvores por parte das PAP deve ser compensada de acordo com a taxa do governo ou o custo total da reposição, o que for maior. A PAP também deve receber dois rebentos de árvores da mesma espécie, para garantir que elas restaurem / melhorem a sua produção. O especialista em desenvolvimento social providenciará apoio técnico para ajudar as famílias afectadas a plantar árvores para restaurar a sua fonte de rendimentos e de subsistência. Este processo estará ligado ao programa de recuperação dos meios de subsistência.

10.6 Subsídio de Deslocação

O Projecto providenciará o transporte de materiais e bens das PAP (incluindo quaisquer animais) para o novo local residencial no seio da comunidade local. O pacote de reassentamento deverá incluir um subsídio de deslocação, estimado em 100 USD por AF. Este custo baseia-se no custo médio de transporte de mercadorias numa distância inferior a 1 km. Se as PAPs não forem reassentadas na mesma comunidade, o subsídio de transporte cobrirá os custos totais da mudança para o local final de reassentamento.

10.7 Subsídio de Perturbação

O Projecto fornecerá um subsídio de perturbação para compensar o tempo perdido com as mudanças e outras actividades associadas ao reassentamento. As PAP serão avisadas com antecedência suficiente e solicitadas a desocupar as instalações. Terão a oportunidade de dismantelar as estruturas afectadas antes da implementação do projecto e não terão de arcar com os custos da demolição. Os materiais de construção que as PAP escolham reutilizar não serão confiscados e não pagarão multas, nem sofrerão qualquer sanção associada. As estruturas remanescentes e o material não utilizado serão dismantelados pela agência implementadora. Serão tomadas precauções para a remoção ordenada e segura de materiais. O subsídio de perturbação para as PAP é estabelecido como um valor mínimo de 100 USD, o que equivale a um salário mínimo dos trabalhadores da indústria de electricidade (Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social). No entanto, necessidades e custos adicionais específicos terão de ser avaliados durante a fase de PAR e providenciados conforme necessário.

10.8 Grupos Vulneráveis

Será dado um foco especial à melhoria dos meios de subsistência de grupos vulneráveis afectados pela construção do projecto. Os grupos vulneráveis incluem mulheres, idosos, crianças ou famílias lideradas por deficientes, bem como os extremamente pobres e analfabetos. Os agregados familiares vulneráveis deverão ser consultados e deverão ser envolvidos desde o início das actividades de reassentamento, de modo a ser possível a avaliação das suas preocupações e necessidades. A ajuda especial a fornecer inclui, entre outros:

- Apoio para abrir conta bancária;
- Apoio para obtenção de documento de identidade (caso alguma PAP não tenha);
- Ajuda para transacções administrativas (DUAT);
- Apoio no desenvolvimento de esquemas de poupança em grupo e outras iniciativas de desenvolvimento;
- Adaptação da construção para acomodar razoavelmente deficiências físicas;
- Programas de capacitação, incluindo literacia básica;
- Ligação a programas de saúde e aconselhamento para os doentes crónicos e suas famílias;
- Apoio na logística de realocização e outros apoios, tais como:

- Assistência de transporte;
- Suporte psicológico (informação, aconselhamento, debate);
- Fundos transitórios especiais específicos para agregados familiares vulneráveis.

Os membros dos AF afectados deverão beneficiar dos programas de formação propostos. Os membros de AF vulneráveis devem ter prioridade na alocação de emprego relacionado com o projecto e outros benefícios e assistência complementar.

10.9 Emprego e Outros Benefícios

No processo de recrutamento de mão-de-obra será dada prioridade a todos os membros das comunidades locais e, especificamente, aos membros dos AF reassentados, cujos meios de subsistência sejam severamente afectados. Isto aplica-se a todas as oportunidades de emprego não especializados, e dentro do possível aos semi-especializados, incluindo as seguintes oportunidades de emprego e de contracto: desmatização da ZPP, carregamento para o movimento de materiais de construção para os locais de construção das torres, e outras áreas de construção, construção de estradas de acesso e campos de construção, reconstrução de edifícios e casas da comunidade, prestação de serviços e bens para os trabalhadores; administração do programa de compensação, actividades de monitorização, etc. Tal será realizado através do Plano de Recrutamento Local, a ser desenvolvido pelo Empreiteiro, conforme requerido no PGAS.

Além disso, todos os AF e comunidades afectados receberão toda a madeira cortada nas suas parcelas ou áreas das suas comunidades, para o seu próprio uso ou venda. Os materiais recuperados das estruturas afectadas serão deixados para os AF e comunidades afectados. Se necessário será fornecido transporte para movimento desses materiais e os resíduos resultantes serão removidos.

Todos os bens e serviços (areia, cimento, comida, etc.) serão comprados localmente, sempre que possível. Isto aplica-se a todos os empreiteiros e devem ser incluídas disposições específicas para esse efeito nos Termos de Referência da construção. Isso será alcançado por meio do Plano de Aquisições Locais, a ser desenvolvido pelo Empreiteiro, conforme exigido no PGAS.

10.10 Fundo de Compensação Comunitário (FCC)

O projecto terá muitos impactos no uso da terra e em muitos AF, e os impactos positivos directos nas comunidades são limitados a empregos durante a construção. Assim, a EDM dedicará 1% do custo total do Projecto para objectivos gerais de desenvolvimento, com as comunidades assumindo a liderança na determinação do projecto que desejam priorizar e implementar, e de como o projecto deve ser implementado. Tais iniciativas de desenvolvimento podem incluir, mas não estão limitadas a, infra-estrutura social e/ou comunitária, programas de criação de emprego / rendimento (particularmente voltados para jovens e mulheres), programas de apoio à agricultura, programas de desenvolvimento de aptidões, programas de igualdade de género, activos comunitários ou cooperativos, programas nutricionais e programas de assistência nas matrículas

escolares e de prevenção do abandono escolar (particularmente meninas). No início da implementação do PAR, será concretizado um programa de envolvimento para informar e empenhar os líderes e as comunidades no processo de decisão e priorização dos seus objectivos.

A legislação moçambicana não especifica uma percentagem que deve ser atribuída a esse Fundo de Compensação Comunitária (FCC). Por isso, seguindo as melhores práticas internacionais, o equivalente a 1% do custo total de construção do projecto (linha e subestações) será adicionado ao custo do projecto para financiar o FCC. Este FCC seria de 6 milhões de USD, o que representa 1% de 600 milhões de USD.

O FCC visa proporcionar às comunidades impactadas benefícios de subsistência e de desenvolvimento, que vão para além da simples mitigação dos impactos. Os princípios e directrizes a considerar na decisão de como os recursos do FCC serão alocados devem ser apresentados nos Planos de Desenvolvimento Social, a serem desenvolvidos como parte do PAR, de acordo com as exigências do Decreto 31/2012, de 8 de Agosto, e incluirão todas as comunidades afectadas.

O FCC será mais desenvolvido durante a fase de PAR, incluindo a definição de uma estrutura, procedimentos e processos de gestão. Tal será um processo inclusivo, e a gestão deverá incluir a EDM, governo local, comunidades, sociedade civil e quaisquer outras partes interessadas relevantes. Será definido um plano de desenvolvimento detalhado, que incluirá os programas, custos, áreas e calendário de implementação, e procedimentos de monitorização e avaliação. Serão definidos indicadores de desempenho relevantes para todos os programas.

10.11 Estratégias de Restituição do Rendimento e dos Meios de Subsistência: Resumo das Questões Chave

Numa tentativa de minimizar as perdas e perturbações das comunidades e PAP, as PAPs serão reassentadas dentro da mesma área geográfica. Onde tal não for possível, outras opções ou áreas serão identificadas em acordo com as PAPs. As PAP serão assistidas na obtenção de DUATs para a terra de substituição, e tais terras serão preparadas e melhoradas. Além disso, receberão assistência técnica por um período de três anos. Todas as PAP receberão pacotes de compensação e assistência, em conformidade com os critérios definidos neste RLFS.

A fim de melhorar as condições para a população local e para as PAP, conforme é recomendado pela legislação nacional, bem como pela PO 4.12, a elaboração e implementação de programas de apoio aos meios de subsistência atenderão às necessidades específicas das mulheres e de outros grupos vulneráveis. Além disso, de acordo com as melhores práticas internacionais, será criado um Fundo Comunitário de Compensação (FCC) para apoiar, ajudar a desenvolver e melhorar a vida das comunidades locais afectadas pelo Projecto STE. Este fundo consistirá em 1% do custo de construção do projecto, o que equivale a 6 milhões de USD.

11 Quadro Institucional

Este capítulo apresenta as entidades que precisarão participar durante a elaboração e implementação do PAR, bem como seus papéis e responsabilidades. Em conformidade com os requisitos legais e regulamentares, e de acordo com as melhores práticas internacionais, serão envidados todos os esforços para assegurar que todas as partes interessadas relevantes estejam envolvidas em todas as fases do desenvolvimento e implementação do PAR.

As questões relativamente complexas a serem abordadas exigem um mecanismo institucional bem estruturado para levar a cabo o processo de reassentamento. As seguintes instituições estarão envolvidas na elaboração e implementação do PAR:

- Electricidade de Moçambique (EDM - o Proponente);
- Consultor independente;
- Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER);
- Autoridades Provinciais e Distritais;
- Comissões Técnicas de Acompanhamento e Supervisão das Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane;
- Grupo Técnico de Trabalho;
- Comité Consultivo Comunitário;
- Serviços Distritais Relevantes.

As comissões referidas acima deverão ser constituídas no início da fase do PAR, de modo a poderem monitorizar e supervisionar a elaboração do PAR. A sua composição será a requerida pelo Diploma Ministerial n.º 155/2014, conforme se descreve no ponto 3.2.2 deste relatório.

O processo deve ser prático, embora adequadamente inclusivo e participativo. Os papéis e responsabilidades das diferentes partes serão claramente articulados e definidos. A distribuição global das responsabilidades será a apresentada na tabela seguinte.

Tabela 11.1 – Papéis e responsabilidades das diferentes entidades envolvidas no processo de implementação do plano de acção de reassentamento

Entidade	Função	Responsabilidade
Electricidade de Moçambique	Proponente	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar, gerir e financiar a elaboração e implementação do PAR; - Adquirir todos os bens e serviços necessários para a implementação do PAR; - Pagar as compensações estipuladas e o custo de fornecer toda a compensação e assistência em espécie; - Implementar o plano de restauração da subsistência proposto; - Participar de todas as actividades do Processo de Participação Pública; - Assegurar o respeito pela dinâmica social e cultural das comunidades afectadas; - Interagir com as autoridades governamentais, incluindo quando necessário para assegurar a entrega de terras para os PAPs; - Participar, sempre que convocado, nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão e do Grupo de Trabalho Técnico; - Facilitar as acções de monitorização e avaliação do processo de implementação do reassentamento pelas comissões de monitoramento; - Assegurar a transferência de activos para os PAPs e a infra-estrutura social e pública para direcções governamentais relevantes, de acordo com o Programa de Transferência proposto; - Implementar e gerir um sistema de resolução de sugestões e reclamações;

Entidade	Função	Responsabilidade
		<ul style="list-style-type: none"> - Monitorar e avaliar a implementação do processo de reassentamento; - Contratação de serviços de consultoria para desenvolver, gerir e implementar os programas do Fundo de Compensação da Comunidade; - Assinar e cumprir com os acordos de compensação e assistência.
Consultor Independente	Elaboração e Implementação do PAR	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar o PAR, sob supervisão da EDM e de acordo com a legislação moçambicana e a PO 4.12; - Promover e conduzir todas as actividades do processo de participação pública do reassentamento, em conjunto com a EDM; - Interagir com a Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão; - Interagir com o Grupo de Trabalho Técnico; - Interagir com o Comité Consultivo Comunitário; - Procurar uma comunidade hospedeira para acomodar os PAPs, se necessário; - Acompanhar a assinatura dos contractos de compensação; - Acompanhar o pagamento da indemnização; - Acompanhar a implementação do programa de recuperação de meios de subsistência; - Acompanhar todo o processo do PAR.
MITADER	Verificação do PR e PAIR e coordenação da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar o Plano de Reassentamento (PR) e Plano de Acção de Implementação do Reassentamento (PAIR); - Criação da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão; - Publicação de uma avaliação do PR e PAIR ao Ministro a todos os governadores e administradores do distrito.
Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão	Entidade responsável pelo acompanhamento e acompanhamento das diferentes fases do processo de reassentamento	<ul style="list-style-type: none"> - Definir directrizes, parâmetros e metodologias para monitorar e avaliar o processo de elaboração e implementação do plano de reassentamento.
Autoridades Provinciais e Distritais de todos os distritos afectados	Entidade responsável por monitorar o processo de reassentamento e aprovar o RAP	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Grupo de Trabalho Técnico; - Aprovar as versões finais do PR e PAIR; - Garantir o cumprimento do PAR.
Grupo de Trabalho Técnico	Entidade responsável pelo acompanhamento e acompanhamento das diferentes fases do processo de reassentamento	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorar e supervisionar o processo de implementação do PAR; - Aumentar a conscientização da população afectada sobre seus direitos e obrigações no processo de reassentamento; - Notificar a EDM para fornecer esclarecimentos no decorrer da implementação do PAR; - Preparar relatórios de monitoramento e avaliação do processo de reassentamento; - Reportar aos órgãos competentes (MITADER e autoridades provinciais e distritais) quaisquer actos ilícitos durante o processo de implementação do reassentamento.
Comité Consultivo Comunitário	Representantes das comunidades afectadas	<ul style="list-style-type: none"> - Receber reclamações e sugestões e comunicar ao proponente; - Acompanhar o processo de reclamações e sugestões; - Informar a comunidade sobre todas as actividades do processo de reassentamento.
Autoridades locais e líderes de comunidades afectadas	Representantes das comunidades afectadas	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar todas as actividades do processo de reassentamento nas comunidades; - Informar a comunidade sobre o processo de reassentamento; - Assegurar que todos os PAP participem no inquérito do censo; - Realizar cerimónias tradicionais
Serviços Distritais	Entidade governamental afectada	<ul style="list-style-type: none"> - Colaborar na implementação do PAR em sua área de actuação, assegurando que suas contribuições e, principalmente, a transferência de serviços sejam prestadas em tempo hábil;

Entidade	Função	Responsabilidade
		<ul style="list-style-type: none"> - Participar do Grupo de Trabalho Técnico; - Estabelecer Memorando de Entendimento (MdE) e orçamento para a construção de novas infra-estruturas; - Gerir novas infra-estruturas.
Companhia Pública	Entidade afectada	<ul style="list-style-type: none"> - Colaborar na implementação do PAR, assegurando que suas contribuições, e especialmente a transferência de serviços, sejam fornecidas em tempo hábil. - Estabelecer MdE e orçamento para a construção de novas infra-estruturas.

12 Mecanismo de Resposta a Queixas e Reclamações Comunitárias

12.1 Antecedentes

As interações com as comunidades ocorrerão frequentemente durante as diferentes fases do projecto. Uma queixa da comunidade é uma questão, preocupação, problema ou reivindicação (percebida ou real) que um indivíduo, grupo ou representante deseja que a empresa ou o empreiteiro aborde e resolva (Ombudsman, 2008). Às vezes, uma simples reclamação, se não tratada de maneira oportuna e apropriada, pode levar a uma disputa.

Entender e gerir questões e preocupações da comunidade e das partes interessadas é vital para o relacionamento de sucesso a longo prazo entre a EDM e as comunidades. Problemas de comunidade não resolvidos podem afectar negativamente o Projecto. Portanto, é importante que um processo simples e eficaz de gestão de reclamações seja estabelecido e implementado.

Esta seção fornece directrizes para o desenvolvimento de um Mecanismo de Resposta a Reclamações (MRR) específico do Projecto. A EDM desenvolverá o seu MRR, com base nestas directrizes, como um protocolo independente, integrado no seu Sistema de Gestão Ambiental e Social, e estabelecendo as ligações adequadas ao processo de PAR e ao PGAS.

12.2 Objectivo

O protocolo do MRR fornecerá orientação à EDM para a gestão de sugestões e reclamações da comunidade e das partes interessadas ao longo das diferentes fases do Projecto, incluindo as fases de preparação e implementação do PAR, bem como as fases operacionais e de monitorização. Este protocolo permitirá que a EDM:

- Compreenda a percepção da comunidade sobre os riscos e impactos do projecto, de modo a ajustar suas medidas e acções para abordar as preocupações da comunidade;
- Informe as comunidades e partes interessadas afectadas sobre o processo que será seguido em resposta a reclamações;
- Aborde e resolva reclamações da comunidade;
- Disponibilize às comunidades e partes interessadas afectadas um mecanismo eficaz de reclamações;
- Mapeie as sugestões da comunidade como uma oportunidade para melhoria contínua, criando ou alterando um sistema e processo existente de aprendizagem.

12.3 Grupos Alvo

Este protocolo do MRR aplica-se a qualquer comunidade ou parte interessada (instituições, comunidade anfitriã, grupos e indivíduos) afectados pelas actividades do Projecto STE, incluindo as actividades de empresas contratadas pela EDM para realizar qualquer trabalho no Projecto STE. O protocolo MRR é mais amplo em escopo do que os PAPs e processo de reassentamento.

Como tal, o MRR será uma ferramenta destinada a abordar as queixas de comunidades, grupos e / ou indivíduos ao longo do STE durante toda a duração do projecto.

12.4 Princípios

O protocolo do MRR é regido pelos seguintes princípios:

- Segurança: Qualquer membro ou parte interessada da comunidade interessada ou afectada deve se sentir segura e confiante para levantar uma queixa ou sugestão sem medo de represálias;
- Acessibilidade: O protocolo deve estar prontamente disponível e ser facilmente acessível por qualquer membro da comunidade ou parte interessada. A EDM tomará todas as medidas possíveis para remover possíveis restrições ao acesso, como idioma, analfabetismo e distância. A EDM utilizará a mídia local e outros meios para disseminar o mecanismo;
- Oportuno: todas as queixas serão gerenciadas em tempo útil para evitar a escalada para uma disputa e causar riscos significativos para o Projecto;
- Respeito: O processo de resolução de queixas da comunidade estará em conformidade com os padrões de direitos humanos internacionalmente reconhecidos, como os Pactos sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, Direitos Civis e Políticos, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), Comité para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) e Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC), todos ratificados por Moçambique;
- Transparência e Responsabilização: O processo e os resultados da reclamação e sugestão da comunidade serão suficientemente transparentes para atender às preocupações de interesse público, sem comprometer a privacidade ou a identidade dos indivíduos. O processo deve ainda ser, e ser visto como, justo, independente e legítimo;
- Previsibilidade: O processo será aplicado de forma consistente com prazos claros para cada estágio e fornecerá clareza sobre os tipos de processos e resultados que podem e não podem ser oferecidos.

12.5 Tipos de Reclamações e Sugestões

Existem três tipos principais de reclamações e sugestões, a saber:

- **Individual**: refere-se a uma queixa ou sugestão levantada por um membro individual da comunidade;
- **Grupo**: refere-se a queixa ou sugestão levantada por um grupo específico de pessoas, como grupo de género, incapacidade, associação, etc.;
- **Comunidade**: refere-se a queixa ou sugestão envolvendo toda uma comunidade. Essas reclamações podem ser feitas em uma reunião da comunidade ou pelo líder da

comunidade em nome da comunidade, explicando, nesse caso, o motivo pelo qual essa é uma reclamação da comunidade.

12.6 Recepção e Registro

Consistente com o princípio da acessibilidade, a EDM providenciará que as reclamações sejam feitas através de múltiplos canais de comunicação, nomeadamente:

- Reclamação verbal face a face: refere-se a uma conversa informal ou formal com um representante da EDM, ou com os Consultores ou outros empreiteiros responsáveis pela implementação do reassentamento ou do Projecto, ou com um membro do Comité Consultivo Comunitário (CCC);
- Reclamação por escrito: refere-se a um registro em livro de reclamações, carta formal ou e-mail;
- Reclamação por chamada de voz: refere-se a uma conversa de chamada telefónica para um número dedicado (gratuito), incluindo a mensagem deixada em uma caixa de mensagem de voz.

A EDM disponibilizará um Livro de Reclamações e Sugestões em determinados locais, comunidades e quaisquer instalações da EDM. Qualquer pessoa afectada pode registar uma queixa por escrito neste livro. Serviços de assistência estarão disponíveis conforme as partes interessadas possam precisar. Como mencionado acima, as reclamações por escrito também podem ser enviadas por carta formal, fax ou e-mail.

Em todos os casos de queixa verbal (reclamação face a face ou chamada vocal), o receptor preencherá o formulário apropriado no Livro de Reclamações e Sugestões para permitir a investigação inicial. Nestes casos, o receptor deve indicar / referenciar claramente a forma como reconhece a reclamação ou sugestão, bem como informações preliminares sobre a pessoa afectada (por exemplo: nome, comunidade / instituições, problema, contactos).

A linguagem é frequentemente uma restrição de comunicação (especialmente lidando com comunidades com baixo nível de alfabetização). Assim, a EDM assegurará que reclamações e sugestões também possam ser feitas e respondidas nas línguas locais. Desta forma, este protocolo adoptará como principais linguagens de comunicação: a língua Portuguesa e as línguas locais.

12.7 Sugestões e Procedimento de Gestão de Reclamações

12.7.1 Procedimento de Gestão de Sugestões

Sugestões são normalmente mais fáceis de lidar do que reclamações. A gestão de sugestões deve seguir as acções descritas na tabela a seguir.

Tabela 12.1 – Procedimento para gestão de uma sugestão

Estágio	Ação	Pessoa / Entidade Responsável
Apresentação	- Apresentação da sugestão usando um dos canais de comunicação (interacção face a face, livro de reclamações e sugestões, e-mail ou chamada de voz).	Pessoa afectada ou parte interessada
Recibo e confirmação	- Recepção da sugestão; - Registro da sugestão no livro de reclamações e sugestões; - Entrega de uma carta de reconhecimento para a pessoa afectada, no prazo de 5 dias	EDM
Resposta	- Após a devida consideração da sugestão, preparação de uma carta indicando o resultado e entrega da mesma à pessoa afectada.	EDM
Encerramento	- Após a entrega da carta de resposta, o assunto será considerado encerrado. O departamento de relações com a comunidade da EDM ou departamento de meio ambiente será responsável por qualquer acção adicional, se necessário.	EDM

12.7.2 Procedimento de Gestão de Reclamações

A gestão de uma reclamação é mais complexa do que lidar com uma sugestão e seguirá as etapas resumidas na tabela a seguir.

Tabela 12.2 – Procedimento para gestão de uma reclamação

Estágio	Ação	Pessoa / Entidade Responsável	Dias
Apresentação	- Apresentação da reclamação utilizando um dos canais de comunicação (interacção face a face, livro de reclamações, e-mail ou chamada de voz).	Pessoa afectada ou parte interessada	Dia 1
Recibo e confirmação	- Recepção da reclamação; - Registo da reclamação no livro de reclamações e sugestões; - Entrega de uma carta à pessoa ou parte interessada, reconhecendo a recepção da reclamação e identificando a pessoa de contacto na empresa que será responsável pelo assunto.	EDM	Dia 5
Confirmação	- Confirmação das questões da reclamação em uma reunião com a pessoa afectada; - Acordo preliminar (se aplicável).	EDM Pessoa afectada ou parte interessada	Dia 7
Investigação e resolução	- Notificação ao CCC; - Investigação da reclamação e confirmação de factos alegados; - Proposta de resolução pela EDM; - Registro da proposta de resolução no livro de reclamações e sugestões e no sistema de rastreamento de reclamações.	EDM Comité Consultivo Comunitário Pessoa afectada ou parte interessada Outros conforme necessário	Dia 7 -14
Acordo	- Reunião com a pessoa afectada para comunicar a proposta de resolução, obter concordância e aprovação mútuas.	EDM CCC Pessoa afectada ou parte interessada	Dia 15
Encerramento	- Entrega de uma carta de encerramento para a pessoa afectada ou parte interessada; - Registro do encerramento no livro de reclamações e sugestões e no sistema de rastreamento	EDM	Dia 16 - 17

Recomenda-se que o MRR seja gerido pelo Departamento de Responsabilidade Social, ou pelo Departamento de Relações Públicas, da EDM. A EDM resolverá uma queixa comunitária dentro de um período de 17 dias após o recebimento de uma reclamação. Quando uma investigação demora mais de 17 dias, a EDM notificará (por escrito) a pessoa afectada com antecedência, indicando as razões do atraso.

No caso de não concordar com a decisão sobre uma reclamação, o reclamante pode solicitar que a queixa seja encaminhada aos Directores da EDM, que revisarão o processo e comunicarão sua decisão ao reclamante dentro de 7 dias.

Quando o reclamante não estiver satisfeito com o projecto de resolução, ele tem o direito de apelar a um terceiro, aqui proposto para ser o Comité de Arbitragem. O Comité de Arbitragem será composto por representantes seniores:

- EDM;
- Autoridades do governo distrital;
- CCC;
- Líder da comunidade;
- Qualquer representante da pessoa afectada;
- Especialistas conforme necessário e acordado.

O Comité de Arbitragem analisará o caso e chegará a uma decisão. As decisões tomadas por este fórum devem ser consideradas finais, no que diz respeito ao escopo deste protocolo de gestão de reclamações. Se o reclamante não concordar com a decisão do Comité de Arbitragem, ele / ela pode encaminhar a questão para o sistema judicial. Informações sobre o direito de encaminhamento, o canal judicial apropriado ou os mecanismos disponíveis de resolução de reclamações do Grupo Banco Mundial (GRS e IP) para encaminhar sua reclamação serão fornecidos ao reclamante. Esse nível de escalonamento, no entanto, está fora do escopo deste protocolo de gestão. A figura a seguir ilustra o procedimento de gestão de reclamações.

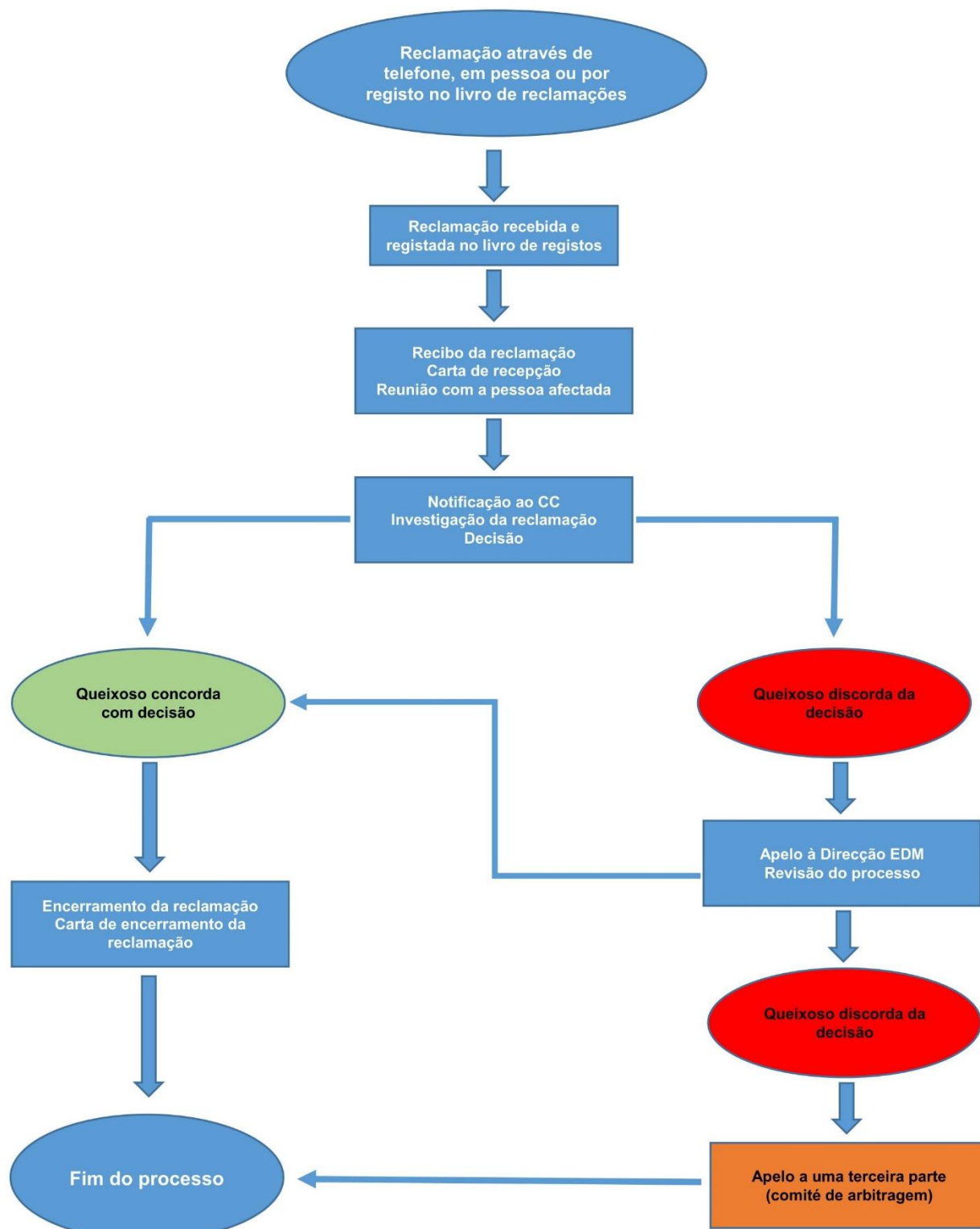


Figura 12.1 – Procedimento de gestão de reclamações

12.1 Partes envolvidas e Prestação de Contas

O processo de reclamação e sugestão da comunidade envolverá as seguintes partes, com suas responsabilidades da seguinte forma:

- Electricidade de Moçambique: A EDM será representada pelo Departamento de Relações com a Comunidade, que tem a responsabilidade de gerir o protocolo (interno e externo), incluindo registos, investigação, acordos de assinatura e encerramento. Dependendo do assunto levantado, outro chefe de departamento pode ser consultado para lidar com a questão;
- Comunidades afectadas: as comunidades afectadas serão representadas pelo CCC. As principais responsabilidades incluem recepção de reclamações e sugestões, investigação de reclamações e prestação de aconselhamento, quando necessário.
- Governo local: O governo local será representado pelo Chefe da Localidade, que terá o papel principal de testemunhar o processo e fornecer aconselhamento, quando necessário. Ele também será responsável por informar o Governo do Distrito sobre o processo, principais decisões e acordos.

12.2 Protocolo de Gestão de Reclamações e Reclamações Comunitárias: Resumo das Questões Chave

A EDM implementará uma ferramenta de gestão de reclamações para assegurar que as relações entre a EDM e as comunidades ao longo da área do projecto STE sejam geridas eficientemente, no interesse de longo prazo de ambas as partes. O MRR assegurará que as queixas e reclamações da comunidade, indivíduos e / ou grupos sejam abordadas de maneira oportuna, eficiente e transparente, respeitando os princípios de acesso à justiça / informação e direitos humanos.

O protocolo envolverá membros da EDM, do governo local e do CCC e aderirá ao procedimento e aos métodos de gestão descritos.

Abordar as queixas e os problemas com eficácia, através deste mecanismo, irá garantir que os processos sejam objectivos, transparentes e responsáveis.

13 Monitorização e Avaliação

A restauração e normalização dos meios de subsistência dos PAPs será um processo lento e pode levar entre 2 a 5 anos, ou até mais, para atingir o que é considerado o nível máximo de estabilidade. Espera-se que haja mudanças intensas e rápidas nos primeiros 6 a 12 meses após o reassentamento. É durante esta fase que intervenções oportunas e apropriadas são necessárias para corrigir erros possíveis e potenciais. O período subsequente pode precisar de atenção menos active, mas será importante ter sistemas e procedimentos em vigor para garantir que os objectivos do PAR sejam atingidos.

A Monitorização e Avaliação (M&A) é uma parte essencial da implementação do PAR, para verificar a sua eficácia através da medição do desempenho real, em comparação com a situação de referência (antes do reassentamento ou antes do Projecto ter início, a melhor entre as duas) e tendo em conta o desempenho esperado. Este capítulo apresenta os seguintes aspectos propostos de M&A:

- Indicadores de desempenho do processo de reassentamento;
- Processo de monitoramento interno;
- Monitoramento e avaliação externa e independente.

13.1 Indicadores de desempenho

Para a M&A do processo de implementação do reassentamento, o PAR irá incluir um conjunto de indicadores de desempenho que dão atenção especial ao padrão de vida e nível de renda das PAP. A situação de referência dos seguintes indicadores será estabelecida no PAR, e actualizada antes do início da implementação do PAR. Estes indicadores serão monitorizados a cada 6 meses durante a implementação do PAR, e durante um período de 3 a 5 anos após o reassentamento. Estes indicadores são:

- Número de casas principais de AF construídas com material convencional;
- Número de PAP com DUAT - o número de AF com DUAT indica a estabilidade dos PAPs após o reassentamento;
- Número de PAP permanentes na área a reassentar;
- Tempo gasto em actividades diárias (buscar água e lenha, viajar para a escola e campo de cultivo de subsistência);
- Tempo gasto em actividades ocasionais (ida ao mercado, centro de saúde e locais sagrados);
- Número de AF com acesso a saneamento básico;
- Número de AF com acesso a serviços sociais;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Ocupação / principal actividade de renda;
- Número de AF usando insumos agrícolas (como sementes melhoradas, fertilizantes ou pesticidas). O uso de insumos pode aumentar a produção agrícola e reduzir o tempo gasto na lavoura e sementeira;

- Número de activos duráveis de propriedade dos AF. Uma mudança no número e no tipo de activos de propriedade dos AF pode indicar uma mudança na receita financeira e na qualidade de vida dos AF após o reassentamento;
- Tipo de culturas utilizadas em actividades agrícolas;
- Mudança na receita financeira (nível de renda);
- Mudança no status de emprego.

Estes indicadores serão determinados separadamente para os grupos mais vulneráveis.

O monitoramento destes Indicadores de Desempenho (ID) será feita através de pesquisas socioeconómicas (censos) ou outros meios de recolha de dados primários. Os dados apresentados no presente RLFS serão reconfirmados / reavaliados durante o PAR e esta reconfirmação constituirá a situação de referência para os indicadores de desempenho identificados acima.

O desempenho esperado corresponde à melhoria do nível de vida e do nível de renda da população afectada, inclusive de acordo com o estipulado no Decreto n.º 31/2012 (Artigo 10) e na PO 4. 12.

Os desvios e causas das mudanças desses indicadores devem ser cuidadosamente analisados. Qualquer alteração nestes indicadores pode indicar uma influência negativa ou positiva nas condições de vida dos PAPs.

As mudanças nos indicadores (quantitativos ou qualitativos) devem ser avaliadas para identificar se é necessário apoio adicional ou se as mudanças foram causadas por factores externos, caso em que pode não se justificar a prestação de apoio adicional.

13.2 Processo de Monitorização Interna

A monitorização será usada para confirmar que a implementação é feita de acordo com o planejado, e se os resultados foram alcançados e para identificar se há problemas e medidas correctivas devem ser implementadas. O plano e calendário de monitorização serão definidos durante a fase do PAR.

Se necessário, a equipe da EDM, para fazer ajustes planejados, proporá uma adenda ao PAR e ao âmbito incluído nas actividades do PAR. Essas adições desenvolverão indicadores para a implementação do PAR, que serão submetidos à Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do PAR, conforme sugerido no Decreto n.º 31/2012.

13.3 Avaliação Independente Externa

A avaliação da implementação do PAR será realizada por um consultor independente nomeado pela EDM, anualmente após a conclusão de todas as actividades definidas no PAR, por um período de cinco anos.

Serão realizadas avaliações intermédias (por exemplo, em intervalos de seis a doze meses).

A avaliação irá analisar:

- Extensão, taxa de eficiência dos recursos financeiros, prestação de serviços e serviços e compromissos estabelecidos;
- Impactos dos esforços de reassentamento, remunerações e apoio ao desenvolvimento em relação à situação socioeconómica do PAP, relacionados às condições iniciais antes do reassentamento - por exemplo: avaliação da restauração ou melhoria dos níveis de vida;
- Eficácia do PAR na identificação e assistência a grupos vulneráveis ou “em risco”;
- Resposta a reclamações e sugestões levantadas pelas partes interessadas durante o desenvolvimento e implementação do PAR;
- Transparência e prestação de contas da EDM em relação à disseminação de informações sobre a implementação do PAR ao público, confirmação do processo de restauração de subsistência e possíveis acções correctivas;
- Identificação de lacunas e de quaisquer medidas correctivas que sejam necessárias.

13.4 Monitorização e Avaliação: Resumo das Questões Chave

A Monitorização e Avaliação é uma parte essencial do processo de reassentamento e tem como objectivo confirmar a eficácia dos processos, fornecer lições aprendidas e garantir a adesão às regulamentações e políticas. O processo de M&A será constituído de duas partes, ambas focadas nos meios de subsistência: uma interna e outra externa. O processo focado nos meios de subsistência consistirá no desenvolvimento de um conjunto de indicadores de desempenho a serem seguidos durante um período de dois a cinco anos, em relação à situação de referência estabelecida no PAR e actualizada para cada distrito no início da fase de implementação do PAR. A situação de referência para os indicadores será desenvolvida com base num censo e confirmada ou reavaliada durante a elaboração do PAR. Estes indicadores serão monitorados pela equipa da EDM (com mecanismos de participação das PAPs) e intervenções adicionais serão recomendadas, se necessário. A componente de avaliação externa será realizada por um avaliador independente nomeado pela EDM e avaliará a implementação do processo do PAR e a adesão às políticas e regulamentos, bem como a realização dos objectivos do PAR.

14 Pacotes de Compensação e Orçamento Estimado de Reassentamento

Os pacotes de compensação foram elaborados para garantir que o reassentamento promove o desenvolvimento socioeconómico e garante que a população afectada adquira melhores padrões de vida, equidade social, coesão social e benefícios directos do Projecto proposto, levando em consideração a sustentabilidade dos aspectos físicos, ambientais, sociais e económicos.

Este capítulo apresenta um orçamento estimado, o qual visa dar uma indicação dos custos do reassentamento, em todas as suas fases. O Fundo de Compensação Comunitária (descrito no capítulo 8) é uma componente importante na promoção do desenvolvimento socioeconómico para as comunidades afectadas. Como tal, o seu custo foi incluído no orçamento de reassentamento, no seu próprio item de linha de custos.

14.1 Compensação pela Perda de Habitação e de Estruturas Auxiliares

De acordo com o censo realizado em 2017 e 2018 para este RLFS, na ZPP do Projecto foram identificados 415 AF a reassentar (ou seja, AF que têm a sua casa principal dentro da ZPP do Projecto), dos quais 105 estavam ausentes durante o inquérito do censo.

Conforme foi discutido anteriormente, a indemnização por perda de casas deve ser dividida em duas categorias diferentes: casas com mais de 70 m² e casas com menos de 70 m².

14.1.1 Compensação para Casas com Menos de 70m²

Dos 310 AF inquiridos, 212 AF têm uma casa principal com menos de 70 m². Isso representa um total de 68% dos AF inquiridos. Apesar dos melhores esforços durante o censo (que incluiu várias visitas com as autoridades locais e o reescalamento de entrevistas, pelo menos por duas vezes), 105 AF estavam ausentes durante o trabalho de campo, portanto os consultores não conseguiram medir a área da casa principal. Para o propósito deste exercício, assumiu-se que 68% dos AF ausentes também tinham uma casa principal com menos de 70 m². Extrapolando este padrão, considera-se que cerca de 283 AF têm casas principais com menos de 70 m².

O reassentamento também proporcionará a cada família afectada um título de direito de uso da terra (DUAT) para o lote de habitação e um título de propriedade para as infra-estruturas. Isso será feito para todos os domicílios afectados, sem diferenciar se a infra-estrutura afectada é construída com materiais precários ou convencionais. O preço estimado para obter o DUAT, considerado neste orçamento, constitui o preço médio para obtenção de um DUAT de acordo com os Serviços Distritais de Geografia e Cadastro de Boane.

A tabela seguinte apresenta o orçamento estimado para a compensação da perda de residências com menos de 70 m² e infra-estrutura auxiliar, como parte do pacote de remuneração. O preço apresentado constitui o custo estimado para a construção de uma casa com as especificações

exigidas na província de Maputo. É importante notar que na fase do PAR, terão que ser desenvolvidos um projecto detalhado e um plano executivo com uma lista de quantidades. A EDM será responsável por contratar o fornecedor e detalhar os custos durante a fase seguinte.

Tabela 14.1 – Orçamento estimado para compensações pela perda de domicílios com menos de 70 m²

Pacote de Compensação			Custo Total (USD)
Item	Número	Custo Unitário (USD)	
Casa	283	\$35.000,00	\$9.905.000,00
Cozinha exterior	283	\$7.500,00	\$2.122.500,00
Sanita exterior	283	\$2.500,00	\$707.500,00
Título de uso da terra (DUAT)	283	\$300,00	\$84.900,00
Subtotal			\$12.819.900,00

14.1.2 Compensação para Casas com mais de 70 m²

Durante o trabalho de campo, foi identificado um total de 98 AF com uma casa principal maior que 70 m². Isso representa um total de 32% dos AF inquiridos. A área total construída, considerando todas as 98 casas, é de 13 996 m², o que dá uma média de 142 m² por casa principal.

Conforme foi mencionado acima, 105 AF estavam ausentes durante o trabalho de campo, por isso os consultores não conseguiram medir a área da estrutura principal. Para o propósito deste exercício, assume-se que 32% dos AF que estavam ausentes têm uma estrutura com mais de 70 m², com área média de 142 m². Seguindo este padrão, assume-se que um total de 132 AF têm uma área superior a 70 m², correspondendo a uma área total construída de 18.744 m².

O reassentamento também fornecerá a cada família afectada um DUAT para o lote de habitação e título de propriedade das infra-estruturas.

A tabela seguinte apresenta o orçamento estimado para a compensação da perda de residências com mais de 70 m², incluindo uma infra-estrutura auxiliar. O preço apresentado constitui um custo estimado para a construção de uma casa de luxo por m² na Província de Maputo. É importante notar que no PAR os preços reais de substituição destas casas (com base nos preços do mercado) deverão ser estabelecidos por um avaliador de quantidade.

Tabela 14.2 – Orçamento estimado para compensações pela perda de domicílios com mais de 70 m²

Item	Número	Área média das casas (m ²)	Preço de Construção estimado por m ² (USD)	Custo Total (USD)
Casa Principal	132	142	\$400,00	\$7.497.600,00
Estrutura Auxiliar	132	15	\$400,00	\$792.000,00
Título da Terra	132	n.a.	\$300,00	\$39.600,00
Subtotal				\$8.329.200,00

14.2 Compensação para Casas em Construção

Durante o trabalho de campo, foi identificado um total de 141 futuras casas que estão actualmente em construção. Durante o trabalho de campo, os consultores tentaram contactar os proprietários dessas futuras casas, mas não foi possível localizar os proprietários, pois a liderança local não sabia onde eles residiam e não possuíam seus números de contacto. A maioria dos líderes locais afirmou que os proprietários das casas em construção só visitam a área periodicamente, para verificar a construção.

Observou-se que a maioria das casas em construção pode ser considerada como residências de luxo, com área superior a 70 m². As casas encontravam-se em diferentes etapas de construção: em algumas apenas os trabalhos de fundação estavam concluídos, enquanto outras casas estavam quase concluídas.

Para estimar um orçamento de compensação, os consultores atribuíram um preço de 30.000,00 USD por casa em construção. É importante notar que durante o PAR o preço real de substituição dessas casas (com base no valor de mercado) terá de ser calculado por um avaliador de quantidade.

O reassentamento também proporcionará a cada família afectada um título de utilização da terra (DUAT) para o lote de habitação e um título de propriedade das infra-estruturas. A tabela abaixo apresenta o preço estimado de compensação das casas em construção.

Tabela 14.3 – Orçamento estimado para compensação para casas em construção

Item	Número	Custo em USD	Custo Total em USD
Casas	141	\$30.000,00	\$4.230.000,00
Título de terras	141	\$300,00	\$42.300,00
Subtotal			\$4.272.300,00

14.3 Compensação pela Perda de Culturas

Conforme foi mencionado acima, as pessoas poderão plantar culturas anuais na ZPP após a fase de construção. Por isso, a perda de terras agrícolas pode ser considerada temporária ou limitada em âmbito. Como referido anteriormente, quaisquer actividades dentro da ZPP requerem uma licença especial, e como tal essa licença terá de ser obtida e um memorando de entendimento, ou outra forma de acordo, terá de ser estabelecido entre a EDM e os utilizadores, estipulando claramente os direitos e responsabilidades de cada parte.

Durante o trabalho de campo, foram identificados 88 campos agrícolas. Na época do inquérito, os campos não estavam a ser cultivados, uma vez que era a época de pousio. Se o reassentamento ocorrer durante a estação agrícola, cada família afectada terá de ser compensada pela perda de colheitas, que são semeadas naquele momento. Esta compensação será feita de acordo com a Direcção Provincial de Agricultura de cada província respectiva, durante o período de construção ou será o custo total de substituição, o que for maior.

A fim de reduzir o impacto do reassentamento, presume-se que a fase de construção ocorrerá durante a época de pousio, evitando assim a necessidade de compensar colheitas. Todas as perdas de terra, em resultado das estradas de acesso, torres ou outras estruturas permanentes, terão de ser compensadas em conformidade com os critérios acima descritos.

14.4 Compensação pela Perda de Árvores com Valor Económico

No levantamento de campo realizado em 2017 e 2018, os consultores identificaram 2.214 árvores de fruto na ZPP do Projecto. Estas árvores estavam localizadas dentro da parcela da casa ou na machamba da AF afectada.

A determinação dos custos de compensação pela perda de árvores de fruto baseou-se na tabela de Compensações da Direcção Provincial da Agricultura de Inhambane; as outras duas províncias não apresentaram uma tabela de compensação para árvores de fruto. Por este motivo, a tabela da Província de Inhambane foi utilizada para as três províncias. Em termos conservadores, considerou-se que todas as árvores estão no auge da sua idade produtiva. Estes valores serão actualizados para cobrirem o custo total de substituição, após a realização de um estudo de mercado para confirmar os valores de mercado e quaisquer custos de transacção. A tabela seguinte apresenta o orçamento estimado para compensar a perda de árvores frutíferas.

Tabela 14.4 – Orçamento estimado para a compensação da perda de árvores de fruto

Árvore	Número	Custo Unitário (USD)	Custo Total (USD)
Manga	665	83	\$ 55.195,00
Papaia	266	41	\$ 10.906,00
Abacate	157	100	\$ 15.700,00
Limão	252	100	\$ 25.200,00
Laranja	188	100	\$ 18.800,00
Banana	139	40	\$ 5.560,00
Caju	410	106	\$ 43.460,00
Malambe	1	50	\$ 50,00
Maçanica	1	41	\$ 41,00
Tangerina	17	50	\$ 850,00
Coco	60	100	\$ 6.000,00
Mafurreira	58	50	\$ 2.900,00
Total			\$ 184.662,00

Além da compensação monetária, apresentada na tabela acima, cada família afectada receberá duas mudas de árvores de fruto por cada árvore perdida, das mesmas espécies das que foram perdidas. Estima-se que cada muda tenha um custo médio de 30.00 USD, que é o preço médio de acordo com o viveiro de árvores na Província de Maputo. A tabela seguinte resume o orçamento estimado para a compra de mudas de árvores de fruto para fornecer as famílias afectadas.

Tabela 14.5 – Orçamento estimado para aquisição de mudas de árvores

Item	Quantidade	Custo Unitário (USD)	Custo Total (USD)
Mudas de árvores	4.428	\$30,00	\$132.840,00
Total			\$132.840, 00

14.5 Compensação pela Perda de Negócios

De acordo com o censo, 16 negócios locais serão afectados pela linha. Todos os 16 negócios foram identificados como sendo micro / pequenos negócios, consistindo de pequenas bancas de venda de produtos. Nesta fase, não foi possível identificar os volumes de negócio e lucros produzidos por cada um destes negócios, dado que os questionários para tais negócios teriam de ser mais complexos e incluído aspectos como investimento, fluxo de capital, lucro, bem como períodos do ano em que os volumes de negócio ou os lucros são mais altos. Como tal, isto será detalhado na fase do PAR, quando for realizado uma avaliação destes negócios (e não um simples censo). Estes negócios serão compensados por qualquer perda de rendimento durante o período de reassentamento / transitório, e serão compensados pela perda de infraestrutura e terra (em espécie). Para além disso, receberão apoio até que as condições dos seus negócios sejam avaliadas como estando ao mesmo nível, ou a nível melhor, do que a situação pré-reassentamento.

O orçamento preliminar para esta componente de compensação foi estimado como aproximadamente 50.000,00 USD.

14.6 Compensação pela Perda de Cemitérios e Locais de Culto

De acordo com o levantamento de património cultural realizado em 2017 e 2018, as actividades do Projecto terão um impacto directo num total de 18 cemitérios e cinco locais de culto.

14.6.1 Locais de Culto

Durante o levantamento de património cultural, foram identificados cinco locais de culto na ZPP do projecto. De acordo com a metodologia de compensação definida, independentemente da dimensão, da tipologia e do material de construção da estrutura actual, será construído um novo local de culto na área hospedeira de reassentamento, com materiais convencionais. Pressupõe-se que o custo para a construção do local de culto seria o mesmo que para as casas de 70 m².

O reassentamento também proporcionará a cada local de culto um DUAT para o terreno e um título de propriedade das infra-estruturas. A tabela abaixo apresenta o preço estimado de compensação pela perda de locais de culto.

Tabela 14.6 – Orçamento estimado para a compensação pela perda de locais de culto

Item	Custo Unitário (USD)	Quantidade	Custo Total (USD)
Construção de locais de culto	30.000,00	5	150.000,00
Título de uso da terra (DUAT)	300,00	5	1.500,00
Total			151.500,00

14.6.2 Cemitérios

De acordo com o levantamento de património cultural, há 18 cemitérios na ZPP do Projecto, dos quais 16 são cemitérios familiares e dois são cemitérios comunitários. Recomenda-se que, tanto quanto possível, esses cemitérios sejam evitados durante a fase de construção, evitando assim a necessidade de relocar as sepulturas.

Para o propósito deste exercício, foi assumido que não é possível evitar a sua afectação e que todas as sepulturas e cemitérios terão de ser relocados. O preço estimado para a exumação e transferência das sepulturas foi fornecido por uma empresa especializada que presta esses serviços. A tabela abaixo mostra o orçamento estimado para a relocação de cemitérios.

Tabela 14.7 – Orçamento estimado para a relocação de cemitérios

Item	Custo Unitário (USD)	Quantidade	Custo Total (USD)
Exumação e transferência de restos mortais	20.000,00	18	360.000,00
Total			360.000,00

14.7 Compensação pela Perda de Infra-estruturas Sociais

Durante o trabalho de campo, foram identificados três furos na ZPP. Recomenda-se que estes furos não sejam relocados durante a fase de construção do projecto. Se tal não for possível, terão de ser construídos três novos furos perto de onde eles estão actualmente. O preço apresentado abaixo é o custo de construção de um furo na região sul de Moçambique, apresentado por uma empresa especializada que presta estes serviços. A tabela abaixo mostra um preço estimado para a construção de três furos.

Tabela 14.8 – Orçamento estimado para a compensação pela perda de furos

Item	Custo Unitário (USD)	Quantidade	Custo Total (USD)
Furo	15.000,00	3	45.000,00
Total			45.000,00

14.8 Orçamento de Contingência para custos como DUATs e Documentos de Identificação

O censo identificou a perda de 79 DUATs formais durante o reassentamento. Em cumprimento dos requisitos aplicáveis, e tal como anteriormente descrito, a terra será compensada em espécie. Os AF com DUATs formais serão assistidos no processo de obtenção de novos DUATs. Adicionalmente, após ser confirmado o censo dos AF na fase de PAR, poderá ser necessário assistir certas famílias a obter documentos de identificação, onde necessário. As taxas actuais do GdM para a obtenção de BI's são de 90 MZN para menores (pessoas com menos de 18 anos) e 180 MZN para adultos (pessoas com mais de 18 anos). Foi definido um valor de 5 USD por cada documento de identificação, e estimou-se que seria necessário apoiar 500 indivíduos nesta matéria. Estes valores serão, no entanto, confirmados durante a elaboração do PAR.

Tabela 14.9 – Orçamento estimado para custos de documentação para PAPs

Item	Custo Unitário (USD)	Quantidade	Custo Total (USD)
Apoio na obtenção de Bis	5.00	500	2,500.00
DUAT formal	300,00	79	23.700,00
Total			23.700,00

14.9 Orçamento Estimado de Reassentamento

Com base no exposto acima, a tabela abaixo resume o orçamento total estimado para a elaboração e implementação do PAR. É importante notar que este orçamento é uma mera estimativa do custo dos passos futuros para o reassentamento. Um orçamento detalhado deve ser preparado durante a fase do PAR e apresentado no relatório do PAR. Este orçamento inclui o custo estimado para a elaboração do PAR, considerando os termos de referência apresentados no capítulo seguinte.

Tabela 14.10 – Orçamento estimado para a Implementação do Plano de Reassentamento

Item	TOTAL (USD)
CUSTOS DE COMPENSAÇÃO	
Infra-estruturas habitacionais com menos de 70 m ²	\$12.819.900,00
Infra-estruturas habitacionais com mais de 70 m ²	\$8.329.200,00
Compensação para casas em construção	\$4.272.300,00
Compensação por perda de árvores de fruto e rebentos de árvores	\$317.502,00
Compensação por perda de lugares de culto	\$151.500,00
Compensação para exumação e transferência de sepulturas	\$360.000,00
Compensação por perda de infra-estrutura social (furos)	\$45.000,00
Compensação pela perda de negócios	\$50.000,00
Orçamento de contingência para custos de documentação (DUATs e BIs)	\$26.200,00
SUBTOTAL DOS CUSTOS DE COMPENSAÇÃO SUBTOTAL	\$26.371.602,00

Item	TOTAL (USD)
OUTROS CUSTOS	
Consultor para Elaborar o documento do PAR	\$250.000,00
Fundo de Compensação Comunitária	\$6.000.000,00
Compensação por Perturbação	\$100.000,00
Aquisição de terras	\$50.000,00
Apoio a PAP Vulneráveis	\$50.000,00
Monitorização e Auditoria da Implementação do PAR	\$100.000,00
Consultor para implementar o PAR	\$250.000,00
SUBTOTAL DE OUTROS CUSTOS	\$6.550.000,00
TOTAL	\$32.921.602,00
Contingências (10% do Total)	\$3.292.160,00
Total (excluindo IVA)	\$36.213.762,00

O custo total estimado para a elaboração e implementação do PAR é de US \$ 36.213.762,00, o que equivale a cerca de 6% do custo total do projecto. É importante notar que este orçamento foi elaborado sob algumas premissas, que serão esclarecidas durante a fase do PAR.

O PAR também deverá incluir contingências para instalações auxiliares, se estas exigirem restrições de reassentamento ou de deslocalização económica/uso de recursos.

14.10 Pacotes de Compensação e Orçamento Estimado de Reassentamento: Resumo das Questões Chave

O orçamento estimado foi definido com base no inquérito (censo), nos requisitos estabelecidos pelo quadro regulador nacional, que estabelece condições mínimas para os pacotes de reassentamento, e nas directrizes estabelecidas na PO 4.12. Foram estimados os custos associados com o reassentamento físico de AF, e com a perda de estruturas acessórias e auxiliares. Além disso, foram também incluídos no orçamento estimado os custos de activos, individuais, colectivos e comunitários, incluindo a infra-estrutura pública. O orçamento total estimado é de USD \$36.130.402,00. Conforme foi observado, esses valores estimados foram feitos com base em diversas premissas e estão sujeitos a flutuações e mudanças. Esses valores serão esclarecidos durante a fase de RAP. Deve notar-se que este custo inclui o Fundo de Compensação da Comunidade, que não é um requisito obrigatório ao abrigo da legislação nacional ou da PO 4.12 do BM, mas que é uma componente importante para atingir os objectivos estabelecidos em ambas as normas de restauro e melhoria das condições de vida dos afectados.

15 Termos de Referência para o PAR

Estes termos de referência foram preparados como orientação geral, para a preparação do PAR, associado ao Projecto STE (Fase 1: Vilanculos - Maputo), em conformidade com o seguinte:

- Legislação moçambicana;
- PO 4.12 do Banco Mundial.

15.1 Considerações Gerais

O PAR terá em consideração os resultados dos estudos socioeconómicos e outros estudos e inquéritos de base. Os dados de base socioeconómicos informarão os requisitos de reassentamento em termos de requisitos de terra e acesso a instalações comunitárias, e serão actualizados e detalhados conforme necessário, no momento da preparação do PAR final.

As autoridades muitas vezes priorizam os aspectos físicos do reassentamento, mas o critério primordial em termos de identificação de locais de reassentamento adequados deve ser o restabelecimento e, idealmente, a melhoria dos meios de subsistência.

O PAR incluirá a identificação da área hospedeira de reassentamento, com base numa pesquisa exaustiva de terras, com critérios de local de reassentamento previamente acordados com as principais partes interessadas e comunidades. Os locais precisarão fornecer acesso a instalações adequadas de terra e da comunidade, estar o mais próximo possível da área da residência e serem capazes de acomodar as famílias em uma organização social e espacial similar à de antes.

Os regulamentos moçambicanos de reassentamento atribuem um papel muito importante às autoridades provinciais e distritais, através do seu papel de liderança nas comissões de reassentamento, pelo que estas precisam de ser consultadas no início do desenvolvimento do PAR. Além disso, o reassentamento faz parte do planeamento do uso da terra do distrito e são as autoridades distritais que efectivamente lideram o processo de identificação da terra de substituição (e disponibilização). A fim de garantir a posse da terra, existe também um processo de participação pública para a alocação do DUAT a ser seguido, e isso será incorporado no PAR. As autorizações para o fornecimento da terra necessária devem ser incluídas no PAR final.

O PAR irá incorporar os elementos descritos nas secções seguintes.

15.2 Estrutura e Conteúdos do RAP

15.2.1 Introdução

A introdução do PAR deve fornecer uma descrição detalhada do Projecto e descrever os efeitos de reassentamento físico e económico e o objectivo do PAR. A descrição detalhada do projecto deve incluir/permitir uma avaliação dos efeitos de reassentamento relacionados.

Todas as infra-estruturas, redes de transporte relacionadas, zonas de tampão ambientais e de segurança (para as fases de construção e operacional), bem como os locais de reassentamento

identificados, devem ser mapeados, com áreas detalhadas em forma de tabela para cada uso da terra.

15.2.2 Quadro Institucional e Jurídico

O PAR deve descrever a Legislação Moçambicana aplicável e as melhores práticas e padrões internacionais no que diz respeito à análise dos quadros institucionais e jurídicos.

Quando a legislação nacional estiver aquém do cumprimento das condições prescritas pelas Políticas Operacionais do BM, a EDM assegurará que o Projecto atende às Políticas Operacionais. A EDM identificará lacunas entre a Legislação Moçambicana e a política do Banco Mundial e proporá uma estratégia para corrigir essas lacunas, em cumprimento no mínimo com os compromissos definidos neste RLFS, sem infringir as questões de soberania nacional.

15.2.3 Quadro Organizacional

O PAR delinear a estrutura organizacional para a implementação do PAR e conter todos os compromissos necessários de entidades terceiras.

A política operacional do BM observa que o PAR deve identificar e fornecer detalhes sobre as funções e responsabilidades de todas as organizações - públicas ou privadas, governamentais ou não-governamentais - que serão responsáveis pelas actividades de reassentamento. O BM espera que o patrocinador avalie a capacidade dessas organizações para cumprir as suas responsabilidades. Por conseguinte, a estrutura organizacional deve ter em consideração a capacidade dos parceiros governamentais e sugerir a criação de capacidades e outras medidas de assistência, quando apropriado.

Os compromissos serão específicos e suportados por memorandos de entendimento, com clara alocação de recursos e pessoal.

15.2.4 Envolvimento das Partes Interessadas

O PAR deve delinear as principais metas, objectivos e estratégias para o envolvimento das partes interessadas, tanto para os processos de desenvolvimento como para a implementação do PAR.

Será concebido um plano detalhado de envolvimento das partes interessadas para apoiar o processo de desenvolvimento do PAR, enfatizando estratégias de envolvimento directo com as comunidades afectadas e representantes dos governos locais. Estas estratégias, as actividades executadas e os incrementos, preocupações e recomendações recebidas das partes interessadas serão amplamente relatadas no documento do PAR.

O documento do PAR deve integrar um plano de envolvimento das partes interessadas para a fase de implementação do PAR. Isto deve incluir uma proposta para o estabelecimento de um comité de reassentamento comunitário dedicado, e a forma como serão reunidas as opiniões de

todos os interessados afectados pelo reassentamento e, mais importante, como as comunidades irão negociar as questões de reassentamento. Se necessário, deve-se ter em conta a capacitação e o apoio às comunidades para se empenharem de uma forma eficaz. As comunidades afectadas e os governos locais devem estar envolvidos na monitorização participativa e na avaliação das actividades de reassentamento.

Deve ser realizado um mínimo de duas (2) rondas de consultas com as comunidades afectadas, divulgadas através dos *media* locais adequados, durante a preparação e implementação do PAR. Note-se que os regulamentos moçambicanos exigem que quatro rondas de consulta sejam necessárias para o PAR. No entanto, duas delas já foram realizadas durante o desenvolvimento deste RLFS.

15.2.5 Metodologia

O PAR deve mostrar a metodologia utilizada para a recolha e análise de todos os dados. Deve mostrar que respeita a regulamentação moçambicana e as políticas do BM.

15.2.6 Mapeamento

A área de onde as pessoas serão transferidas, bem como a área para a qual serão reinstaladas serão mapeadas em detalhe, com os agregados familiares afectados individualmente demarcados (identificados com números de registo resultantes de inquéritos estruturais e socioeconómicos).

Todas as áreas afectadas pela ZPP e por quaisquer infra-estruturas de suporte serão mapeadas e o seu estado de ocupação e uso pré-Projecto será identificado. Quaisquer alterações ao uso da terra serão integradas no PAR, incluindo a alteração do estado das áreas da ZPP onde será permitido a continuação do uso agrícola.

15.2.7 Dados Demográficos

O PAR deve garantir um censo de 100% das pessoas afectadas pelo Projecto, através de levantamentos demográficos e estruturais. Esta tarefa é um estágio inicial crucial na preparação do PAR. Os dados demográficos do Projecto podem servir a quatro (4) funções importantes e inter-relacionadas:

- Enumeração e recolha de informações básicas sobre a população afectada;
- Registo da população afectada por residência ou localidade;
- Estabelecimento uma lista de beneficiários legítimos, antes do início do Projecto, que conteste as alegações espúrias dos que se mudarem para a área do Projecto apenas por antecipação de benefícios;
- Estabelecimento de um quadro para as necessidades subsequentes do inquérito socioeconómico.

Este RLFS inclui um censo que identificou todas as infra-estruturas que serão impactadas pelo projecto. De acordo com as melhores práticas internacionais, este censo é válido por um período de um ano. Se a elaboração do relatório do PAR demorar mais de um ano, isso significa que terá de ser feito um novo inquérito da infra-estrutura afectada. Se o PAR for desenvolvido em menos de um ano, será necessária uma simples verificação de campo dos resultados do censo de infra-estruturas realizado para este RLFS, complementada por um levantamento detalhado e completo dos AF afectados.

15.2.8 Estudos Socioeconómicos

Além dos dados demográficos básicos (idade, sexo, tamanho da família), entre as pessoas afectadas também devem ser recolhidas informações sociais e económicas (etnia, saúde, educação, ocupação e meios de subsistência, posse da terra, fontes de rendimento). Essas informações podem fornecer uma compreensão geral das comunidades afectadas pelo Projecto e o âmbito da compensação e da assistência ao reassentamento necessárias para mitigar os efeitos adversos e recuperar meios de subsistência.

Deve ser dada especial atenção aos grupos vulneráveis que vivem na área do Projecto. Estes grupos podem incluir agregados familiares chefiados por mulheres ou crianças, pessoas portadoras de deficiência e os extremamente pobres.

15.2.9 Identificação da Área Hospedeira

O PAR exigirá uma procura inicial exaustiva de terra para os locais de reassentamento apropriados. Este processo envolve uma participação significativa das autoridades distritais e das lideranças comunitárias (responsáveis por disponibilizar terra de reposição). A(s) área(s) anfitriã(s) de reassentamento terão de ser seleccionadas de forma participativa e deverão ser aprovadas pelas PAP. A disponibilidade de terra de substituição será a consideração crucial, e a avaliação da adequação de locais potenciais para a agricultura pode ser necessária por meio de estudos especializados. O PAR final incluirá um mapa das áreas de reassentamento, os acordos das autoridades do Distrito ou outras partes para fornecer as respectivas AIAS, se necessário.

15.2.10 Inventário de Bens Afectados

O PAR deverá incluir um levantamento detalhado de todas as perdas que resultarão para cada agregado familiar, empresa ou comunidade afectada pelo Projecto. O inquérito deve contabilizar a aquisição de terras e a perda de activos físicos, bem como a perda de rendimentos. Os activos mantidos colectivamente, como fontes de água, recursos florestais e estruturas comunitárias, devem ser registados separadamente. É essencial que os planeadores de reassentamento consultem as pessoas afectadas durante esta etapa para desenvolver um consenso razoável sobre os métodos e fórmulas para atribuição de valores a activos perdidos e rendimentos perdidos durante o reassentamento. As metodologias devem ser suficientes para o cálculo da

compensação, de acordo com os requisitos nacionais e as normas internacionais, para proporcionar compensação em espécie ou valor total de substituição.

15.2.11 Data Moratória

Após a conclusão dos estudos socioeconómicos e do inventário detalhado dos activos afectados, será definida uma data moratória, em articulação com as Comissões de Reassentamento, que será claramente comunicada a todas as PAPs.

15.2.12 Dados de Base para Monitorização e Avaliação

As informações recolhidas devem ser usadas para estabelecer indicadores não apenas para a implementação do reassentamento, mas também para a monitorização e avaliação de iniciativas de recuperação de meios de subsistência e rendimentos e de desenvolvimento sustentável associados ao PAR. A avaliação incluirá comparações com uma linha de base específica do projecto, bem como seleccionará indicadores de nível nacional para permitir a comparação com áreas que não são do projecto.

15.2.13 Identificação de Impactos do Projecto

O PAR deve descrever os principais impactos do projecto. Uma tarefa inicial fundamental no planeamento do reassentamento é “identificar os impactos adversos de um projecto e as populações que serão afectadas”. Entre os efeitos projectados figuram:

- Perda de residências;
- Perda de edifícios agrícolas e de outras estruturas (poços, furos, currais);
- Perda de instalações institucionais/instalações públicas;
- Perda de acesso a terrenos agrícolas;
- Perda de árvores e culturas permanentes;
- A perda de direitos/uso da terra associada a cada um dos casos acima;
- Impedimento ou perda de acesso aos recursos da comunidade, incluindo áreas de pesca, florestas e bosques;
- Perda de negócios ou outro rendimento, durante a transição;
- Redução de rendimentos, como resultado dessas perdas;
- Perda de emprego e/ou acesso a ele;
- Perda de acesso a serviços públicos;
- Perda de conectividade;
- Perda de redes sociais ou de outros valores sociais intangíveis;
- Impactos sobre o património cultural ou lugares de importância para a comunidade (espiritual, histórica, recreativa, etc.).

O PAR deverá ainda detalhar os esforços realizados para minimizar os impactos projectados, incluindo as alternativas consideradas, como pequenos realinhamentos ou quaisquer concepções alternativas consideradas.

15.2.14 Compensação e Quadros de Assistência

O PAR deve considerar a forma como serão determinadas as estruturas de compensação, incluindo a referência a legislação e impactos, e a avaliação de activos, de acordo com a PO 4.12. A Estrutura de Compensação do PAR deve especificar todas as formas de propriedade de activos ou direitos de uso, bem como o uso e acesso efectivo entre as populações afectadas pelo Projecto, e a estratégia do Projecto para compensar as PAP, pela perda parcial ou total desses activos e/ou ajudando-as a restaurar a vida e melhorar as suas condições de vida e os meios de subsistência. Serão oferecidas/incluídas escolhas/opções, sempre que possível.

15.2.15 Desenvolvimento de Pacotes de Reassentamento

O PAR descreverá o processo pelo qual a EDM empreenderá as seguintes acções em nome das PAP:

- Informar as pessoas afectadas das suas opções e direitos relativos ao reassentamento;
- Fornecer opções técnica e economicamente viáveis para o reassentamento, incluindo compensação, assistência e recuperação dos meios de subsistência, com base na consulta às pessoas afectadas;
- Fornecer assistência com despesas de realocização, apoio financeiro transitório; e fornecer assistência às pessoas afectadas para recuperar ou melhorar os seus meios de subsistência;
- Monitorizar a implementação do PAR até que as PAP estejam estabilizadas nas áreas de reassentamento, de acordo com os padrões e objectivos do PAR.

15.2.16 Projecto de Arquitectura e Planos Executivos

Como parte do pacote de reassentamento, terão de ser construídas casas e outras infra-estruturas. De acordo com as legislações de reassentamento de Moçambique, o PAR deve conter projectos arquitectónicos detalhados e planos executivos para todas as infra-estruturas que serão construídas, a fim de o apresentar às autoridades locais e obter a sua aprovação. Os projectos arquitectónicos devem ser elaborados de forma participativa, de modo a incorporar nos projectos as ideias e desejos das PAP. Os novos locais de reassentamento precisam de ter todas as licenças ambientais necessárias e de estar coordenados com as comunidades anfitriãs. As comunidades anfitriãs serão consultadas e poderão partilhar alguns dos benefícios do reassentamento (como infra-estruturas públicas, projectos de desenvolvimento comunitário, etc.). Quando necessário, será conduzida uma AIAS para novos locais de reassentamento.

15.2.17 Recuperação de Meios de Subsistência

O simples restabelecimento dos meios de subsistência pode não ser suficiente para proteger as populações afectadas dos impactos adversos do projecto, especialmente os efeitos induzidos, como a competição por recursos e emprego, a inflação e o colapso das redes de apoio social. Por este motivo, a Legislação Moçambicana e as políticas do BM procuram promover a melhoria do nível de vida das pessoas afectadas pelo Projecto.

O PAR irá incorporar um programa de recuperação e melhoria dos meios de subsistência, totalmente orçamentado, que deverá incorporar medidas para o restabelecimento dos meios de subsistência para todas as PAP afectadas, incluindo aquelas que sofrem impactos indirectos significativos e populações hospedeiras. Dependendo da disponibilidade de terras agrícolas alternativas, pode ser necessário uma simbiose de agricultura e actividades de subsistência alternativas.

Os programas incluirão critérios claros de elegibilidade, incrementos necessários e resultados projectados e medidas para implementação participativa e monitorização. O desenvolvimento de programas deve incluir a identificação de parceiros de fornecimento, sempre que possível, e estratégias de saída claras para o Projecto, com base na monitorização e obtenção de indicadores socioeconómicos satisfatórios, de acordo com a linha de base, as metas e referências estabelecidas no PAR.

15.2.18 Dificuldades e Vulnerabilidades Temporárias

Os critérios de vulnerabilidade serão definidos mediante a análise dos dados da linha de base social e uma avaliação de vulnerabilidade realizada para determinar a ponderação e a classificação da vulnerabilidade. O PAR deve elaborar e documentar, com base nesses critérios e avaliações, as medidas de reabilitação que serão implementadas para os grupos vulneráveis, durante e após a relocação física e a reabilitação das comunidades afectadas.

15.2.19 Protecção do Património Cultural

De acordo com a política do BM, o PAR deve documentar todos os esforços necessários para proteger, mover e recuperar a propriedade cultural de todas as pessoas afectadas. O inquérito realizado como parte do PAR não identificou qualquer património arqueológico ou cultural significativo que seria afectado pelo Projecto. O impacto chave do Projecto está provavelmente relacionado com cemitérios, sepulturas e locais de culto encontrados na ZPP do Projecto. O PAR delineará a abordagem de relocação de sepulturas e cemitérios, e outros vestígios arqueológicos. O PGAS abordará quaisquer outros aspectos de gestão de vestígios arqueológicos, incluindo um procedimento para achados furtivos.

15.2.20 Procedimentos de Queixas

De acordo com a Legislação Moçambicana e as políticas do BM, deve existir um procedimento de gestão de reclamações para resolver queixas entre a população afectada pelo reassentamento involuntário. A reparação oportuna de tais queixas é vital para a implementação satisfatória do reassentamento e para a conclusão do cronograma e a sustentabilidade do Projecto.

O PAR descreverá o mecanismo de reclamações para o processo de reassentamento, de acordo com as directrizes apresentadas neste RLFS. O procedimento de queixas de reassentamento, idealmente, estará em sintonia com o mecanismo de queixas do Projecto, mas pode ter mecanismos específicos para queixas relacionadas com o reassentamento, tais como cálculos de compensação e actores envolvidos (Comissões de Reassentamento, etc.).

O MRR será finalizado e colocado em funcionamento durante o desenvolvimento do PAR, e antes do início de qualquer actividade de implementação de reassentamento.

15.2.21 Monitorização e Avaliação

As actividades de monitorização e avaliação da implementação e a eficácia do PAR serão integradas no processo geral de gestão do Projecto e, consequentemente, o PAR deve fornecer um plano de monitorização coerente que identifique as responsabilidades organizacionais, a metodologia e o cronograma de monitorização e relatórios, incluindo a monitorização participativa, e uma auditoria de conclusão.

15.2.22 Orçamento de Reassentamento e Agenda de Implementação

O PAR apresentará um orçamento detalhado para a implementação das actividades do PAR. O PAR também apresentará um cronograma de implementação detalhado, adequadamente sequenciado, de acordo com os requisitos e cronograma gerais do projecto.

16 Referências

CERNEA M.M. 1988, Reassentamento Involuntário em Projectos de Desenvolvimento, Directrizes de Políticas no Projeto Financiado pelo Banco Mundial, WBTP.

O Decreto 31/2012, de 8 de Agosto de 2012. O Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas.

Diploma Ministerial 155/2014, de 19 de Setembro de 2014. Directiva Técnica sobre o Funcionamento da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento.

Ministerial Diploma 156/2014, de 19 de Setembro de 2014. Directiva Técnica sobre o Processo de Planeamento e Implementação de Planos de Reassentamento.

O Gabinete do Conselheiro de Conformidade/ Provedor de Justiça. 2008. Um Guia para Projectar e Implementar Mecanismos de Reclamações para Projectos de Desenvolvimento, Pensilvânia.

Banco Mundial (BM). 1990. Directiva Operacional: Reassentamento Involuntário. 9 p.

Anexo I – Questionários do Censo

QUESTIONÁRIO AOS AGREGADOS FAMILIARES
A-IDENTIFICAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Nome do Chefe do A.F.

Nome do Inquiridor

 (Nº Questionario)

Identificação da Casa:

Província

Maputo/Gaza/Inhambane

Distrito

Bairro/Comunidade

Quarteirão

Coordenadas da Casa

LAT.

LONG.

Data

/ /
d d m m a a

Apresentação

Bom dia (tarde, noite), chamo-me _____ e trabalho para a Consultec, Lda, que foi contratada pela EDM para realizar uma pesquisa de campo com o objectivo de conhecer melhor o seu perfil socioeconomico , bem como o seu modo de vida e condições de habitação. As informações recolhidas neste questionário serão confidenciais. Gostaríamos de saber se seria possível tomar algum tempo do chefe da família para responder às questões.

Hora de Início

:
h h m m

Localização da Casa

Número da Casa

Observações:

C - LAZER

C.1 - Onde passam os membros do agregado os tempos livres?

- 01 Em casa
- 02 Em casa de amigos
- 03 No Local Sagrado
- 04 Na igreja
- 05 A jogar futebol
- 06 Cinema
- 06 Nos bares/barracas do Bairro
- 07 Outro local,

--	--	--

Se 01 passe para D1

C.2 - Algum Membro do Agregado Familiar Participa em uma dessas actividades

- 01 - Sim
- 02 - Não

		Reuniões na Comunidade
		Programa de Microcrédito/Xitique
		Comité de Educação
		Comité de Escola
		Comité de saúde

D - GESTÃO DE CONFLITOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

D.1 - A quem se dirige normalmente para resolver conflitos que tenha com outras pessoas da comunidade?

- 01 Chefe do Bairro
- 02 Polícia Comunitária
- 03 Líder Religioso
- 04 Familiares/ Amigos
- 05 Polícia (Esquadra da PRM)
- 06 Ninguém
- 07 Outro (especifique)

--	--	--

D.2 - Quais são as formas de comunicação mais confiáveis para receber e para dar informações?

- 01 Rádio
- 02 Televisão
- 03 Jornal
- 04 Líder religioso
- 05 Amigos/familiares
- 06 Outro (especifique)

Receber informações			
Dar informações			

E - CARACTERÍSTICAS DO AGREGADO

E.1 - Qual a língua que mais se fala em casa?

01 Português

02 Outra (especifique)

E.2 - Qual a religião praticada pela maioria da família?

01 Católica

02 Zione / Sião

03 Evangélica

04 Animista

05 Muçulmana

06 Outra (especifique)

E.3 - Quantas esposas tem o chefe de família?

(Para chefes de família homens)

--	--	--

Se menos de 02 esposas passar para F1

E.4 - Todas esposas vivem no mesmo quintal?

(Para os que têm mais que uma esposa)

Se não vivem no mesmo quintal, indique o nome do povoado onde vive (m) a (s) outra (s) esposa (s).

01 Sim

			Nome da esposa	

02 Não

Local onde mora

			Nome da esposa	

Local onde mora

			Nome da esposa	

Local onde mora

F - POSSES, RENDIMENTO E PADRÃO DE CONSUMO DO AGREGADO

F.1 - Que bens possui a família?

Quantidade

01 Sim

Rádio				
-------	--	--	--	--

02 Não

TV				
----	--	--	--	--

Telefone/Celular				
------------------	--	--	--	--

Geleira				
---------	--	--	--	--

Fogão				
-------	--	--	--	--

Cama				
------	--	--	--	--

Bicicleta				
-----------	--	--	--	--

Motorizada				
------------	--	--	--	--

Carroça				
---------	--	--	--	--

Carro	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Camião	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Computador	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Outros	<input type="text"/>	<input type="text"/>

F.2 - Principais actividades de rendimento

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

- | | |
|--|----------------------------------|
| 01 Venda de produtos produzidos na machamba | 10 Empregado por conta de outrem |
| 02 Venda de espécies pecuárias (bois, cabritos, porcos, galinhas, patos) | 11 Serviços Públicos |
| 03 Venda de pescado | 12 Outro (especifique) |
| 04 Venda de lenha/carvão/estacas/capim | |
| 05 Venda de bebidas tradicionais | |
| 06 Empresário (especifique) | |
| 07 Comércio informal | |
| 08 Comércio formal | |
| 09 Aluguer de casa | |

F.3 - Qual a média mensal da totalidade dos rendimentos do agregado?

- | | |
|---------------------------------------|----------------------|
| 01 Menos de 1,000.00 Mt | <input type="text"/> |
| 02 Entre 1,000.00 e 5,000.00 Mt | <input type="text"/> |
| 03 Entre 5001,00 e 10,000.00 Mt | <input type="text"/> |
| 04 Entre 10,001.00 e 20,000.00 Mt | <input type="text"/> |
| 05 Mais de 20,000.00 Mt (especifique) | <input type="text"/> |

F.4 - Algum Membro do agregado familiar pratica a caça?

- | | |
|--------|----------------------|
| 01 Sim | <input type="text"/> |
| 02 Não | <input type="text"/> |

01 Se sim indique onde caça

<input type="text"/>

F.5 - Algum membro do agregado familiar pratica a pesca?

- | | |
|--------|----------------------|
| 01 Sim | <input type="text"/> |
| 02 Não | <input type="text"/> |

01 Se sim indique aonde que pescam

<input type="text"/>

G - HABITAÇÃO

G.1 - A casa onde vive é:

- | | |
|------------------------|----------------------|
| 01 Própria | <input type="text"/> |
| 02 Alugada | <input type="text"/> |
| 03 Empréstada | <input type="text"/> |
| 04 Outra (especifique) | <input type="text"/> |

G.2 - Quantas construções há neste talhão?

<input type="text"/>

Discrimine

	Código	Quantidade	Convencional (01) Precario (02)	Qual infra- estrutura vai ser impactada	Tama nho da infrae
01 Casa Principal	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
03 Casa secundaria	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
04 Dependência	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
05 Quarto para dormir	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
06 Cozinha externa	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
07 Casa para tomar banho externa	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
09 Latrina Exterior					
11 Cercado para gado					
12 Celeiro					
13 Capoeira					
14 Barraca					
18 Outra (especifique)					

G.3 - Como foi adquirida a casa em que a família vive?

01 Comprou (de quem)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
02 Alugou (a quem)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
03 Herdou (de quem)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
04 Doad a (especifique por quem)	<input type="text"/>	<input type="text"/>
05 Construiu próprio	<input type="text"/>	<input type="text"/>
06 Outro (especifique)	<input type="text"/>	<input type="text"/>

G.4 - Em que ano foram adquiridas / construídas as infra-estruturas (principais)?

G.5 - A família possui título de propriedade (DUAT)?

01 Sim	<input type="text"/>
02 Não	<input type="text"/>
03 Não sei	<input type="text"/>

Se a propriedade é alugada indicar o nome do proprietário.

Contacto:

G.6 - Qual o ano em que a casa foi construída?

G.7 - Em que ano começou a viver na casa?

G.8 - Qual é o tipo de materiais das paredes da unidade principal?

- 01 Caniço ou pau-a-pique ☐ ☐ _____
- 02 Pau pique e barro
- 03 Tijolo queimado com reboco 07 Casa de alvenaria com reboco
- 04 Tijolo sem reboco 08 Casa de alvenaria sem reboco
- 05 Blocos de cimento com reboco 09 Outro (especifique)
- 06 Blocos de cimento sem reboco

G.9 - Qual é o tipo de materiais do telhado da unidade principal?

- 01 Canim ☐ ☐ _____
- 02 Chapas de zinco
- 03 Laje
- 04 Telhas
- 05 Outro (especifique)

G.10 - Qual é o tipo de materiais do chão da unidade principal?

- 01 Terra batida ☐ ☐ _____
- 02 Adobe
- 03 Cimento
- 04 Tijoleira
- 05 Outro (especifique)

G.14 - Qual o tipo de vedação da casa?

- 01 Não tem vedação ☐ ☐ _____
- 02 Vedação com plantas / arbustos
- 03 Vedação de madeira / estacas
- 04 Muro de alvenaria
- 05 Rede de tubarão
- 06 Outro (especifique)

H - SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUE DISPÕE O AGREGADO FAMILIAR

H.1 - Qual é a principal fonte de água?

- 01 Canalizada no Quintal ☐ ☐ _____
- 02 Rio/Lago
- 03 Fontenário Público
- 04 Poço no quintal
- 03 Outro

H.2 - Qual é o tratamento que dão à água para beber?

- 01 Fervem ☐ ☐ _____
- 02 Não fazem nada
- 03 Outra (especifique)

H.3 - Qual é a principal fonte de energia para iluminar a casa

- 01 Electricidade (EDM) ☐ ☐ _____
- 02 Parafina/Querosene

- 03 Vela
- 04 Gerador
- 05 Lenha
- 06 Lanterna
- 07 Outro (Especificar)

H.4 - Quanto gastam por mês no combustível/Energia para iluminar a casa?

- 01 Nada
- 02 Menos de 50,00 Mt
- 03 50,00 a 100,00 Mt
- 04 100,00 a 200,00 Mt
- 05 200,00 a 300,00 Mt
- 06 Mais de 300,00 Mt

--	--

H.5 - Qual é a principal fonte de energia para cozinhar

- 01 Electricidade (EDM)
- 02 Carvão
- 03 Gas
- 04 Lenha
- 05 Outra (Especificar)

--	--

H.4 - Quanto gastam por mês no combustível/Energia para cozinhar?

- 01 Nada
- 02 Menos de 50.00 Mt
- 03 50.000 a 100.00 Mt
- 04 100.00 a 200.00 Mt
- 05 200.00 a 300.00 Mt
- 06 Mais de 300.00 Mt

--	--

H.5 - O que fazem com o lixo da casa?

- 01 Enterra-se no quintal
- 02 Queima-se no quintal
- 03 Jogam no Lixo
- 04 Recolha de lixo
- 05 Outro (especifique)

--	--

H.6 - Como são as instalações sanitárias?

- 01 Latrina individual
- 02 Latrina melhorada
- 03 Latrina colectiva
- 04 Não há instalações sanitárias
- 05 Outro (especifique)

--	--

I - SERVIÇOS SOCIAIS- Saúde

I.1 - Onde se trata em caso de doença?

Se (02) indique onde se localiza o centro de saúde que frequenta.

- 01 Medicina tradicional
- 02 Medicina moderna
- 03 Outra

--	--

I.2 - Algum membro do agregado familiar tem alguma doença crónica?

01 Sim
02 Não

--	--	--

Se sim (01) indique qual é a doença

I.3 Quais são as principais doenças dos membros do agregado familiar no últimos 12 meses

01- Malaria			
02- Tuberculoses			
03- Asma			
04- Tosse			
05- Infecções DTS			
06- HIV-SIDA			
07- Diarreias			
08- Cólera			
09- Outras (descreva)			

L - Agricultura

L.1 - O Agregado Familiar Pratica Alguma Cultura?

1 Sim
2 Não

--	--	--

Se não pular para L.3

L.2 - Se sim, qual a cultura que produz e se vende

	Código			
	01 Produziu para consumo próprio			
	02 Produziu e vendeu			
	03 Não produziu			
Milho: maçaroca___/ debulhado___				
Mapira	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Meixoeira	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Feijão Nhemba	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Batata Doce	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Amendoim	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Abóbora	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Couve	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Pepino	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Tomate	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Papaia	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Manga	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Banana	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Cana de açúcar	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
Outros (especifique)	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
_____	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			
_____	<table border="1"><tr><td></td><td></td><td></td></tr></table>			

L.3 - A família cria ou vende animais?

01 Sim

--	--

02 Não *Se não (02) passe para L.5*

L.3 - Que animais cria e se vende

Código

01 Cria para consumo próprio

02 Cria e vendeu

Quantidades

03 Não cria

Galinhas

--	--

--

Patos

--	--

--

Cabritos

--	--

--

Porcos

--	--

--

Ovelhas

--	--

--

Outros (especifique)

--

--	--

--

--

--	--

--

--

--	--

--

- 01- Sim
02- Não

L.4 - A família possui árvores de fruto no talhão?
Se 02 passar para M.1

L.5 - Registe a quantidade

	Quantidade
Mangueira	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
Papaeira	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
Abacateira	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
Limoeiro	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
Laranjeira	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
Bananeira	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
Cana de açúcar	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
Malambi	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
Massanica	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
Coqueiro	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
Outros (especifique)	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.
<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> unid.

N - EXPECTATIVA DE ATENDIMENTO

N.1 - Se a família tiver de sair deste local para a implantação de uma linha de transmissão da EDM, Lda, qual é a sua expectativa de compensação?

(no máximo 3)

- 01 Receber o valor da propriedade em dinheiro
- 02 Receber uma casa em local parecido ao que mora
- 03 Receber uma casa com condições melhoradas
- 04 Não informou
- 05 Não sabe
- 06 Outros (especifique)

OBSERVAÇÕES

Hora de Término

h	h

 :

m	m

B-COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Nr	Nome	Sexo	Idade	Estado civil	Profissão / Ocupação	Grau de parentesco em relação ao Chefe do Agregado Familiar
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						

Nota: o membro número 1 é o próprio chefe do Agregado Familiar

Instruções de preenchimento:

Sexo: 01 Homem 02 Mulher

Idade: Em anos (a partir da indicação da data de nascimento)

Estado Civil: 01 Casado 02 Solteiro 03 Viúvo/a 04 Divorciado 05 Separado 06 Conjugue 07 Outro

Profissão / Ocupação: 01 Agricultor/Silvicultura/Pesca 02 Industria 03 Construção 04 Transporte 05 Comercio
06 Serviços 07 Sector Publico 08 Conta Propria 09 Desempregado 10 Outro (especifique)

Grau de parentesco em relação ao Chefe do Agregado Familiar: 01 Esposo/a 02 Pai 03 Mãe 04 Filho/a
05 Neto/a 06 Avó/ô 07 Outro (especifique)

Último Nível Educativo Concluído: Número (a classe mais alta que completou (1 Primário 02 Secundário 03 Tecnico 04 Universitário

QUESTIONÁRIO AOS AGRICULTORES

A - IDENTIFICAÇÃO DO AGRICULTOR

Nome do Agricultor

Nome do Inquiridor

(Nº Questionário)

Identificação da Machamba:

Província

Maputo/Gaza/Inhambane

Distrito

Bairro/Comunidade

Quarteirão

Coordenadas da Casa

LAT.

LONG.

Morada do Agricultor

Província

Distrito

Localidade

Bairro/comunidade

Data

d d
m m
a a

Apresentação

Bom dia (tarde, noite), chamo-me _____ e trabalho para a Consultec, Lda, que foi contratada pela EDM para realizar uma pesquisa de campo com o objectivo de conhecer melhor as actividades económicas praticadas pela população. As informações recolhidas neste questionário serão confidenciais. Gostaríamos de saber se seria possível tomar algum tempo do chefe da família para responder às questões.

Hora de Início

h h
m m

Observações:

B - Machamba

B.1 - Como adquiriu esta machamba?

- 01 Comprada
- 02 herdada
- 03 Aluguer
- 04 Emprestada
- 05 Atribuída pelo líder
- 06 Outro (especifique)

--	--	--

Se 03 ou 04, indicar o nome do proprietário

Contacto

B.2 - O proprietário possui título de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT)?

- 01 Sim
- 02 Não

--	--	--

B.3 - Em que ano começou a utilizar esta machamba?

--	--	--	--	--

B.4 - Qual a cultura que produz, e qual o destino do produto agrícola?

Código

01 Produz para consumo próprio

02 Produz para venda

03 Não produz

- Milho:
- mapira
- Meixoeira
- Feijão
- Batata Doce
- Amendoim
- Abóbora
- Couve
- Pepino
- Tomate
- Mandioca
- Batata
- Alface
- Cana de açúcar
- Outros (especifique)

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

--	--	--

- 01- Sim
02- Não

B.5 - Existe alguma árvore de fruto nesta machamba?

Se 02 passar para B.7

--	--

B.6 - Indicar as árvores de fruto existentes nesta machamba

Quantidade

Mangueira	<div><div></div><div></div></div>	unid.
Papaeira	<div><div></div><div></div></div>	unid.
Abacateira	<div><div></div><div></div></div>	unid.
Limoeiro	<div><div></div><div></div></div>	unid.
Laranjeira	<div><div></div><div></div></div>	unid.
Bananeira	<div><div></div><div></div></div>	unid.
Cajueiro	<div><div></div><div></div></div>	unid.
Embondeiro	<div><div></div><div></div></div>	unid.
Tangerineira	<div><div></div><div></div></div>	unid.
Coqueiro	<div><div></div><div></div></div>	unid.
Outras (especifique)	<div><div></div><div></div></div>	unid.
	<div><div></div><div></div></div>	unid.
	<div><div></div><div></div></div>	unid.
	<div><div></div><div></div></div>	unid.

B.7 - Qual foi a totalidade dos rendimentos adquiridos nesta machamba na última campanha?

- 01 Menos de 1,000.00 Mt
02 Entre 1,000.00 e 5,000.00 Mt
03 Entre 5001,00 e 10,000.00 Mt
04 Entre 10,001.00 e 20,000.00 Mt
05 Mais de 20,000.00 Mt (especifique)

--	--

B.8 - O agricultor utilizou algum insumo na última campanha?

- 01 Sim
02 Não

--	--

Se Sim (01), indicar os insumos utilizados

Sementes melhoradas	<table border="1"><tr><td></td><td></td></tr></table>		
Adubo	<table border="1"><tr><td></td><td></td></tr></table>		
Irrigação	<table border="1"><tr><td></td><td></td></tr></table>		
Tractor	<table border="1"><tr><td></td><td></td></tr></table>		
Tracção Animal	<table border="1"><tr><td></td><td></td></tr></table>		
Fertilizante	<table border="1"><tr><td></td><td></td></tr></table>		

Descrever o tamanho da machamba aferida por GPS

Hectares

OBSERVAÇÕES

Hora de Término ^h^h : ^m^m

INQUÉRITO À COMUNIDADE LOCAL

INTERLIGAÇÃO: INTERLIGAÇÃO MAPUTO – VILANCULOS

Nota para os investigadores:

- Preencher secção A (dados socioeconómicos), secção B (levantamento da faixa de servidão), secção C (comentários gerais) com os líderes comunitários e alguns dos seus conselheiros;

INFORMAÇÃO SOBRE O QUESTIONÁRIO

Informação sobre o Questionário	
Nome da Comunidade/Bairro _____	
Número do Questionário (dia/mês/iniciais/entrevista do dia): ____/____/____/____/____/____/____/____/____/____/____/____	
Nome do inquiridor: _____	
Distrito: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Posto Administrativo: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Localidade/Aldeia: _____ Zona: Rural <input type="checkbox"/> Urbana <input type="checkbox"/>	A aldeia está ligada à rede eléctrica? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Localização da entrevista GPS WP #: _____	

Informação sobre o Líder Comunitário e o Entrevistado	
Nome do Líder: _____	
Número de celular do entrevistado #: _____	Sem Celular <input type="checkbox"/>
O entrevistado é o líder da Comunidade? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
Se não, qual é o nome do entrevistado: _____	
E qual é o seu cargo: _____	

SECÇÃO A: DADOS SÓCIO-ECONÓMICOS

I. POPULAÇÃO

População total da Comunidade: _____ habitantes (fonte: Instituto Nacional de Estatística ou recenseamento)
Número de Casas

II. GRUPO ÉTNICO/LÍNGUAS

Grupo étnico	Descrever
Qual é o principal grupo étnico da população	
Qual é a principal língua falada pela população	

III. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES PRATICADAS PELA POPULAÇÃO (marcar as duas principais ocupações)

Ocupação	Marcar
Agricultura	
Pastoreio	
Conta própria	
Sector Privado	
Sector Público	
Outro(s) (especificar): _____	

Nota: Se não houver nenhum membro numa categoria específica, por favor coloque 0.

IV. Quais são as principais religiões praticadas pela população (marcar as duas religiões principais)

Religião	Marcar
Católica	
Muçulmana	
Animista	
Outra(s) (especificar): _____	



ELECTRICIDADE
DE MOÇAMBIQUE, E.P.



V. INFRA-ESTRUTURAS SOCIAIS E ECONÓMICAS PRESENTES NA COMUNIDADE

A comunidade tem alguma das seguintes infra-estruturas / instalações sociais ou económicas?

Infra-estrutura/ Instalação	Presença	Número	Se não, indicar onde os membros da comunidade utilizam esses serviços
1. Escola	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Primária: #_____ Secundária: #_____ Técnica: #_____	Primária: _____ Secundária: _____ Técnica: _____
2. Unidade Sanitária	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	CS/PS: #_____ Hospital: #_____	CS/PS: _____ Hospital: _____
3. Mercado/ Centro de comercialização	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Mercado: #_____ Nomes: _____	Nome do Mercado _____ Local: _____
5. Edifícios Administrativos (Administração, sala de reuniões, etc.)	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Número: #_____	Nome do Serviço _____ Local: _____
6. Igreja, mesquita, etc.	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Mesquita: #_____ Igreja: #_____ Outro: #_____	Mesquita: #_____ Igreja: #_____ Outro: #_____
7. Local sagrado ou cultural (local ou edifício histórico, locais de sepultura comunitária, etc.)	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Número: #_____	Local Sagrado _____ Local _____
8. Maquinaria/ Centro de produção (serração, moageira, oficina, cerâmica, mel, etc.)	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Número: #_____	Centro de Produção _____ Local _____
9. Fonte de abastecimento de água (furos, fontenários)	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Número: #_____	Fonte _____ Local _____
11. Esquadra da Polícia	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Número: #_____	Local _____

1. **Na comunidade, existe alguma associação?** Sim ☐ Não ☐
Se sim, por favor liste-a(s) abaixo:



ELECTRICIDADE
DE MOÇAMBIQUE, E.P.

SECÇÃO B: LEVANTAMENTO DA FAIXA DE SERVIDÃO

Nota para o facilitador:

Esta secção deve ser preenchida pelo inquiridor no campo com a ajuda das autoridades das comunidades (líderes e representantes das aldeias). A presença de mulheres deve ser solicitada para fornecer informações relevantes sobre a presença de locais sagrados, de património, comunitários, cerimoniais ou específicos na faixa de servidão.

I. EDIFÍCIOS PRINCIPAIS

Existem edifícios governamentais, escolas, igreja/mesquita ou do património, **localizados total ou parcialmente na faixa de servidão**, que deverão ser realocizados?

Sim ☐ Não ☐ (Se não, passar para a questão II)



ELECTRICIDADE
DE MOÇAMBIQUE, E.P.

#	Função	Especificar (escola primária, unidade sanitária, hospital,)	Cobertura	Paredes	Pavimento	Dimensão	GPS WP #
1	1. Escola <input type="checkbox"/> 2. Templo de culto <input type="checkbox"/> 3. Unidade sanitária <input type="checkbox"/> 4. Furo <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	_____	1. Capim <input type="checkbox"/> 2. Chapas de zinco <input type="checkbox"/> 3. Laje <input type="checkbox"/> 4. Telhas <input type="checkbox"/> 5. Betão /cimento <input type="checkbox"/> 6. Blocos <input type="checkbox"/> 7. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	1. Pau-a-pique <input type="checkbox"/> 2. Caniço ou estacas maticadas <input type="checkbox"/> 3. Blocos de adobe <input type="checkbox"/> 4. Bloco queimado com reboco <input type="checkbox"/> 5. Bloco não rebocado <input type="checkbox"/> 6. Bloco de cimento rebocado <input type="checkbox"/> 7. Bloco de cimento não rebocado <input type="checkbox"/> 8. Alvenaria com reboco <input type="checkbox"/> 9. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	1. Terra batida <input type="checkbox"/> 2. Lama <input type="checkbox"/> 3. Cimento <input type="checkbox"/> 4. Mosaico <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	Largura____ m Compriment o____ m	_____S _____E
2	1. Escola <input type="checkbox"/> 2. Templo de culto <input type="checkbox"/> 3. Unidade sanitária <input type="checkbox"/> 4. Furo <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	_____	1. Capim <input type="checkbox"/> 2. Chapas de zinco <input type="checkbox"/> 3. Laje <input type="checkbox"/> 4. Telhas <input type="checkbox"/> 5. Betão/ cimento <input type="checkbox"/> 6. Blocos <input type="checkbox"/> 7. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	1. Pau-a-pique <input type="checkbox"/> 2. Caniço ou estacas maticadas <input type="checkbox"/> 3. Blocos de adobe <input type="checkbox"/> 4. Bloco queimado com reboco <input type="checkbox"/> 5. Bloco não rebocado <input type="checkbox"/> 6. Bloco de cimento rebocado <input type="checkbox"/> 7. Bloco de cimento não rebocado <input type="checkbox"/> 8. Alvenaria com reboco <input type="checkbox"/> 9. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	1. Terra batida <input type="checkbox"/> 2. Lama <input type="checkbox"/> 3. Cimento <input type="checkbox"/> 4. Mosaico <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar :_____	Largura____ m Compriment o____ m	_____S _____E



ELECTRICIDADE
DE MOÇAMBIQUE, E.P.

#	Função	Especificar (escola primária, unidade sanitária, hospital,)	Cobertura	Paredes	Pavimento	Dimensão	GPS WP #
3	1. Escola <input type="checkbox"/> 2. Templo de culto <input type="checkbox"/> 3. Unidade sanitária <input type="checkbox"/> 4. Furo <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	_____	1. Capim <input type="checkbox"/> 2. Chapas de zinco <input type="checkbox"/> 3. Laje <input type="checkbox"/> 4. Telhas <input type="checkbox"/> 5. Betão/cimento <input type="checkbox"/> 6. Blocos <input type="checkbox"/> 7. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	1. Pau-a-Pique <input type="checkbox"/> 2. Caniço ou estacas maticadas <input type="checkbox"/> 3. Bloco de adobe <input type="checkbox"/> 4. Bloco queimado com reboco <input type="checkbox"/> 5. Bloco não rebocado <input type="checkbox"/> 6. Bloco de cimento rebocado <input type="checkbox"/> 7. Bloco de cimento não rebocado <input type="checkbox"/> 8. Alvenaria com reboco <input type="checkbox"/> 9. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	1. Terra batida <input type="checkbox"/> 2. Lama <input type="checkbox"/> 3. Cimento <input type="checkbox"/> 4. Mosaico <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	Largura____ m Compriment o____ m	_____S _____E
4	1. Escola <input type="checkbox"/> 2. Templo de culto <input type="checkbox"/> 3. Unidade sanitária <input type="checkbox"/> 4. Furo <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	_____	1. Capim <input type="checkbox"/> 2. Chapas de zinco <input type="checkbox"/> 3. Laje <input type="checkbox"/> 4. Telhas <input type="checkbox"/> 5. Betão/cimento <input type="checkbox"/> 6. Blocos <input type="checkbox"/> 7. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	1. Pau-a-Pique <input type="checkbox"/> 2. Caniço ou estacas maticadas <input type="checkbox"/> 3. Blocos de adobe <input type="checkbox"/> 4. Bloco queimado com reboco <input type="checkbox"/> 5. Bloco não rebocado <input type="checkbox"/> 6. Bloco de cimento rebocado <input type="checkbox"/> 7. Bloco de cimento não rebocado <input type="checkbox"/> 8. Alvenaria com reboco <input type="checkbox"/> 9. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	1. Terra batida <input type="checkbox"/> 2. Lama <input type="checkbox"/> 3. Cimento <input type="checkbox"/> 4. Mosaico <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	Largura____ m Compriment o____ m	_____S _____E

II. RECURSOS COMUNITÁRIOS, LOCAIS SAGRADOS E PATRIMÓNIO

Há algum recurso da comunidade (áreas naturais - onde as famílias recolhem produtos, pastos, florestas comunitárias, plantações, etc.), locais sagrados, cerimoniais ou patrimoniais, **localizados total ou parcialmente na faixa de servidão**, que devem ser realocizados ou compensados?

Sim ☐ Não ☐ (Se não, passar para a questão III)

#	Elemento: Área de recolha de produtos naturais (floresta, pântano, etc.), plantação, pastagem, local sagrado, cemitério, etc.	Nome do elemento (quando aplicável)	Coordenadas GPS
1	1. Plantação florestal <input type="checkbox"/> 2. Pastagem <input type="checkbox"/> 3. Local sagrado <input type="checkbox"/> 4. Cemitério <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	_____	_____ _____ S E
2	1. Plantação florestal <input type="checkbox"/> 2. Pastagem <input type="checkbox"/> 3. Local sagrado <input type="checkbox"/> 4. Cemitério <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar:: _____	_____	_____ _____ S E
3	1. Plantação florestal <input type="checkbox"/> 2. Pastagem <input type="checkbox"/> 3. Locais sagrados <input type="checkbox"/> 4. Cemitério <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar: _____	_____	_____ _____ S E
4	1. Plantação florestal <input type="checkbox"/> 2. Pastagem <input type="checkbox"/> 3. Local sagrado <input type="checkbox"/> 4. Cemitério <input type="checkbox"/> 5. Outro <input type="checkbox"/> Se outro, especificar:: _____	_____	_____ _____ S E

SECÇÃO C: Nessa comunidade existe espaço para reassentar as possíveis famílias impactadas pelo projecto?

COMENTÁRIOS GERAIS

Depois da explicação do projecto e da visita à Área de Servidão com as autoridades tradicionais, qual a percepção que estes têm do projecto? Eles especificaram recomendações, preocupações?

Fim do inquérito comunitário!

As autoridades locais que responderam às questões DEVEM ASSINAR a Lista de presenças para as Comunidades.

Anexo II – Minutas das Reuniões Comunitárias

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do 4º Bairro Reassentamento

Data: de Julho de 2017
Local: 4º Bairro de Reassentamento
Participantes: Antónia Franciso – Secretário do Bairro Fernando Mutuasse
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi lhes explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes estavam preocupados em saber se o projecto vai-lhes forçar ao novo reassentamento uma vez que as famílias que vivem no Bairro foram reassentadas em 2013 vítimas das inundações em Chibuto. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Bairro Mwambalate

Data: 04 de Julho de 2017
Local: Tenga- Bairro Mwambalate
Participantes: Atanásio Chaluco- Adjunto Chefe de Quarteirão Isaque Chaluco – Residente Alfredo Macie Júnior - Residente Lourenço Jacob- Residente Bonguene Wateluso- Residente Laurinda Williamo-Residente Laurinda Mazipende-Residente Francisco Filipe-Residente
Duração: 45 minutos
Agenda: Apresentação do projecto do projecto de construção da linha de transporte de energia de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: O Adjunto Chefe do Quarteirão abriu o encontro dando boas vindas, de seguida pediu a cada um dos presentes para que se apresentasse. Terminada a apresentação seguiu-se a explicação sobre o projecto e objectivos do levantamento de campo. Com recurso a <i>posters</i> a equipa do projecto mostrou os Distritos, Postos Administrativos, Localidades e as Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado da linha. Foi lhes explicado ainda sobre extensão da linha, área de servidão, as medidas de seguranças a serem observadas na área de servidão após a construção da linha, tipos de torres a serem implantados, quantidade de energia a ser transportada e os locais identificados para construção das subestações. A equipa do projecto informou aos participantes do encontro que as famílias abrangidas pelo traçado da linha deveriam continuar a viver ou praticar suas actividades quotidianas visto o projecto ainda encontra-se na fase de estudo.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Bairro Caniço e Boanine

Data: 05 de Julho de 2017
Local: Bairro Caniço e Boanine
Participantes: Constantino –Secretario Bairro Caniço José Cossa – Secretário do Bairro Boanine Miguel Nhanzete- Residente – Bairro Caniço Delfina Alberto- Chefe de 10 casas Bairro Caniço Fátima Agostinho- Residente Bairro Caniço Alberto António- Residente Bairro Boanine Rachid José –Residente Bairro Boanine Joaquim Cossa – Residente Bairro Boanine Dino Solo- Residente Bairro Boanine José Sitole- Residente Bairro Boanine Azarias-Residente Bairro Boanine Olga Magri- Residente – Bairro Boanine Maria – Residente Bairro Boanine Elisa- Residente Bairro Boanine Pedro Oliveira-Residente Bairro Boanine Rosa Adriano –Residente Bairro Boanine Regilina Muinango-Residente Bairro Boanine Florinda Banze –Residente Bairro Boanine
Duração: 50 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção de linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate:

Após apresentação da equipa do projecto foi feita apresentação dos objectivos do projecto com recurso a *posters*, mostrando aos presentes o traçado da linha de alta tensão, os Distritos, Postos Administrativos, Localidades e as Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi lhes ainda explicado sobre o perímetro de segurança da linha de energia, as medidas de segurança dentro a serem observados depois da conclusão da linha dentro do perímetro de segurança, o tipo de torres a quantidade energia a ser transportada.

De igual modo foi-lhes explicado que o projecto encontra-se na fase do Estudo do impacto ambiental e que os proprietários das infra-estruturas, machambas e culturas identificadas na área de servidão deveriam continuar normalmente a viver e exercer suas actividades no seu dia-a-dia.

Terminada a apresentação abriu-se a sessão para esclarecimento das dúvidas, recolha de opiniões, sugestões e a preocupação dos moradores em relação ao projecto. Os secretários dos 2 Bairros presentes no encontro pediram aos moradores para apresentarem suas inquietações em relação ao projecto.

De uma forma geral os moradores lamentaram pelo facto do traçado da linha passar pelos seus Bairros que são áreas de ocupação recente e que o projecto deixa alguma incerteza em relação ao seu futuro. A expectativa das famílias é que haja expansão da rede para suas zonas de residência

Os Secretários dos Bairros agradeceram aos presentes por puderem colocar suas preocupações e não havendo mais questões encerrou-se o encontro

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Bairro Mucapanhe

Data: 06 de Julho de 2017
Local: Bairro 1 Mahulane
Participantes: Sebastião – Secretário do Bairro Joana Tomé – Adjunto Secretário Ricardo Conjuane - residente Luísa Sumbana – Residente Verónica Jorge- Residente
Duração: 30 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de transporte de Alta tensão Objectivos do levantamento das infra-estruturas, machambas e culturas e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Terminada a apresentação dos membros da equipa e do registo dos participantes seguiu-se a apresentação do projecto e os objectivos da realização do trabalho de campo. Com recurso a <i>posters</i> os participantes foram informados sobre os objectivos do projecto de construção da linha dorsal de transporte de energia, o trajecto da linha, os Distritos, Postos Administrativos, Localidades e os povoados a serem abrangidos. Foi-lhes explicado ainda sobre a área de servidão, medidas e cautelas a serem observadas dentro da área de servidão, os tipos de torres a serem implantados, os locais identificados para construção das subestações, a quantidade de energia a ser transportada e sua finalidade. Foi lhes ainda explicado a fase em que o projecto encontra-se que é de Estudo do impacto ambiental, terminada a apresentação do projecto, foi aberta a sessão para que os participantes pudessem colocar questões, sugestões ou preocupações em relação ao projecto. De modo geral a preocupação dos moradores era com questões das compensações pelas perdas de infra-estruturas e machambas, e saber se o projecto prevê algumas acções de responsabilidade social e quando é que o projecto iniciaria. Terminada a intervenção dos moradores e respondidas as questões pela equipa, deu-se por encerrado o encontro.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Bairro Chiboene

Data: 07 de Julho de 2017
Local: Bairro Chiboene
Participantes: Amelina Sara- Directora Adjunto Pedagógica da EPC André Johane- Secretário do Bairro
Duração: 50 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção de linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa do projecto foi feita apresentação do projecto com recurso a <i>posters</i> mostrando o traçado da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades e as Povoações ou Bairros abrangidos. Foi lhes ainda explicado sobre o objectivo do projecto, a extensão da linha, a área de servidão, medidas de segurança dentro da área de servidão depois de concluída a linha, o tipo de torres a quantidade energia a ser transportada. De igual foi modo foi-lhes explicado que o projecto encontra-se na fase do Estudo do impacto ambiental e que os proprietários das infra-estruturas, machambas e culturas identificadas na área de servidão deveriam continuar a viver e realizar suas actividades normalmente no seu dia-a-dia. Terminada a apresentação convidou-se os participantes a colocarem suas questões ou preocupações em relação ao projecto, os participantes responderam que estavam satisfeitos com a explicação feita, portanto, encerrou-se o encontro.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Bairro Maguiguane

Data: 07 de Julho de 2017
Local: Bairro Maguiguane
Participantes: Elias João – Chefe da Localidade Sede José Vasco – Chefe da Localidade de Maguiguana Fernando Azarias- Líder comunitário de Maguiguana
Duração: 35 minutos
Agenda: Apresentação do projecto do projecto de construção da linha de transporte de energia de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Terminada a apresentação dos membros da equipa seguiu-se a explicação sobre o projecto e objectivos do levantamento de campo. Com recurso a <i>posters</i> a equipa do projecto mostrou os Distritos, Postos Administrativos, Localidades e as Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado da linha. Foi lhes explicado ainda sobre extensão da linha, área de servidão, as medidas de seguranças a serem observadas na área de servidão após a construção da linha, tipos de torres a serem implantados, quantidade de energia a ser transportada e os locais identificados para construção das subestações. A equipa do projecto informou ainda que as famílias abrangidas pelo traçado actual da linha deveriam continuar a viver ou praticar suas actividades quotidiana, visto que o projecto ainda encontra-se na fase de estudo. Terminada a explicação do projecto, e do objectivo do levantamento do campo abriu-se o espaço para que os presentes pudessem colocar questões, preocupações e sugestões em relação ao projecto. Os dois Chefe das Localidade sede e de Maguiguana pediram esclarecimentos acerca do traçado actual que passa por áreas usadas para plantio de cana-de-açúcar que

pertence a algumas associações locais de produtores, se elas haveriam de perder parte das suas áreas de cultivo e agradeceram a EDM e a CONSULTEC pela apresentação feita e esclarecimentos em relação as suas preocupações.

Terminada as intervenções a equipa do projecto perguntou se havia mais preocupações tendo os participantes respondidos que não, encerrou-se o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Bairro 1 Maluana

Data: 10 de Julho de 2017
Local: Bairro 1 Maluana
Participantes: José Salvador – Secretário do Bairro Francisco Panguendo – Chefe do Quarteirão Alfredo Francisco- Chefe de 10 casas Júlio Eugénio – Residente
Duração: 30 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de transporte de Alta tensão Objectivos do levantamento das infra-estruturas, machambas e culturas e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Terminada a apresentação dos membros da equipa e do registo dos participantes seguiu-se a apresentação do projecto e os objectivos da realização do trabalho de campo. Com recurso a <i>posters</i> os participantes foram informados sobre os objectivos do projecto de construção da linha dorsal de transporte de energia, o trajecto da linha, os Distritos, Postos Administrativos, Localidades e os povoados a serem abrangidos. Foi-lhes explicado ainda sobre a área de servidão, medidas cautelas a serem observadas dentro da área de servidão, os tipos de torres a serem implantados, os locais identificados para construção das subestações, a quantidade de energia a ser transportada e sua finalidade. Foi lhes ainda explicado a fase em que o projecto encontra-se que é de Estudo do impacto ambiental, terminada a apresentação do projecto, foi aberta a sessão para que os participantes pudessem colocar questões, sugestões ou preocupações em relação ao projecto. Deste modo geral a preocupação dos moradores era saber se o projecto prevê algumas acções de responsabilidade social e quando é que o projecto iniciaria. Terminada a intervenção dos moradores e respondidas as questões pela equipa, deu-se por encerrado o encontro.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Localidade de Chacuane Bairros 1 e 2

Data: 12 de Julho de 2017
Local: Matalane
Participantes: Cardoso Nguenha- Secretário do Bairro Manuel Chemone- Adjunto Secretário do Bairro Júlio Langa- Escrivão Albertina Magaia- Raul Mucote- Chefe de Quarteirão Felisberto Alberto- Chefe de Quarteirão Amélia Machava- OMM Olindo Sitole- Chefe de Quarteirão Alice Francisco- Chefe de Quarteirão Alice Joaquim- Chefe de Quarteirão Saquina Jéssica- Chefe de Quarteirão Graciete Chichengo Fernando Chibingo Augusto Mabue Mário João Lina Chilaure Samuel Mário Sérgio Mandlate Rosa Muiango Eva Magare Joaquilina Manjore Rita Nguenha Dique Augusto
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate:

Após apresentação da equipa de trabalho iniciou-se a apresentação do projecto e os que seriam usados nos objectivos campo. A apresentação do foi feita com recurso a *posters* ilustrando os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povações ou Bairros abrangidos pelo traçado da linha de alta tensão.

Foi lhes explicado sobre o objectivo do projecto, área da servidão de passagem, as medidas de segurança impostas após a construção da linha, a extensão da linha, tipo de torres e os locais onde serão construídos subestações. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e qual era o objectivo do levantamento das infra-estruturas e machambas.

Terminada a apresentação foi aberta a sessão para os participantes colocarem questões, preocupações ou sugestões.

O Secretário do Bairro e outros intervenientes pediram esclarecimentos acerca dos objectivos do levantamento de machambas na área reservada a subestação se não estaríamos a duplicar o trabalho uma vez a EDM havia feito.

Pediram esclarecimento sobre em que fase o projecto encontra-se fase de estudos de impacto ambiental ou fase de implementação do projecto, uma vez a EDM já delimitou a área, já se comprometeu junto a comunidade e ao Governo do Distrito em desenvolver algumas actividades no âmbito da responsabilidade social do projecto, vai construir uma Escola Secundária, comprometeu-se em electrificar o Bairro de Matalane e compensar as famílias com machambas dentro da área da subestação.

Pediram o adiamento do levantamento das machambas para que fossem marcado um novo encontro entre os donos de machambas, a EDM, Governo de Distrito de Marracuene para esclarecimento das dúvidas que existiam em relação ao projecto, deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião

ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System - Vilankulos

Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Povoado de Ducofo

Data: 17 de Julho de 2017
Local: Povoado de Ducofo
Participantes: Delfina Mabessa chefe do povoado acompanhada de membros do povoado nomeadamente Lídia Zitha, Teresa Uquero, Jorge Macuacua e Temarore Macuacua.
Duração: 15 minutos
Agenda: <ul style="list-style-type: none">• Apresentar o projecto e os objectivos da realização dos trabalhos de campo; e• Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: <p>Realizou-se a apresentação do projecto e os objectivos da realização do trabalho de campo com os proprietários das infra-estruturas e das machambas abrangidas ao longo do traçado e de igual modo com os líderes dos povoados de modo a colher informações de cada área em concreto.</p> <p>A apresentação foi feita com recurso a <i>posters</i> onde estava indicado os distritos, localidades e os respectivos povoados abrangidos e também os tipos de torres/postes a serem implantados para o transporte de energia. De igual modo foi-lhes explicado que o projecto encontra-se na fase do Estudo do impacto ambiental. Após a explicação do projecto, do objectivo da realização do trabalho de campo e de todos outros aspectos relacionados com o projecto, o consultor abriu secção para que os participantes pudessem expressar as suas ideias, opiniões, sugestões ou preocupações sobre tudo o que foi apresentado.</p> <p>A chefe do povoado agradeceu a apresentação e abriu espaço para os membros da comunidade pudessem apresentar as suas sugestões, preocupações e dúvidas. Tendo estes dito que não tinham dúvidas com relação ao que foi apresentado e que apenas gostariam que a EDM pudesse também electrificar o povoado e não apenas passar os cabos de energia.</p> <p>Após o pronunciamento dos membros do povoado o consultor perguntou se haviam mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.</p>

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Localidade de Chacuane Bairros 1 e 2

Data: 17 de Julho de 2017
Local: Chivalo
Participantes: José António Munjovo – Secretário do Bairro
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho iniciou-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento do campo. A apresentação do foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado da linha de alta tensão. Foi lhes explicado sobre o objectivo do projecto, área da servidão de passagem, as medidas de segurança impostas após a construção da linha, a extensão da linha, tipo de torres e os locais onde serão construídos subestações. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e qual era o objectivo do levantamento das infra-estruturas e machambas. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para os participantes colocarem questões, preocupações ou sugestões. Os presentes mostraram-se satisfeitos com a explicação feita durante a apresentação dos objectivos do projecto e disseram que não havia questões a colocar sendo assim, deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Localidade de Chacuane Bairros 1 e 2

Data: 18 de Julho de 2017
Local: Localidade de Chacuane Bairros 1 e 2
Participantes: Sábado Valente – Secretário do Bairro Alfredo Fulane Victoriana Jose Ubisse Madalena Simão Cossa Fátima Changue
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho iniciou-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento do campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado da linha de alta tensão. Foi lhes explicado sobre o objectivo do projecto, área da servidão de passagem, as medidas de segurança impostas após a construção da linha, a extensão da linha, tipo de torres e os locais onde serão construídos subestações. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e qual era o objectivo do levantamento das infra-estruturas e machambas. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para os participantes colocarem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes estão preocupados com a falta de rede eléctrica no Bairro. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião

ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System - Vilankulos

Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Povoado de Beluluane D – Quarteirão 8

Data: 24 de Julho de 2017
Local: Povoado de Beluluane D – Quarteirão 8
Participantes: Rosalina Dide (chefe do povoado) acompanhada de membros do povoado nomeadamente Saute Filipe, Frank Celestino, Luísa Helena, Salmina Temane, Andrisse Macanhe, Elídio Wamusse, Cristina Mussane, Pedro Tiago, Carlota Miambo, Rosa Muchanga, Isabel Manjate, Pascoal Nhauche, Hélio Mucache, Rosa Bila, Titos Macucule, Rosa Mindo, Cristina Chivambo, Dércia Samuel, Alberto Macucule, Jeremias Langa e Paulo Chachuaio.
Duração: 15 minutos
Agenda: <ul style="list-style-type: none">• Apresentar o projecto e os objectivos da realização dos trabalhos de campo; e• Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: <p>Realizou-se a apresentação do projecto e os objectivos da realização do trabalho de campo com os proprietários das infra-estruturas e das machambas abrangidas ao longo do traçado e de igual modo com os líderes dos povoados de modo a colher informações de cada área em concreto.</p> <p>A apresentação foi feita com recurso a <i>posters</i> onde estava indicado os distritos, localidades e os respectivos povoados abrangidos e também os tipos de torres/postes a serem implantados para o transporte de energia. De igual modo foi-lhes explicado que o projecto encontra-se na fase do Estudo do impacto ambiental. Após a explicação do projecto, do objectivo da realização do trabalho de campo e de todos outros aspectos relacionados com o projecto, o consultor abriu secção para que os participantes pudessem expressar as suas ideias, opiniões, sugestões ou preocupações sobre tudo o que foi apresentado.</p> <p>A chefe do povoado agradeceu pela apresentação e abriu espaço para os membros do povoado puderem colocar suas questões, preocupações ou sugestões.</p> <p>Deste modo questionou-se o porquê de o projecto da subestação (SE) não ter logo delimitado a sua área, pois alega-se que algumas famílias tiveram que abandonar as suas terras para dar lugar a actual SE, e agora serão novamente afastadas. Por outro lado, lamentou-se o facto de estar a ocorrer a abertura de vias de acesso no povoado para facilitar a instalação de electricidade nas suas residências com recursos próprios dos habitantes, que poderá ser interrompido por este projecto.</p> <p>Após a intervenção o consultor perguntou se haviam mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.</p>

Terminada a explicação do projecto, e do objectivo do levantamento do campo abriu-se o espaço para que os presentes pudessem colocar questões, preocupações e sugestões em relação ao projecto.

.
O Adjunto Chefe de Quarteirão agradeceu a apresentação feita e convidou aos presentes para apresentarem suas preocupações em relação ao projecto. No geral a preocupação dos moradores do Bairro tem haver a expansão da rede eléctrica, querem que a energia abranja mais famílias.

Por outro lado, as famílias estão preocupadas com o deslocamento de famílias, perdas de áreas de machambas e culturas caso o projecto se concretize. Terminada as intervenções a equipa do projecto perguntou se haviam mais preocupações tendo os participantes respondidos que não, encerrou-se o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião

ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System - Vilankulos

Realização de Trabalhos de Campo

Acta das reuniões Localidade de Mulotana

Data: 30 de Junho de 2017
Local: Sede do povoado
Participantes: Augusto Sodas Matola (líder da comunidade), acompanhado de membros da comunidade nomeadamente Salvador Langa, Wiliamo Maguaze (1º secretário), João Matola (secretário da OJM), Orlando José Maculuve, Justino Manhiça, Frenk Siliva Mulhovo, Daniel Augusto
Duração: 15 minutos
Agenda: <ul style="list-style-type: none">• Apresentar o projecto e os objectivos da realização dos trabalhos de campo; e• Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: <p>Realizou-se a apresentação do projecto e os objectivos da realização do trabalho de campo com os proprietários das infra-estruturas e das machambas abrangidas ao longo do traçado e de igual modo com os líderes dos povoados de modo a colher informações de cada área em concreto.</p> <p>A apresentação foi feita com recurso a <i>posters</i> onde estava indicado os distritos, localidades e os respectivos povoados abrangidos e também os tipos de torres/postes a serem implantados para o transporte de energia. De igual modo foi-lhes explicado que o projecto encontra-se na fase do Estudo do impacto ambiental. Após a explicação do projecto, do objectivo da realização do trabalho de campo e de todos outros aspectos relacionados com o projecto, o consultor abriu secção para que os participantes pudessem expressar as suas ideias, opiniões, sugestões ou preocupações sobre tudo o que foi apresentado.</p> <p>O chefe do povoado agradeceu a apresentação e abriu espaço para os membros da comunidade pudessem apresentar as suas sugestões, preocupações e dúvidas.</p> <p>Tendo de seguida um dos membros presente colocado a questão relativa a responsabilidade social e os benefícios que os afectados teriam?</p> <p>O consultor respondeu que não tinha sido ainda definido em definitivo o traçado do linha o conhecimento que temos é através das imagens aéreas e o que não sabemos são os nomes dos bairros e por isso temos os líderes que nos guiam.</p> <p>Quanto aos afectados ainda estamos na fase de estudo e nesta fase é prematuro falar em compensações porque nada está definido ainda. Mas caso esteja concretizado aí vai-se fazer um novo estudo e vai-se dizer as pessoas quais as formas de compensação. E neste caso não seria responsabilidade social seria mesmo compensação pela perda de infra-estruturas ou machambas.</p> <p>Após o esclarecimento o consultor perguntou se haviam mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por</p>

Acta da reunião

ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System - Vilankulos

Realização de Trabalhos de Campo

encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Ngondloza

Data: 29 de Julho de 2018
Local: Ngondloza
Participantes: Sarita Guidar Nhabanga – Lider da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipe fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipe voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes não apresentaram nenhuma preocupação em relação ao projecto, se não louvar a iniciativa pois para eles significa crescimento da zona que neste momento não tem corrente eléctrica. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Mulotane

Data: 17 de Agosto de 2018
Local: Mulotane sede
Participantes: Augusto Sodas Matote – Líder da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes referiram que o projecto é bem-vindo, advertem que é preciso que se observe o que esta vigente na lei com relação ao processo de reassentamento de modo que não haja conflitos. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Nditxe

Data: 18 de Agosto de 2018
Local: Nditxe
Participantes: António Pedro Tembe – Chefe do quarterão 1
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes esperam que o projecto traga energia para a comunidade. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Boenine

Data: 20 de Agosto de 2018
Local: Boanine
Participantes: José Sebastião Cossa – Líder da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes referiram que na fase de implementação do projecto gostariam de ver algum benefício para a sua comunidade como eletrificação pois o bairro não dispõe de energia eléctrica. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Zilinga

Data: 20 de Agosto de 2018
Local: Zilinga
Participantes: Carolina Lourenço Manjate – Lider da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes referiram que o projecto deverá fazer as devidas compensações aos afectados, inclusive há áreas que ainda não tem habitações mas tem donos. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Nwambalambate

Data: 23 de Agosto de 2018
Local: Nwambalambate
Participantes: Laurinda Mazibenda Chaúque – Líder da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: <p>Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado.</p> <p>Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente.</p> <p>Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes referiram que apos o arranque do projecto deveria priorizar a mão-de-obra local, e que este projecto pudesse expandir a energia eléctrica na zona.</p> <p>Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.</p>

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Xiondzanine

Data: 23 de Agosto de 2018
Local: Xiondzanine
Participantes: Rafael Valente Mabunda – Secretário da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipe fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipe voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes referiram que é a construção da linha é bem-vinda para o desenvolvimento do Distrito de Moamba. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Caniço

Data: 23 de Agosto de 2018
Local: Caniço
Participantes: Costantino Sifanzonque Chinguambe – Secretário da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes referiram que é preciso que haja um diálogo aberto com as famílias afectadas para que não haja conflitos. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Matalane

Data: 28 de Agosto de 2018
Local: Matalane
Participantes: Cardoso Uamusse – Lider da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes estavam preocupados com as pessoas que poderiam ser reassentadas, que a EDM fizesse o devido reassentamento para evitar que as pessoas fiquem sem abrigo. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Maluana

Data: 31 de Agosto de 2018
Local: Maluana
Participantes: José Arnaldo Mucavele – Lider da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipe fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipe voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes referiram que, é necessário comunicar as comunidades locais antes da implementação do projecto para evitar conflitos e que este projecto da linha é bem-vindo. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Facazissa

Data: 01 de Setembro de 2018
Local: Facazissa
Participantes: Boaventura Nhongo – Secretário da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes manifestaram o desejo que a EDM construísse as casas para as pessoas que fossem reassentadas, para que os mesmos não fiquem ao relento. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Macanhe

Data: 05 de Setembro de 2018
Local: Macanhe
Participantes: Alberto Fernando Cossa – Líder da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes esperam que o projecto traga energia para a comunidade, pois tem dificuldade de frequentar o curso noturno devido a falta de energia, não existe água potável e há falta de emprego para os jovens. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do 3 de Fevereiro Reassentamento

Data: 05 de Setembro de 2018
Local: 3 de Fevereiro Reassentamento
Participantes: António Eugénio Macie – Líder da Comunidade Fernando Matuasse – Secretário
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilankulos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes esperam que a nossa zona seja electrificada de forma que todos tenhamos acesso a energia nas casas. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Sengene

Data: 06 de Setembro de 2018
Local: Sengene
Participantes: Alberto Joshua Chambele – Líder da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes manifestaram a Vontade de um dia ter a sua aldeia eletrificada. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Mazivila

Data: 10 de Setembro de 2018
Local: Mazivila
Participantes: Ngunga José Chambal – Líder da Comunidade José António Mujovo – Secretário da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral referiram que o projecto é bem-vindo, e esperam que num futuro breve o projecto possa trazer energia de boa qualidade e electrificar todo bairro. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião do Chicawane

Data: 10 de Setembro de 2018
Local: Chicawane
Participantes: Joao Ernesto Matsinhe – Secretário da Comunidade
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral esperam que o projecto traga energia na comunidade que neste momento não dispõe, construção de estradas, mercados e escolas. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Macavalane

Data: 14 de Setembro de 2018
Local: Macavalane
Participantes: Filimone Fabião Macamo – Líder da Comunidade Jeremias Manuel Tlongo – Secretário Adjunto do Bairro
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes esperam que caso haja necessidade de retirar as famílias, que garantam água nesse local para o consumo doméstico e gado, garantam que tenhamos transporte para levar os nossos produtos na machamba uma vez que estaremos distantes, podemos ter dificuldades de levar os nossos produtos. Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou

preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Acta da reunião
ESIA/RPF e RAP Integrated Transmission System – Vilankulos-Maputo
Realização de Trabalhos de Campo

Acta da reunião de Mocowene

Data: 17 de Setembro de 2018
Local: Mocowene
Participantes: Ronaldo Reginaldo Mazive – Secretário do Bairro
Duração: 40 minutos
Agenda: Apresentação do projecto de construção da linha de alta tensão Vilanculos-Maputo Objectivos da realização dos trabalhos de campo; e Auscultar as preocupações locais
Resumo do debate: Após apresentação da equipa de trabalho fez-se a apresentação do projecto e os objectivos do levantamento de campo. A apresentação do projecto foi feita com recurso a <i>posters</i> ilustrando o trajecto da linha os Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações ou Bairros abrangidos pelo traçado. Foi explicado ainda sobre o objectivo do projecto, medidas de segurança a serem observadas dentro da área de servidão após a conclusão da linha, tipo de torres e os locais onde serão implantadas subestações. Foi explicado a razão pela qual a equipa fez-se ao campo novamente com os mesmos objectivos, pois a nova Legislação obrigada para que a faixa de servidão saísse de 50 metros para 100 metros, daí que a equipa voltou para fazer o levantamento nos restantes 50 metros. Foi explicado ainda que o projecto encontra-se na fase de estudo de impacto ambiental e que as famílias donos das infra-estruturas e machambas afectadas deveriam continuar a viver e desenvolver suas actividades normalmente. Terminada a apresentação foi aberta a sessão para que os participantes colocassem questões, preocupações ou sugestões. De uma forma geral os participantes não tem nenhuma preocupação com o projecto Após a intervenção a equipa perguntou se havia mais dúvidas, questões ou preocupações a colocar, tendo os participantes respondido que não. Deu-se por encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

encerrado o encontro agradecendo a presença de todos.

Anexo III – Matriz de Elegibilidade

Impacto de Reassentamento	Número	Direitos	Grupos Elegíveis (ver legenda)							
			1	2	3	4	5	6	7	8
Perda (total ou parcial) da casa de habitação principal	415	Qualquer perda parcial ou total de estruturas será compensada por uma estrutura total. A estrutura será compensada em espécie, com casas feitas de materiais convencionais, de acordo com as directrizes da legislação nacional.	X	X	X					
Perda (total ou parcial) de uma estrutura de apoio	12	Qualquer perda parcial ou total de estruturas será compensada por uma estrutura total.	X	X	X					
Infra-estruturas em construção	141	A infra-estrutura será compensada. Uma estrutura parcial será compensada como estrutura total, caso seja identificado que esta estrutura será a casa principal do AF (a ser determinado durante o PAR).	X	X	X					
Perda (total ou parcial) de terras agrícolas	88	Toda a perda parcial ou total de terra agrícola será compensada em espécie, com um talhão do mesmo tamanho e de qualidade agrícola igual ou superior ao talhão perdido. Preparação da terra e compensação pela preparação da terra.				X				
Perda (total ou parcial) de culturas	Por definir	Todas as perdas de culturas serão compensadas monetariamente. Uma perda parcial será compensada como perda total. A compensação respeitará a informação de preços para culturas do Ministério de Agricultura. No entanto, o valor deve ser calculado sem considerar a idade da cultura. Ou seja, ela deve ser compensada em valor total. AFs que percam culturas devem também ser compensados com sementes melhoradas e apoio técnico para a próxima época de sementeira.				X				
Perda de árvores com valor económico	2214	Todas as árvores de fruto ou outras árvores com valor económico serão compensadas monetariamente. A compensação respeitará a informação de preços do Ministério de Agricultura e será actualizada para reflectir os preços reais de mercado.					X			
Perda de negócios, incluindo estruturas	16	Todas as perdas de negócio, incluindo as estruturas utilizadas para tal, serão compensadas em dinheiro ou em espécie. Se a PAP escolher a estrutura, esta será construída com materiais convencionais melhorados. Será prestado apoio durante a fase de transição, e toda a perda de rendimento será compensada.		X				X		
Perda de direitos de uso da terra formais	79 ¹⁵	Os AF serão assistidos com todos os custos e processo para receber o DUAT para a nova área.					X			

¹⁵ Note-se que 105 AF não estavam presentes durante o censo, pelo que este valor deverá sofrer alterações.

Impacto de Reassentamento	Número	Direitos	Grupos Elegíveis (ver legenda)							
			1	2	3	4	5	6	7	8
(DUAT)										
Perda de sítios sagrados e patrimoniais	23	A legislação local servirá como a principal directriz. Adicionalmente, será feito o seguinte: <ul style="list-style-type: none">- Para sítios com maiores concentrações de campas, serão feitos acordos de exumação e transladação com as autoridades distritais e lideranças locais;- Será identificada terra (através das autoridades locais) para preparação de cemitérios formais;- Todos os custos associados com a exumação, transporte e transladação serão suportados;- Cada povoação organizará uma cerimónia combinada para a exumação e transladação de todas as campas dessa localidade, em conformidade com as suas crenças religiosas e/ou tradições;- Quando justificável e solicitado, será erguido um pequeno memorial ou santuário dedicado aos ancestrais das pessoas que eram residentes ou tinham campas familiares na área de projecto, em cada cemitério for trasladado;- O AF organizará uma cerimónia para a transferência do sitio espiritual para a sua nova localização, em conformidade com as suas crenças religiosas e/ou tradições.							X	
Perda de infra-estrutura social e pública dentro da área afectada pelo projecto	3	A infra-estrutura será substituída em espécie, numa área a ser definida pela comunidade, governo local e lideranças locais.								X

Legenda: Grupos elegíveis:

1. Qualquer AF, grupo ou comunidade com uma habitação ou/e estruturas de alojamento complementares (incluindo cozinha, sala exterior, casa de banho e alpendre), localizados na ZPP do Projecto, com direitos legais ou consuetudinários para usar a terra;
2. Qualquer AF, grupo ou comunidade com uma estrutura agrícola auxiliar (incluindo *kraals*, celeiros, aves, etc.) localizada na ZPP do Projecto, e com direitos legais ou consuetudinários para usar a terra;
3. Qualquer AF, grupo ou comunidade com uma infra-estrutura em construção localizada dentro da ZPP do Projecto, com direitos legais ou consuetudinários para usar a terra;
4. Qualquer AF, grupo ou comunidade com o direito legal ou consuetudinário de usar a terra com culturas permanentes localizadas parcial ou totalmente na ZPP do Projecto;
5. Qualquer AF, grupo ou comunidade que possua uma ou mais árvores com valor económico dentro da ZPP do Projecto;
6. Qualquer AF, grupo ou comunidade que tenha um negócio estabelecido (parcial ou totalmente) na ZPP do Projecto;
7. Qualquer sepultura ou cemitérios e qualquer local espiritual, sagrado ou de adoração dentro da ZPP do Projecto;
8. Qualquer infra-estrutura social e pública estabelecida na ZPP do Projecto.